

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Faculdade de Ciências Sociais
Ciências Sociais

**PNUD e PNUMA no âmbito da ecopolítica:
Institucionalizações e monitoramentos**

*Projeto temático: Ecopolítica: governamentalidade planetária,
novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Helena Cecília Barreto Bruno Wilke
Orientador: Prof. Dr. Edson Passetti

FAPESP
Dezembro, 2013
SÃO PAULO

Resumo inicial

A pesquisa “PNUD e PNUMA no âmbito da Ecopolítica: institucionalizações e monitoramentos faz parte do projeto temático “Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle”. Busca-se analisar o funcionamento das procedências do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e os conceitos que elabora, como IDH - sustentabilidade, direitos humanos, equidade, democracia e vulnerabilidade, a fim de compreender como o Programa intervém em problemáticas e resistências através de uma política de democratização e humanitarismo no Brasil, fundamentada na noção de governamentalidade formulada por Michel Foucault. É feito também estudo sobre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente com o objetivo de compreender seu funcionamento em meio a políticas de conservação do planeta atreladas a novas regulações e jurisdições do meio ambiente e dos seres humanos, em prol do chamado desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: PNUD, PNUMA, monitoramento, direitos humanos, resistências.

Resumo do relatório

Buscou-se ao longo da pesquisa compreender como emergiu e como se configura hoje uma política que se pretende planetária e que busca a inclusão de todos para que juntos articulem-se rumo a um *futuro melhor*. Constatou-se como se impulsiona a diferenciação de condutas por meio de programas de educação para o futuro em que os alvos principais são crianças e jovens. Apesar de trabalhar separadamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), ambos se entrelaçam, uma vez que o desenvolvimento sustentável que atravessa os dois Programas não diz respeito apenas ao meio ambiente, mas a todos os âmbitos da vida no planeta. Procurou-se mostrar como foi possível a emergência de uma nova governamentalidade, que produz mais direitos, novos controles e punições, uma nova moralidade e um novo tipo de conduta a ser seguido, levando à construção de ambientes *seguros e pacificados*, tendo como chave o investimento em *resiliência* e em *cultura de paz*, nos quais devem estar incluídos desde indivíduos até governos, empresas e ONGs, atuando desde o bairro em que se vive até importantes decisões e metas a respeito do planeta.

Palavras-chave: Ecopolítica, inclusão, resiliência, desenvolvimento sustentável.

Sumário

Relatório de atividades.....	5
Relatório Científico.....	6
1. Da cultura de guerra à cultura de paz.....	6
2. A afirmação dos direitos universais e o despontar da sociedade de controle.....	7
3. A construção de uma ideia de justiça.....	14
4. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).....	19
4.1. A resiliência que atravessa o PNUD.....	20
4.1.1. A construção da resiliência.....	23
4.1.2. Resiliência e conflitos.....	24
4.1.3. Resiliência e meio ambiente.....	31
4.1.4. Resiliência e saúde.....	33
4.1.5. Resiliência e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	35
4.2. Cultura de paz e resiliência.....	39
4.3. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.....	42
4.3.1. Dados gerais apresentados pelo Atlas.....	43
4.3.2. Cidades resilientes.....	55
4.4. Segurança com cidadania.....	61
4.4.1. Programa Conjunto da ONU – Segurança com cidadania.....	61
4.4.2. Segurança Cidadã com Rosto Humano: diagnóstico e propostas para a América Latina.....	65
4.5. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 – A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado.....	73
4.6. Outros investimentos.....	79
5. PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).....	84
5.1. Água.....	90
5.2. Economia azul.....	92
5.3. Economia verde.....	93
6. Novos acordos.....	98
Referências bibliográficas.....	101

Relatório de atividades

Realizei, desde o início da pesquisa, consulta frequente a notícias por meio de jornais e mídias eletrônicas, bem como dos sites oficiais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Dediquei-me a ler todos os Relatórios publicados por ambos os Programas em âmbito global e os referentes ao Brasil, além de discursos de pessoas envolvidas e influentes em relação aos objetos aqui analisados, assim como cartilhas e documentos sobre direitos humanos, desenvolvimento sustentável e outras temáticas que os atravessam.

Desde o início de 2012, estive presente no Colóquio *Transformações da Biopolítica* na PUC-SP de 10 a 13 de outubro de 2012, do qual pude me situar a respeito da emergência de novas regulações em meio à sociedade de controle.

No encontro *Participação, democracia, políticas públicas – aproximando agendas e agentes*, na UNESP Araraquara, de 23 a 25 de abril de 2013, apresentei resultados preliminares da pesquisa, e também na XIII Semana de Ciências Sociais *Encruzilhadas da Democracia* da PUC-SP que ocorreu entre os dias 02 a 06 de setembro do mesmo ano.

Em julho, estive no *III Colóquio Michel Foucault – judicialização da vida* do dia 03 a 05 de julho de 2013, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

No que diz respeito à Universidade, foi de grande importância a Optativa “Política, tolerância e cultura de paz”, na qual a Prof. Dr^a. Salete Oliveira apresentou de forma intensa e perspicaz o que há por trás de jurisdições e regulamentações sociais cada vez mais presentes e de valores como a tolerância, dentro da perspectiva de políticas de não violência e defesa dos direitos humanos. No segundo semestre de 2013 também cursei a Optativa ministrada pelo Prof. Dr. Edson Passetti “Ecopolítica: meio ambiente, segurança, direitos”, em que pude aprofundar de maneira a expor nesse relatório minha compreensão sobre diferentes noções e conceitos que articulados, configuram o que Passetti chamou de *Ecopolítica* como *governamentalidade planetária* (Passetti, 2003; 2007; 2013).

Estive presente em algumas defesas de mestrado e de doutorado que também puderam me fortalecer enquanto pesquisadora. Entre elas estive na defesa de mestrado

de Luiza Uehara de Araújo, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Salete Oliveira, em março de 2013; na de Ricardo Urquizas Campelo, sob mesma orientação, em novembro de 2013; na de Aila Villela Bolzan, sob orientação da Prof^a Dr^a Dorothea Passetti, em maio de 2013; e na de doutorado de Acácio Augusto, sob orientação do Prof. Dr. Edson Passetti em novembro de 2013.

As orientações foram frequentes e a convivência com outros pesquisadores em meio ao *Projeto Temático Ecopolítica - governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle* e principalmente no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP) possibilitaram uma grande troca de ideias que contribuíram para um melhor embasamento da pesquisa e na experimentação da vida apartada de redes de segurança.

Relatório Científico

1. Da cultura de Guerra à cultura de Paz

“Por que os homens deixariam de fazer a guerra, quando seu pensamento está repleto dela?” (Proudhon, 2011:23), questionou Proudhon em seu texto “A Guerra e a Paz”, de 1861. Para o autor, a guerra e a paz evocam um ao outro, se completam. “A Paz demonstra e confirma a guerra; a guerra por sua vez, é uma reivindicação de paz” (Idem:24).

Proudhon sustenta que quando a paz é assinada e garantida, a guerra é substituída pelos interesses que a execram. Desse modo, nem a guerra e nem a paz jamais conseguiriam sobrepor, totalmente, uma à outra, segundo sua análise serial que comporta tese e antítese, mas dispensa a síntese. Entretanto haveria uma disputa permanente pela soberania da verdade. Trata-se de uma dialética oposta à hegeliana e todas as que se seguiram com caráter pacifista transcendental, assegurando um sujeito universal, uma verdade reconciliada e uma estrutura ordenada, assim como sustenta Foucault sobre o pensamento dialético (Foucault, 2010:50).

Michel Foucault, em suas análises sobre a política, parte da guerra e inverte a proposição de Clausewits “A guerra não é mais que a continuação da política por outros meios”, para “a política é a guerra continuada por outros meios”. Segundo Foucault, se

o poder político interrompe a guerra e faz reinar a paz, não é para suspender os efeitos da guerra, mas para perpetuar as relações de força mediante uma guerra silenciosa, e reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. Foucault nos apresenta, na segunda aula do curso “Em defesa da sociedade”, o discurso histórico-político que chama atenção por não pretender ocupar a posição do jurista ou do filósofo pleiteando a posição do sujeito totalizador, universal ou neutro (Idem:43). Tal discurso aparece após o fim das guerras civis e religiosas do século XVI e entende a guerra como relação social permanente (Ibidem:43).

A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror; a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo (Ibidem:43).

A guerra, dessa forma, continua governando os mecanismos de poder, pois fabricar leis não significa imediatamente paz: a guerra é a cifra da paz. Trata-se de observar a história por baixo de sua estabilidade e equilíbrio; por baixo de seus tratados de paz e tolerância entre minorias e povos, por baixo do discurso jurídico de soberania.

2. A afirmação dos direitos universais e o despontar da sociedade de controle

Após a Segunda Guerra Mundial e seus horrores, tais como o nazismo, diversos documentos foram assinados juntamente com a criação da Organização das Nações Unidas, objetivando construir um cidadão de direitos em âmbito mundial e em conformidade com o estabelecimento da paz entre as nações.

Em 1948, foi redigida a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU, prescrevendo que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da

liberdade, da justiça e da paz no mundo”¹

A declaração faz do direito a fonte de fé e de crença para que os seres humanos sintam-se participantes e responsáveis pela liberdade de todos.

O ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ONU, 1948:3).

Essa nova forma de conduta dos seres humanos que pretenderá estabelecer a tolerância e a paz entre todos os homens e todas as nações está presente em inúmeros documentos produzidos pela ONU, UNESCO e numerosos autores afirmando a denominada “cultura de paz”, em detrimento de uma cultura de guerra, uma cultura que pretende criar as bases para uma paz perpétua, como sugeria Kant.

No livro de Cristina Von, “Cultura de Paz – o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo”, a autora anuncia que a paz não é só ausência de conflito, mas requer uma participação positiva, dinâmica, em que o diálogo é encorajado e os conflitos resolvidos em um espírito de compreensão mútua e cooperação (Von, 2006). Alinha uma conduta a que os indivíduos devem seguir visando a prevenção e a responsabilidade de suas atitudes. Passa-se a construir a cultura de paz sobre o direito sagrado da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é o direito à propriedade e que supõe sua liberdade fundada na segurança (Optiz, 2012).

Von apoia-se no Manifesto 2000, da ONU, que sustenta que se deve respeitar a vida; rejeitar a violência; ser generoso; ouvir para compreender; preservar o planeta; redescobrir a solidariedade (Von, 2004).

No capítulo “Tolerância”, a autora enfatiza que “todos temos de lidar com a diversidade” (Idem: 33), afirmando ser a tolerância não somente um dever moral, mas uma exigência política e jurídica. Para tal, conecta parte da Declaração de Princípios

¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf> Acesso em 11 de março de 2012.

sobre a Tolerância, de 1995, que diz,

1.1 - A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos.

1.2 – A tolerância não é concessão [...] é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades do outro [...] A tolerância deve ser praticada pelos indivíduos, pelos grupos e pelo Estado.

1.3 – A tolerância é o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da democracia e do Estado de Direito².

A tolerância foi desde sempre uma forma de pacificação e civilidade entre os indivíduos, uma vez que é preciso uma conduta específica, para suportar e para tolerar.

Oliveira, em análise sobre a tolerância, volta ao “Tratado sobre a Tolerância”, de Voltaire e mostra que até hoje se faz o duplo indissociável entre tolerância e julgamento (Oliveira, 2005). Voltaire, de acordo com Oliveira, reclama por um julgamento justo, “parametrado por uma consciência que opõe o zelo da humanidade ao zelo da severidade”. E tal zelo, presente na Declaração de 1789, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Declaração de Princípios sobre a Tolerância de 1995 é a defesa do exercício de punir (Idem).

A punição, a partir da noção de moral da justiça e do direito, exerce-se para constituir uma sociedade juridicamente pacificada de iguais, porém hierarquizados; reflete uma cultura construída que se pretende global e que, portanto, exclui os demais costumes, provocando etnocídios que, como coloca Dorothea Passetti acompanhando o antropólogo Pierre Clastres, “transforma o outro no mesmo, pasteuriza, homogeneiza, uniformiza” (Passetti, 2005: 209), uma vez que o etnocídio destrói culturas, diferente do genocídio que destrói fisicamente uma população.

A noção de justiça a que se propõe o Estado mediante a cultura de paz desde o término da Segunda Guerra Mundial, pertence a uma cultura que não declara almejar

² Declaração de Princípios sobre a Tolerância, UNESCO, Paris, 1995. Disponível em < <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm> > Acesso em 11 de março de 2012.

um único sistema de valores e interesses e não mais uniforme, mas multicultural. Pretendendo ultrapassar a uniformização, a forte hierarquização ela é redimensionada em uma nova configuração mais elástica e democrática, mas que permanece configurando a verdade do *mais forte*, seja pela perpetuação do direito sagrado, seja pela própria Declaração dos Princípios sobre a Tolerância.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como procedência à formação dos direitos humanos universais, também o é na conformação do conceito de segurança humana que aparece como redimensionamento da segurança de Estado após a Guerra Fria (Rodrigues, 2012).

Através de teóricos da segurança internacional e da variação dos discursos diplomático-militares a partir dos anos 1990, Rodrigues (2012) chama a atenção para o redimensionamento do qual a segurança do indivíduo passaria a ter como ameaça o que pudesse atingi-la internamente ou transnacionalmente: é preciso protegê-lo de etnocídios e genocídios, garantir sua vida pelo fortalecimento de instituições democráticas do Estado. Esse deslocamento, segundo o autor, é firmado também, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através do conceito de segurança humana apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994. A ONU, como instituição pacificadora do pós-guerra, passa então a considerar certas condutas estatais como corretas ou recrimináveis baseando-se no conceito de segurança humana, além de também passar a julgar indivíduos a partir de um novo direito penal transnacional.

Arelado à segurança humana, discussões em torno do meio ambiente e do clima do planeta surgem como forma de ameaça e, portanto, relativas à responsabilidade dos Estados. Rodrigues aponta como esse discurso constrói o medo de desencadear diversos conflitos, crises e até mesmo guerras, deixando claro como o risco e o perigo que poderiam acarretar à civilização e à cultura da economia capitalista, quando dispensados de cumprimento e responsabilidades democráticas.

O autor aponta para o fato de terem sido os europeus os primeiros a vincularem a questão ambiental/climática à segurança. Expõe também, como os riscos do meio ambiente em relação aos seres humanos poderiam ameaçar a segurança da união europeia através de Documentos, comissões e Relatórios, principalmente com o “Relatório sobre Execução da Estratégia Europeia de Segurança” (Rodrigues, 2012).

A partir daí, passam a ser cada vez mais freqüentes as intervenções e administrações sobre povos e ambientes em nome da paz. Iniciam-se acordos e negócios

transnacionais a fim de se evitar conflitos que possam vir a ameaçar a ordem mundial capitalista e de racionalidade neoliberal.

Segundo Michel Foucault, o liberalismo não é o que aceita a liberdade, mas é o que se propõe a fabricá-la a partir de um princípio de cálculo (Foucault, 2004). Para Foucault, o jogo entre liberdade e segurança é o que está no âmago do liberalismo, uma vez que é preciso proteger o interesse coletivo contra os individuais e vice-versa; é preciso garantir a segurança dos trabalhadores para que não se tornem um perigo para a empresa e a produção. Nada poderá constituir um perigo para os indivíduos nem para a sociedade (Foucault, 2004; Optiz, 2012).

O liberalismo se insere num mecanismo que terá, a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de perigo [...] ele não pode manipular interesses sem ser ao mesmo tempo gestor dos perigos e dos mecanismos segurança/liberdade, do jogo segurança/liberdade que deve garantir que os indivíduos ou a coletividade fiquem o menos possível expostos ao perigo [...] E é essa espécie de estímulo do perigo que vai ser, a meu ver, uma das principais implicações do liberalismo. Toda uma educação do perigo, uma cultura do perigo (Foucault, 2004:90).

É após a Segunda Guerra Mundial, também, que o liberalismo passou por uma intensa revisão de seu discurso, preparado no período anterior e durante a guerra, na qual a crise vivida e anunciada pelo *welfare-state* levaria à restauração do mercado (Idem:298) e a tentativa de recuperar o indivíduo absorvido na massa (Passetti, 2013:86). A partir desse impasse, o neoliberalismo estadunidense redimensionará a crise liberal, por meio da qual o capitalismo não prescindirá de regimes autoritários, mas irá em busca da democracia por meio do mercado livre de intervencionismo e da restauração do indivíduo liberal (Foucault, 2004:85).

É nesse estudo sobre o neoliberalismo estadunidense que Foucault situa sua consolidação a partir do New Deal (nos EUA), do plano Beveridge, na Grã Bretanha (Oliveira, 2002), acompanhados de projetos de intervencionismo econômico e social elaborados durante a guerra, além de programas sobre a pobreza, educação e segregação que se desenvolveram na administração de Truman à Johnson abrindo espaço para o intervencionismo de Estado (Foucault, 2004:299). Foucault destaca o interesse da

concepção neoliberal dos Estados Unidos na teoria do capital humano³, que representa a incursão da análise econômica e reinterpretação de termos econômicos num campo que era considerado não econômico (Idem:302).

Segundo o autor, a economia clássica neutralizava a concepção de trabalho, atribuindo-lhe apenas aspectos quantitativos de tempo. Já os neoliberais realizam a tarefa de análise do comportamento humano e de sua racionalidade interna, deslocando a economia da análise lógica histórica dos processos econômicos para análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos (Ibidem:305).

Passa-se a realçar quem trabalha como quem calcula e utiliza os recursos de que dispõe. O trabalhador passa a ser visto, então, como sujeito econômico ativo e tido como empresa possuidora de capital apta a ser investida. “Uma economia feita de unidades-empresas, uma sociedade feita de unidades-empresas: é isso que é, ao mesmo tempo, o princípio de decifração ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia” (Ibidem: 310).

Há um deslocamento do *homo oeconomicus* da concepção clássica, como parceiro de troca para o *homo oeconomicus* como empresário, empresário de si mesmo, uma vez que o capital humano não pode ser dissociado da renda que produz.

Foucault atenta para uma importante mudança em relação ao *homo oeconomicus* que funcionava no século XVIII como aquilo que não deveria ser modificado pelo governo, pois obedecia e convergia espontaneamente ao interesse dos outros e era o sujeito ou o objeto do *laissez-faire*. Para o *homo oeconomicus* que aparece, mais tarde, na definição de Becker - neoliberal estadunidense um pouco mais radical - e que será o elemento de base da nova razão governamental que se forma no século XVIII. Ele será um o sujeito manejável e que responde sistematicamente a modificações que serão introduzidas no meio. O *homo oeconomicus* aparece como aquele que é eminentemente governável e que irá se pronunciar como parceiro, como elemento essencial da nova razão governamental do século XVIII (Ibidem:369).

³ Os componentes do capital humano, para sua melhoria e investimento são: a utilização genética, em termos de sua constituição, de crescimento e de acumulação; os investimentos educacionais, muito mais amplos e mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou profissional, pensado desde o tempo de afeto dos pais à criança, até seus estímulos culturais; além dos cuidados médicos para que o capital humano seja conservado e utilizado pelo maior tempo possível (Foucault, 2008: 314-316).

Esse *homo oeconomicus* como sujeito de interesses que se configura, levará sua mecânica egoísta de ir em busca de seus interesses; irão se multiplicar e o interesse de cada um se concretizará, através de uma mecânica involuntária responsável por fazer funcionar o *homo oeconomicus*. A economia aparece como impossibilidade de o soberano visualizar a totalidade do Estado que governa. (Ibidem:384). Assim, o mundo político-jurídico e o mundo econômico aparecem, desde então, como mundos heterogêneos e incompatíveis, e Foucault apresenta-nos, então, a seguinte questão: como será possível governar num espaço povoado por sujeitos econômicos?

Sua governamentalidade só poderá ser garantida pela emergência de um novo objeto, que será correlativo a uma nova arte de governar configurada a partir desse problema: o sujeito de direito-sujeito econômico. Eles não irão apenas combinar, mas produzir elementos que formarão um conjunto complexo do qual será a característica da arte liberal de governar. Para tanto, foi preciso dar à arte de governar uma nova referência, uma nova realidade, um novo campo: a sociedade civil, que se tornou a partir de então um correlativo de uma tecnologia de governo cuja medida racional deveria indexar-se juridicamente a uma economia entendida como processo de produção e de troca (Ibidem: 402).

O que se chamará no fim do século XVIII de nação é o que vai possibilitar a configuração de uma tecnologia governamental que não infringe nem as leis da economia e nem os princípios do direito. O governo dessa nova arte de governar respeitará a especificidade da economia, ao mesmo tempo em que administrará a sociedade civil. O *homo oeconomicus* e a sociedade civil são, portanto, indissociáveis, fazendo parte da mesma tecnologia da governamentalidade liberal. E é desse modo que estamos diante de uma sociedade na qual o problema vai ser o de saber como regular e limitar o poder no interior de uma sociedade em que a subordinação já atua. Trata-se, a partir do século XIX, de regular o governo não pela racionalidade de quem governa, mas pelos governados como sujeitos econômicos. É essa racionalidade característica do liberalismo: o princípio de racionalização da arte de governar no comportamento racional dos que são governados, por meio da sociedade civil.

Porém, diferente da sociedade disciplinar do século XVIII em que no século seguinte colocava em jogo a biopolítica da espécie humana, através da regulamentação da vida da *população* (Foucault, 2010:207), configura-se após a Segunda Guerra

Mundial, um novo tipo de sociedade e ganham proporções novas próprias do liberalismo⁴.

Deleuze denominou o que vivemos hoje de sociedade de controle (Deleuze, 2010:220), em que não predominam mais os confinamentos, mas controles contínuos e comunicação instantânea (Idem:220). Os confinamentos da sociedade das disciplinas, são como *moldes* distintos, enquanto na sociedade dos controles são *modulações*, “como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (Ibidem:225).

Os controles de hoje, são muito menos repressores e muito mais sutis, inibindo e capturando resistências velozmente. Não mais o combate à resistências, mas capturas que levam à inclusão (Passetti, 2007:12). “Não há mais o produtivo especialista disciplinar e disciplinado, mas o polivalente atuante, transparente” (Passetti, 2003:31).

3. A construção de uma ideia de justiça

Um grande modelo relativo aos valores e condutas que vêm sendo institucionalizados jurídica e coercitivamente em nome da paz e da segurança, deve-se a ideia de justiça projetada por Amartya Sen, trabalhada a partir de conceitos como liberdades e capacidades.

Sen elabora a ideia de justiça vinculando-a com a prevenção de injustiças. Critica, por exemplo, alguns autores iluministas como Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau que concentraram seus esforços a fim de obter uma sociedade plenamente justa. Caracteriza essa abordagem como “institucionalismo transcendental”, uma vez que não repercutem comparações relativas de justiça e injustiça. Além disso, o institucionalismo transcendental, para o autor, foca nas instituições, ao invés de pensar em uma sociedade tangível, ou seja, na vida real dos indivíduos em sociedade.

A partir daí, baseia o alinhamento de sua pesquisa não nos iluministas, mas na tradição de diferentes autores combinados: Smith, Condorcet, Wollstonecraft, Bentham, Marx, Mill, entre outros (Sen, 2011:20). Seu ponto de vista toma a via comparativa, em

⁴ Foucault estudou duas delas que se tornaram emblemáticas; o ordoliberalismo e o neoliberalismo estadunidense (Foucault, 2004).

vez da transcendental, focalizando as realizações que ocorrem nas sociedades envolvidas, em suas instituições e regras, incluindo a vida das pessoas e seus comportamentos.

O economista parte de algumas noções da teoria do direito indiano para introduzir sua ideia de justiça. Considerando as palavras *niti* e *nyaya*, aponta a segunda como abrangente à justiça realizada. *Nyaya* não julga apenas as instituições e as regras, mas as próprias sociedades e não funciona, portanto, na tentativa de alcançar uma sociedade plenamente justa, mas na prevenção de injustiças manifestas, incluindo, assim, o exercício de direitos e as responsabilidades individuais (Idem:19).

Sen afirma a liberdade de escolha inteligente quando pensa não só na compreensão dos próprios interesses, mas também nas dos outros. “O que devemos uns aos outros’ é um assunto importante para a reflexão inteligente” (Idem:75).

Considera a noção de capacidade intrínseca às oportunidades abrangentes que uma pessoa possui para realizar aquilo que quer e não apenas à culminação do que ocorre. Analisa a capacidade de um indivíduo a partir de uma pluralidade de características de suas vidas e não foca, por exemplo, apenas no dinheiro que uma pessoa possui, pois existem outras variáveis, tais como doenças, que podem afetar suas capacidades.

É a partir dessa perspectiva informacional ampla que faz sua crítica ao índice relativo ao Produto Nacional Bruto de um país, derivado da tradição utilitarista que trabalha com a homogeneização das riquezas e diversidades da vida, porém não critica o utilitarismo em si, advertindo que há muita diversidade dentro da própria utilidade, citando Aristóteles e Stuart Mill (Idem).

Dentro das capacidades que interferem na vida dos indivíduos, o meio ambiente faz importante associação à qualidade de vida humana. Para o autor (e é o que se mostrará bastante visível nos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, também quando trata do bem-estar e qualidade de vida de todos), não basta a conservação do meio ambiente, deve haver a busca ativa de melhoras. Sen entende a noção de desenvolvimento como processo de empoderamento⁵, que deve ser usado para investir no meio ambiente.

⁵ Empoderamento, para Amartya Sen, remete ao aumento da liberdade efetiva dos seres humanos. Através do meio ambiente, empoderamento promove a construção de benefícios para o meio ambiente em decorrência do alargamento de capacidade das pessoas (Sen, 2011: 283).

Em 1990, ele introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo PNUD, elaborado em parceria com Mahbub ul Haq. Sen é o principal teórico do conceito de desenvolvimento humano do mundo, vencedor do Nobel de economia em 2008 e responsável pela orientação de muitos relatórios globais, nacionais e regionais do PNUD.

Para o autor, o enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que formulavam o Produto Nacional Bruto (PNB), que media apenas o aumento de rendas pessoais, industrialização e avanço tecnológico ou modernização social, uma vez que liberdades dependem de outros determinantes, tais como “as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)” (Sen, 2012:16). O desenvolvimento tem de relacionar-se sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos (Ibidem:29). O IDH, nesse sentido, pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano concebido por Sen. É composto por três pilares: saúde, medida pela expectativa de vida; educação, medida por média de anos de educação de adultos e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar; renda, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB), per capita⁶.

O IDH Longevidade considera a expectativa de vida ao nascer, sintetizando o nível e a estrutura de mortalidade de uma população, suas condições sociais de saúde e de salubridade, além da violência em que se encontram.

O IDH Educação compõe o nível de escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem, refletindo o funcionamento do sistema educacional.

O IDH Renda considera a renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos, medindo a capacidade dos habitantes de garantirem suas necessidades básicas, como água, alimentação e moradia.

Considera como liberdades instrumentais a serem implementadas: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora, associando esta última à presença de direitos e de liberdades democráticas, uma vez que o crescimento econômico está mais ligado a um clima econômico mais propício do que a um sistema político mais rígido (Sen, 2012:30); e

⁶ Disponível em http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH. Acesso em 30 de agosto de 2013.

relaciona diretamente, liberdade à segurança, tratando-a como modo de iniciativa individual e eficácia social e capacidade de participação.

Reafirma a racionalidade neoliberal dizendo que a liberdade política reside na oportunidade dos cidadãos de escolherem e saberem selecionar valores a fim de que haja uma harmonia entre “as disposições sociais que visam expandir as liberdades individuais e o uso de liberdades individuais não só para melhorar a vida de cada um, mas também para tornar as disposições sociais mais apropriadas e eficazes” (Idem: 49).

Sen deixa clara a noção de pobreza como privação de capacidades, vistas de modo amplo: heterogeneidades pessoais, diversidades no ambiente físico, variações no clima social e as diferenças de perspectiva relacionais, que demonstram, segundo o economista, como a pobreza não deve se reduzir apenas ao caráter financeiro. As pessoas pobres, então, são alocadas a um papel de vítima e *vulneráveis*⁷, devendo ser geridas pela prevenção de injustiças.

O papel das instituições e das pessoas, portanto, seria mais complexo do que apenas a promoção de virtudes baseada no mercado. O avanço das injustiças exige, dessa forma, “o ajuste do comportamento e os procedimentos de correção dos arranjos sociais baseados na discussão pública daquilo que é prometido, em como as instituições realmente funcionam para fora e como as coisas podem ser melhoradas” (Sen, 2011: 302).

Quando mais capacidade inclui mais poder de influenciar a vida de outras pessoas, uma pessoa pode ter uma boa razão para utilizar a capacidade melhorada – a maior liberdade da agência – para melhorar a vida dos outros, sobretudo se eles estiverem em pior situação, em vez de se concentrar apenas em seu próprio bem-estar (Idem: 323).

Em relação à democracia, ele a localiza como estreitamente vinculada a justiça, “uma vez que na filosofia contemporânea a ideia de que a democracia é mais bem-vista como governo por meio do debate ganhou ampla aceitação” (Ibidem: 358). Fazem parte da compreensão de democracia a participação política, o diálogo e a interação pública.

No sistema democrático, acredita-se haver uma mídia livre e vigorosa global, assumindo uma contribuição direta da liberdade de expressão geral e da liberdade de imprensa em particular para a qualidade de nossas vidas. Essa mídia teria a função protetora dos meios de comunicação, principalmente aos indivíduos que coloca como

⁷ Conceito a ser apresentado a frente, no capítulo “4.1. A resiliência que atravessa o PNUD”.

desfavorecidos, o que segundo ele, poderia contribuir enormemente para a segurança humana, servindo como punição e normalização aos governantes, que devem encarar críticas públicas para tomarem providências em relação aos esquadrihados como negligenciados.

Porém, num sistema democrático ninguém é excluído, pois como o próprio autor apresenta, as minorias são defendidas pela regra imposta pela maioria através dos direitos liberais que defendem numa democracia, além de argumentar que o funcionamento das instituições democráticas depende dos agentes humanos, quando defende o uso do *nyaya* democrática, ao invés do *niti* que foca apenas na eleição como característica do sistema democrático.

Sen defende valores como a tolerância, liberdade de expressão, pluralidade e combate à violência, porém sem se desvincular do regime de punições intrínseco à continuidade da prevenção geral. Além disso, associa, como de hábito a todo liberalismo, liberdade à segurança: “Deve ser dada atenção à ampla evidência de que a democracia e os direitos políticos e civis tendem a reforçar as liberdades de outros tipos (como a segurança humana) ao dar voz, pelo menos em muitas circunstâncias, aos carentes e vulneráveis” (Ibidem: 383). Enquadra as liberdades em direitos, sendo remetidas, dessa forma, às responsabilidades e obrigações:

“A abordagem dos direitos humanos requer que os direitos admitidos de todos, na forma do respeito às liberdades e obrigações correspondentes, recebam reconhecimento ético” (Ibidem: 397), partindo-se do pressuposto de que a liberdade de uma pessoa se limita à liberdade das outras e por isso devem se adequar às normas jurídicas coercitivas. São coercitivas também as condutas criadas a partir da legislação e não apenas dentro dela, uma vez que a ética dos direitos humanos não deve se restringir às leis, mas a monitoramentos e outras formas de apoio ativista para ampliar o alcance desses direitos. Na ética dos direitos e deveres dos direitos humanos, todos estão convocados a agir através dos mesmos valores morais. Há a exigência e a obrigação baseada na razão de se impedir que ocorram violações a essa verdade que se pretende global. Procede, assim, para formação do indivíduo que policia a si e aos demais (Passetti, 2004; 2011) e que valoriza o teatro eterno das denúncias.

Como já mencionado no início do presente relatório, é reafirmado por Sen o desencadeamento no meado do século XX da política mundial de justiça, vindo a refletir em ações e responsabilidades em escala mundial, produzindo também um novo tribunal em escala transnacional legitimado pelo combate à violência, combate a pobreza e

carências sociais.

A inclusão dos novos direitos de segunda geração, que fortalecem a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, integra-se, à ideia de desenvolvimento global e direitos humanos capazes de aprimorar as capacidades humanas e de integração entre os povos através do direito que assimila as diferenças para poder incluir, por meio da convocação à participação⁸ (Passetti, 2003; 2006; 2007) de todos alegando serem importantes as diversidades e pluralidade de opiniões, uma vez que para um indivíduo ser reconhecido pelo Estado, ele tem de se igualar e se neutralizar em relação aos outros, em submissão as normas.

4. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Presente hoje em 177 países, o PNUD foi criado pelo sistema ONU em 1965 e trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano⁹. Segundo o próprio Programa,

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede de desenvolvimento global da Organização das Nações Unidas. O PNUD faz parcerias com pessoas em todas as instancias da sociedade para ajudar na construção de nações que possam resistir a crises, sustentando e conduzindo um crescimento capaz de melhorar a qualidade de vida para todos. Presente em 177 países e territórios, o PNUD oferece uma perspectiva global aliada à visão do local do desenvolvimento humano para contribuir com o empoderamento de vidas e com a construção de nações mais fortes e resilientes.¹⁰

É a agência líder de desenvolvimento e tem como principal objetivo a redução

⁸ De acordo com Passetti, “a convocação à participação implica controlar o querer e um novo governo da verdade. Dessa maneira, o humano não se funda mais na reflexão, mas na programação” (Passetti, 2011:136).

⁹ Disponível em <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/pnud/>. Acesso em 12 de março de 2013.

¹⁰ Disponível em <http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx>. Acesso em 13 de março de 2013.

da miséria, segundo site oficial da Organização das Nações Unidas.¹¹

O PNUD possui os seguintes objetivos: Governança Democrática; Redução da Pobreza; Prevenção de Crises e Recuperação; Energia e Meio Ambiente/Desenvolvimento Sustentável e Aids¹².

Como já mencionado anteriormente, Rodrigues apresenta a ampliação do conceito de segurança nos anos 1990 quando passa de segurança de Estado, presente no período da Guerra Fria para a de segurança focada no indivíduo, reconhecido como cidadão de direitos transnacionais, acoplando diversos novos direitos vinculados à segurança, tais como segurança pessoal, segurança política, segurança econômica, segurança comunitária, segurança sanitária, segurança alimentar e segurança ambiental.

A partir da década de 1990 também, o PNUD em parceria com o governo brasileiro iniciou investimentos para gerenciar programas de desenvolvimento. O cofinanciamento de recursos pelo governo praticamente substituiu a doação internacional de recursos¹³.

Desde 2000, o PNUD foca no compromisso em torno dos “Objetivos do Milênio”, com metas que foram traçadas para até 2015. São eles: Redução da pobreza; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater a Aids, malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento¹⁴.

4.1. A resiliência que atravessa o PNUD

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, foram pela primeira vez incluídas ao conceito de meio

¹¹ ONU. Disponível em <<http://www.onu.org.br>> Acesso em 18 de janeiro de 2011.

¹² PNUD. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/>> Acesso em 12 de agosto de 2011.

¹³ PNUD. Sobre o PNUD. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx#>>. Acesso em agosto de 2011.

¹⁴ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em março de 2012.

ambiente não apenas questões ecológicas ou de saúde, mas questões sociais que há um século antes estariam restritas ao que se concebia como população (Carneiro, 2012:12).

Em 1980, a *Estratégia Mundial para a Conservação*, pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), em colaboração com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e o WWF (World Wildlife Fund), aparece pela primeira vez a expressão “desenvolvimento sustentável”, mas é com o Relatório Brutland, “Nosso Futuro Comum”, em 1987, que se torna consenso fundado em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental (Idem:14-15).

A partir dessa relação que conecta a preservação da natureza ao desenvolvimento humano, emerge a noção de qualidade de vida, em que está em jogo a preservação da vida por meio da sustentabilidade (Passetti, 2013:91).

Acompanhado a essa noção, aparece o termo *vulnerabilidade*, sendo ambos associados à política de segurança derivada do programa tolerância zero, cujo um dos objetivos é *limpar a peste das ruas* (Oliveira, 2007:156). Segundo Oliveira, ocorre em 2000, a criação pela Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), solicitada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, um novo sistema de indicadores, intitulado Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), respaldado na argumentação de Katzman (1999) de que, como a vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, obtêm-se uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem vários segmentos populacionais, assim como a possibilidade de que sejam superados ou minimizados (Idem:155). Ainda em 2000, é criado no âmbito do Projeto Fábrica de Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), “a determinação de vulnerabilidade neste caso transcorre na mutação de nomenclaturas parametradas pelo discurso da prevenção geral a serviço do combate à violência associando cultura e educação para o futuro” (Idem:156).

A vulnerabilidade, vinculada ao combate à violência e à prevenção, a fim de criar ambientes seguros, é como se apresenta no discurso do PNUD, como será visto, sendo utilizado para que haja intervenções sobre aquele que é considerado nessa condição. Conforme Passetti:

Hoje, sob a condição de *vulnerabilidades*, qualquer pobre, como uma futura ameaça à ordem, necessita de investigação sobre sua formação para que não venha a se tornar o inevitável criminoso ou a potencial vítima propícia, o vagabundo, o arruaceiro, o traficante, o amedrontador do bom cidadão. Ele passa a ser alvo do investimento em inclusão por meio da instalação de equipamentos sociais, educação eletrônica e estímulo à participação, na melhoria de condições de existências na *própria comunidade* (Passetti, 2007:29).

Para reduzir vulnerabilidades e ampliar qualidade de vida, têm-se um terceiro termo que vem sendo utilizado em meio à contenção de riscos e no que se refere a gestão de pessoas vinculadas a seus ambientes: a noção de *resiliência*, termo é proveniente da física, e ainda na sociedade disciplinar, a palavra foi nomeada por Thomas Young, em 1807. Resiliência ou “módulo de elasticidade”, indica a suportabilidade de um material frente a um impacto, e sua capacidade de deformar-se e retornar ao seu estado original (Oliveira, 2012:106).

Oliveira atenta para o deslocamento do conceito de resiliência de medo-contágio-risco, na biopolítica para uma nova combinação após a Segunda Guerra Mundial, que seria resiliência, vulnerabilidade e proteção, cujos maiores contornos aparecerão em 1970 e depois com maior intensidade na década de 1990 e 2000 (Idem:111). Ainda de acordo com a autora, ocorrem investimentos que valorizam a resiliência como conceito-chave para a gestão de pessoas em diversos espaços e situações, nos quais se adaptam para contornar as denominadas vulnerabilidades, assujeitando-se pelo conceito de vítima indissociável da própria resiliência (Ibidem:107). Oliveira aponta para um momento em que o resiliente não é mais construído como sinônimo de invulnerável, mas como vulnerável que é capaz de forjar e revestir-se de mecanismos de proteção (Ibidem:112).

Outro deslocamento que a autora situa é o de possível na sociedade disciplinar, ou seja, a *degeneração* – cujo efeito político funcionou como base para a normalização de pessoas, encontrar-se agora como *degradação* atrelado à vulnerabilidade:

[...] agora se investe no governo do planeta, também, enquanto restauração do vivo frente à iminência ou conseqüências de sua *degradação*, que se inicia pela prerrogativa da *sobrevivência*; neste caso, a resiliência articula-se de forma indissociável ao conceito de *vulnerabilidade* e *adversidade* e se mostra como um elemento imprescindível ao lado de *sustentabilidade*, promovendo adaptações, mais próximas de adequações e simultâneos apaziguamentos (Ibidem:108).

4.1.1. A construção da resiliência

Segundo Helen Clark, a base do desenvolvimento passa pelo crescimento inclusivo e combate às mudanças climáticas. De acordo com o que declarou na 4ª Conferência da ONU, o grupo formado pelas 48 nações mais pobres do mundo, os denominados Países Menos Desenvolvidos, devem se tornar mais resilientes aos choques internos. Trata muitas vezes o conceito de *resiliência* aproximando-o à resistência, principalmente como forma de superação de grupos vulneráveis a uma determinada situação. Conforme atenta Oliveira, a resiliência, como plasticidades amorfas e modulares, não suportam fissuras (Oliveira, 2012:107), caso oposto do que ocorre com resistência e revolta.

É desse modo, portanto, que os investimentos na redução da pobreza e proteção social são fundamentais para a construção da resiliência, considerada a base do desenvolvimento sustentável, segundo Clark¹⁵, o que demonstra a relação que se estabelece hoje entre resiliência, vulnerabilidade e proteção, como aponta Oliveira, e que irão aparecer em muitos relatórios e discursos vinculados ao PNUD e outros Programas, Campanhas, Objetivos e Documentos.

No Haiti, ocorre o projeto do PNUD “16 bairros, 6 acampamentos”, em que, por meio de treinamento e financiamento, a iniciativa auxilia mulheres a comandarem pequenos empreendimentos dos que foram atingidos pelo terremoto. 750 haitianas já receberam treinamento vocacional e profissional, criando mais de 450 empregos e mais

¹⁵ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3623>> Acesso em 01 de agosto de 2013.

de 350 microempresas¹⁶.

No “Relatório de Desenvolvimento Humano para a África 2012: Rumo a um Futuro de Segurança Alimentar”, a construção da resiliência aparece como medidas que devem ser tomadas para diminuir a vulnerabilidade das pessoas e comunidades em relação aos desastres naturais, conflitos civis, alterações sazonais ou voláteis nos preços dos alimentos e às mudanças climáticas. Tais medidas se traduzem em políticas que podem proteger as pessoas destes riscos e aumentar suas rendas¹⁷.

A resiliência se vincula à contenção de qualquer tipo de resistência ou qualquer que ameace a ordem, o que eclode muitas vezes associado ao investimento em pessoas e no meio em que vivem, implicando a preocupação sobre o que o meio ambiente pode causar em relação a riscos, e na preocupação em empregar e retirar as pessoas da condição de miséria.

4.1.2. Resiliência e conflitos

Em discurso pronunciado no Centro de Pesquisa em Artes, Ciências Sociais e Humanidades de Cambridge (CRASSH), Clark compartilhou suas perspectivas sobre a agenda do desenvolvimento do século 21 e suscitou também o vínculo da resiliência com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Segundo a gestora internacional do PNUD, dados preliminares de 2010 disponíveis no Banco Mundial mostram que as metas dos ODM de reduzir para a metade a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza até 2015 já foram cumpridos. Assevera, porém, que apesar dos bons resultados, muitas pessoas ainda vivem em condições de miséria, em locais de alta vulnerabilidade, de sistema econômico volátil, locais com violência armada e crimes organizados que ameaçam a segurança humana¹⁸, além do stress climático em

¹⁶ Disponível em <http://www.onu.org.br/com-apoio-do-pnud-mulheres-comandam-pequenos-negocios-no-haiti-tres-anos-apos-terremoto/> Acesso em 14 de agosto de 2013.

¹⁷ Disponível em <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3600> Acesso em 02 de agosto de 2013.

¹⁸ Segundo Thiago Rodrigues, através de teóricos da segurança internacional e da variação dos discursos diplomático-militares a partir dos anos 1990, há um redimensionamento em que a segurança do indivíduo passa a ter como ameaça o que possa atingi-la internamente ou transnacionalmente: é preciso protegê-los de etnocídios e genocídios, garantir sua vida pelo fortalecimento de instituições democráticas do Estado.

que o planeta se encontra, desencadeando desastres. Por isso, é preciso, segundo a representante do PNUD, de um passo a frente: a resiliência, da qual sempre pretende associar a resistência.

O desenvolvimento baseado na resiliência oferece uma base forte para alcançar o desenvolvimento sustentável, coloca Clark. “Pessoas e infra-estrutura, comunidades e instituições, devem ser equipados para resistir a choques externos, sejam eles quais forem” (Clark, 2012). A administradora declara que entende o conceito de resiliência desenvolvido na psicologia, a partir da forma em que os indivíduos lidam com o estresse e as adversidades. Para o PNUD, alcançar a resiliência é um processo de transformação que se baseia na força inata dos indivíduos, suas comunidades e instituições para que se previna e amenizem os impactos e choques de qualquer natureza. Clark distingue a noção de resiliência de adaptação. Segundo ela, o PNUD vê a adaptação como um processo de responder à evolução das circunstâncias ou de eventos previstos específicos, diferente da resiliência que implica na capacidade inata do indivíduo. Assim sendo, afirma que é preciso ir além da adaptação.

A primeira prioridade deve ser a prevenção complementada por esforços explícitos para reduzir as vulnerabilidades sociais e um compromisso para manter a integridade das comunidades, instituições e ecossistemas. Estes são os alicerces da resiliência. Desenvolvimento sustentável baseado na resiliência também invoca o agenciamento de pessoas, instituições e sistemas. Ele clama para o desenvolvimento da agência ou da capacidade dos pobres para superar as suas condições (Clark, 2012).

Clark aponta princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável baseado na resiliência, o que significa algo muito mais forte do que quando aplicado sem ela: O desenvolvimento sustentável baseado na resiliência exige respeito ao contexto de onde deve ser construído; devem haver parcerias respeitáveis entre as relações e em que os países em desenvolvimento estão no “banco do motorista”; devem haver políticas integradas de decisões, planejamento e orçamento para que haja coerência entre as instituições e sociedade, o que é vital para a resiliência sistêmica; para combater as adversidades, deve haver uma cultura apreendida, pois é preciso

capacitar as pessoas e mobilizá-las para que as superem ou as atenuem; o compromisso precisa ser a longo prazo e também estratégico, devendo haver apoio internacional e contínuo do PNUD em países em desenvolvimento para que se formem cada vez mais resilientes¹⁹.

As instituições, de acordo com Clark, como o Estado, devem combater o crime, fornecendo proteção aos cidadãos e reforçando os contratos sociais. Quando não se garante o acesso à justiça e o funcionamento de um serviço público, além de um ambiente propício, as comunidades tornam-se vulneráveis às entidades criminosas²⁰.

Pode-se observar mais uma vez o esforço do PNUD em construir a dependência de indivíduos e grupos às instituições e empresas através da resiliência carregada de proteção, além da necessidade de incluir os que podem vir a ser uma ameaça.

Clark também destaca em seu discurso a importância de um estado resiliente ancorado numa sociedade coesa. “Sociedades resilientes são também aquelas com capacidade de tolerância e de diálogo que possam mediar as diferenças amigavelmente. Exibem confiança social e civil permitindo, assim, que as pessoas se sintam incluídas e incentivadas a trabalhar juntas” (Clark, 2012), uma vez que sem as capacidades para tolerância, a fragilidade pode sobrecarregar as instituições e os sistemas de uma sociedade.

São muitos os exemplos que a gestora apresenta em relação à construção da resiliência baseada numa infra-estrutura para a paz. A mais recente se deu na Guiana. Até 2001 as eleições nacionais passavam por tensões inter-étnicas e de violência. A partir de 2003, o PNUD lançou o Programa de Coesão Social no país para fortalecer a mediação às tensões entre os grupos em embate, criando um local de diálogo a fim de mobilizar a sociedade civil e a coesão social da comunidade. Desse modo, a eleição de 2006 se deu de forma pacífica e a de 2011 também, pois a Guiana continuou a fortalecer sua infra-estrutura para a paz²¹.

Para Clark, conflitos impedem o desenvolvimento e por isso discute como o PNUD trabalha para resolver conflitos em cada país. Segundo a gestora, a Carta das Nações Unidas assinada em São Francisco, no ano de 1945, elaborada logo após a

¹⁹ Disponível em <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/speeches/2012/04/16/helen-clark-putting-resilience-at-the-heart-of-the-development-agenda/>> Acesso em 05/08/2013.

²⁰ Idem.

²¹ Ibidem.

Segunda Guerra Mundial, tinha como foco manter a paz e a segurança entre os Estados e a diplomacia. Já no atual momento, outras tendências da natureza dos conflitos se evidenciam, tais como fraca governança pós conflito e insegurança permanente, que permitem que outras formas de violência se agravem.

Os comentários do Banco Mundial no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2011 aponta que a violência do século 21 não se encaixa no mesmo molde da do século 20, uma vez que, embora tenha havido uma queda na incidência de guerras interestaduais, as demais formas de conflito e violência não se encaixam em categorias de “guerra e “paz”, ou de “violência criminal” e “violência política”. Cerca de 1,5 bilhões de pessoas vivem em países frágeis e afetados por conflitos ou em países com altos índices de violência criminal. Isso faz com que a promoção da paz e da segurança, no sentido mais amplo, sejam fundamentais para garantir o desenvolvimento humano (Clark, 2013).

O grande problema para o PNUD apresentado por Clark, é que as pessoas que vivem em países frágeis e afetados por conflitos compõem quinze por cento da população mundial e também os trinta por cento que vivem em extrema pobreza. Nove dos dez países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano viveram situações de conflito nos últimos 20 anos e o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2011 revelou que nenhum dos cinquenta países considerados frágeis irá alcançar um único Objetivo do Milênio até 2015²².

Os conflitos, para o PNUD, destroem infra-estruturas essenciais e a coesão social, além de causarem danos à instituições públicas, facilitando a corrupção e abrindo espaço à impunidade²³.

Por isso, o relatório do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, sobre a agenda pós-2015 sugere que a paz e a segurança sejam uma das quatro dimensões fundamentais da nova estrutura de desenvolvimento, juntamente com o desenvolvimento inclusivo

²² Disponível em <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/speeches/2013/02/11/helen-clark-conflict-and-development-inclusive-governance-resilient-societies.html>>. Acesso em 20 de julho de 2013.

²³ Idem.

social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico inclusivo²⁴.

A resiliência aparece mais uma vez fomentada pelo empreendedorismo. Os conflitos aparecem vinculados à pobreza e para repará-los é preciso investir, punir e incluir social e economicamente.

Tem-se argumentado que as manifestações específicas da pobreza, tais como o desemprego em grande escala entre os jovens ou a insegurança alimentar, podem causar conflitos violentos. Assim, pode-se deduzir que, conforme o mundo se torna mais rico, ele irá inevitavelmente tornar-se mais tranquilo e mais seguro (Clark, 2013).

Clark aponta ser o trabalho do PNUD guiado por duas ênfases: a primeira ênfase deve se estabelecer na construção da resiliência a choques e vulnerabilidades – seja esta econômica, política ou ambiental, incluindo sistemas de governança mais eficazes e inclusivos. A segunda ênfase está no fortalecimento de instituições, treinamento à comunidades e habilidades necessárias para prever conflitos, e o alcance da tecnologia necessária para monitorar e prever focos de violência, mediando e minimizando os conflitos nesses espaços. Sem essa preparação para a capacidade de lidar com choques, o desenvolvimento não pode ser ampliado de forma sustentável²⁵.

Para consolidar a paz, construir resiliência e prevenir a violência, o PNUD intervém em governos e sociedades basicamente de quatro maneiras, segundo Clark: trabalhando para garantir que as pessoas se sintam seguras o suficiente para que invistam em seus futuros; desenvolvendo capacidades de todos os grupos para que se envolvam na resolução de conflitos e mediação; ajudando comunidades a lidar com a violência; reconstruindo a confiança entre os cidadãos e o Estado através da consolidação de sistemas de governança e de instituições inclusivas, ágeis e responsáveis²⁶.

Em relação ao aumento de segurança de cada pessoa, o PNUD estabelece que o importante é o indivíduo desempenhar um papel ativo no aumento de sua própria segurança. É necessário que haja a inclusão de todos para que a paz seja estabelecida,

²⁴ Ibidem.

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem.

pois de nada adianta uma população envolvida periféricamente neste processo. É essencial que todas as pessoas e instituições estejam capacitadas para que se envolvam na resolução de conflitos, mediações, processos de paz e de planejamento para o desenvolvimento.

Em muitos casos o PNUD cria conselhos de paz e de apoio que integrem a sociedade civil e governos, além da formação de empregos para jovens. É o caso de Gana, que aparece entre muitos outros exemplos. Foram criados no país treinamentos de mediação, aconselhamento sobre a prevenção de conflitos e apoio ao Conselho Nacional de Paz, à polícia e às autoridades eleitorais para que a paz seja assegurada em meio às eleições, modelo replicado em outros países do Oeste Africano, tais como no Quênia.

Quanto a garantia da consolidação da paz em países que sofreram conflitos, mas que já foram apaziguados, o PNUD auxilia governos, tribunais, polícia e advogados para que haja a prestação de serviços de justiça e segurança, em especial aos considerados vulneráveis. Na Somália, por exemplo, ajudou a estabelecer tribunais móveis para melhorar o acesso aos serviços judiciais em todo o país. Em 2011, apoiou o governo a treinar mais de 14 mil policiais. Além disso, cerca de 1350 jovens foram beneficiados no último ano com treinamentos de cursos profissionalizantes para criar meios de vidas sustentáveis no país, através de projeto beneficiado pelo PNUD. Desses jovens, 40% encontraram empregos e 30% abriram microempresas²⁷.

Em Angola, a Sub-Secretária geral da ONU e gestora associada ao PNUD, Rebeca Grynspan, foi ao país com o intuito de fortalecer a parceria entre a ONU/PNUD e o Governo de Angola, em torno das prioridades do governo na diversificação da economia, desenvolvimento rural e alcance dos Objetivos do Milênio. O PNUD apoiou no país, a implementação da Incubadora de Negócios de Luanda, projeto que visa a construção de novas empresas. Quase 3000 empreendedores foram treinados e 120 novos empregos foram criados. Além disso, o PNUD centra-se na reabilitação e reconstrução de pessoas com Aids, “na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres e em outras áreas previstas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”²⁸.

No Afeganistão, o PNUD ajudou a recrutar e treinar a polícia, além de administrar os pagamentos de salário para os 137 mil membros da força de polícia

²⁷ Disponível em < <http://www.pordentrodaffrica.com/negocios/cursos-profissionalizantes-do-pnud-ajudam-a-reduzir-pobreza-na-somalia>.> Acesso em 22 de agosto de 2013.

²⁸ Disponível em < <http://www.ao.undp.org/news186.htm>.> Acesso em 05 de julho de 2013.

nacional. No Leste da República do Congo, ajudou a desenvolver a capacidade das autoridades para processar a violência sexual e ampliar o acesso à justiça para as vítimas através da prestação de tribunais móveis.

A paz que o PNUD busca consolidar recria e reafirma a dependência dos cidadãos em relação ao Estado, não apenas como instituição, mas como formação de subjetividade dentre os indivíduos que julga, polícia e pune em prol dos Direitos Humanos e da segurança.

Um elemento essencial da construção da paz é a reconstrução da confiança dos cidadãos nas instituições e fortalecimento da legitimidade do Estado. Isso ajuda a oferecer uma participação na sociedade a grupos que poderiam ser atraídos para a violência armada. (Clark, 2013).

Pretende-se substituir a violência através do trabalho humanitário e coesão social. O controle da criminalidade deve ser realizado para estabelecer e ampliar a segurança humana e a proteção dos direitos humanos. Os cidadãos, cada vez mais reclamam por criminalizações, diferenciando os que devem ser protegidos e assegurados e aqueles que não seguem uma conduta preventiva e voltada para melhorias, e que, portanto, devem ser contidos e reeducados.

Atenta-se, em relação a esse processo de estabelecimento da paz que renova os dispositivos punitivos, que isso não se dá apenas através da criação de bases de apoio e na formação de policiais e tribunais, mas que parte essencial ocorra pela ação constante dos próprios indivíduos, como Passetti apontou ao tratar do que define como sociedade de controle, da qual o cidadão participa ativamente em decisões sobre a vida do planeta:

Nela, as pessoas comuns (os cidadãos) são convocados a julgar, mas também estimuladas a denunciar e a delatar os suspeitos [...] Agora todos (os pobres habitantes das periferias ou favelas-comunidades) são chamados a participar de julgamentos em parceria (pela ampliação do raio de ação não só da justiça restaurativa), colaborando com sua responsabilidade de cidadão, defendendo sentenciamentos mínimos, máximos, perpétuos e até penas de morte, atuando para colaborar com a ordem das penalidades a céu aberto (como liberdade assistida, regulação eletrônica, sistemas de encarceramentos, etc.) (Passetti, 2007:33).

4.1.3. Resiliência e meio ambiente

Em Conferência à Universidade de Canterbury Hopkins nos EUA, Helen Clark referiu-se à importância da redução do risco de desastres e a recuperação do desenvolvimento sustentável na construção do que chama de Edifício Resiliência. Citou diversos locais em que as populações foram vítimas de desastres naturais, retratando episódios em que muitos perderam a vida e suas propriedades, como ocorreu em Christchurch e no Haiti. Segundo ela, isso ocorreu porque muitos países ainda não investem o suficiente na prevenção de catástrofes, uma vez que o risco de desastres concentra-se nos países mais pobres em que a governança é mais fraca²⁹.

A partir dessas perspectiva, portanto, Clark afirma que a redução do risco de desastres é vital para a construção de um futuro mais justo e sustentável. Para tanto, criou-se o Quadro de Ação de Hyogo para 2005-2015 pela Assembleia Geral da ONU e aprovado por 168 países após o tsunami do Oceano Índico, de acordo com cinco prioridades:

Assegurar que a redução do risco de desastres seja nacional e uma prioridade local, com uma forte base institucional para a implementação das medidas necessárias; Identificar, avaliar e controlar os riscos de desastres e melhorar os sistemas de alerta; Utilizar o conhecimento, a inovação e a educação para a construção de uma cultura de segurança e resistência a todos os níveis; Reduzir os fatores de risco subjacentes e fortalecer a preparação para desastres a fim de uma resposta eficaz na recuperação em todos os níveis, do local ao nacional. A Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (ISDR) promove a cooperação entre os governos, organizações internacionais e nacionais, e atores da sociedade civil (Clark, 2012).

Um dos pontos fortes do Quadro de Hyogo é ser um arranjo voluntário com mais

²⁹ Disponível em <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/speeches/2012/08/15/helen-clark-building-resilience-the-importance-of-prioritising-disaster-risk-reduction-.html>> Acesso em 05 de agosto de 2013.

de 100 países e territórios que foram monitorados e tiveram seus progressos relatados. Não há metas específicas, porém uma série de países se comprometeu voluntariamente às metas, como é o caso do Vietnã, que trabalhou para reduzir as perdas médias anuais de desastres para menos de 1% do seu PIB anual. O Quadro considera essencial a capacitação de pessoas para lidar com os riscos. Além disso, calcula-se que até 2030 haverá em todos os países mais pessoas vivendo em áreas urbanas do que em áreas rurais e por isso, o quadro pós-Hyogo deve assumir esta nova realidade, focando no planejamento urbano e na construção de cidades mais seguras. Tais negociações após o Quadro trarão uma oportunidade para dar maior ênfase ao desenvolvimento de políticas e arranjos institucionais e legislativos baseados nos direitos humanos e no apoio inclusivo e sustentável de recuperação pós-desastre.

A redução de riscos, além de pretender pacificar e conter revoltas, é tida como um investimento. O PNUD aponta um recente trabalho feito pela ONU e pelo Banco Mundial que mostrou que para cada dólar investido na minimização de risco, cerca de sete dólares são salvos em perdas econômicas causadas por desastres e que, por conseguinte, é preciso evitar catástrofes e a disseminação de doenças, para a promoção do desenvolvimento humano e para a manutenção do dinamismo econômico.

O PNUD está apoiando mais de sessenta países para o desenvolvimento de estratégias visando a redução do risco de desastres, baseando-se em cinco hipóteses: para construir resiliência e o desenvolvimento sustentável, os riscos naturais devem ser abordados de forma a reduzir a vulnerabilidade e o impacto econômico e social; o desenvolvimento sustentável baseado na resiliência exige o respeito pela propriedade e liderança nacional; o mesmo deve ser abrangente, alcançando todos os setores da sociedade; é preciso um compromisso com a inovação e aprendizagem para que se saiba a melhor solução a determinado desastre e suas vulnerabilidades; e o compromisso deve ser a longo prazo e estratégico, pois a construção da resiliência leva tempo e investimento³⁰.

Segundo Helen Clark,

A responsabilidade pela gestão do risco de desastres não é apenas dos gestores de desastre. É antes, uma preocupação para todos - desde os

³⁰ Idem.

cidadãos aos líderes políticos, do setor privado à sociedade civil. Abordagens da sociedade inteira para a redução do risco de desastres devem se tornar cada vez mais importantes como mudança dos padrões de risco climáticos (Clark, 2013).

4.1.4. Resiliência e saúde

A resiliência como base do desenvolvimento vem sendo construída em diversas áreas como forma de estabelecer a paz em indivíduos, instituições, governos e países. No início do ano de 2013, em conferência na Escola de Saúde Pública de Harvard, Clark expôs como a resiliência funciona no âmbito da saúde.

Ela ressaltou alguns dos Objetivos do Milênio, como o combate a pobreza, igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável como altamente relevantes para um estado de saúde satisfatório. Para o PNUD, as disparidades em relação à saúde tendem a aumentar as desigualdades e injustiças sociais. Portanto, avançar rumo a uma saúde melhor é uma porta de entrada para o progresso do desenvolvimento, levantando economias e sociedades³¹.

Clark menciona o preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde, celebrado em 1946, que definiu a saúde como “um estado de completo desenvolvimento físico, mental e bem-estar social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade”. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela ONU declara que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida adequado para a saúde e bem-estar próprio e de sua família”, ou seja, o direito a saúde é consagrado globalmente e é um dos grandes três pilares do desenvolvimento humano.

O relatório final da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde, criada pela OMS em 2005, reforçou a importância de estratégias intersetoriais para a implementação da saúde. Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, em 2012, afirmou também a saúde como “condição

³¹ Disponível em <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/speeches/2013/01/31/helen-clark-empowered-lives-resilient-nations-why-health-matters-to-human-development-.html>> Acesso em 20 de julho de 2013.

prévia para um resultado nas três dimensões do desenvolvimento sustentável” – a econômica, social e ambiental.

Em relação aos Objetivos do Milênio, Clark salientou que três das oito metas visam especificamente a saúde: reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna e combater a AIDS, a malária e outras doenças graves. Além disso, alcançar uma saúde plena vincula-se aos outros ODMs, como a redução da pobreza, o empoderamento das mulheres, melhoria da qualidade e escassez da água e saneamento.

O meio ambiente pode ser também uma ameaça significativa para o desenvolvimento humano, no que concerne aos danos à saúde que podem ocorrer, de acordo com o PNUD. Para o Programa, impactos ambientais têm repercussões econômicas e sociais. A mudança climática ameaça a segurança alimentar e os meios de subsistência, podendo aumentar a desnutrição; altera os ecossistemas, influenciando na disseminação de doenças através da exposição a novos patógenos; faz com que as catástrofes naturais contribuam diretamente para lesões ou mortes e à doenças relacionadas com a destruição de infra-estrutura; leva a um aumento na incidência de conflitos relacionados a recursos naturais, tanto dentro quanto fora das fronteiras, especialmente no que diz respeito à água potável³².

Segundo Clark, os pobres dependem, desproporcionalmente, do acesso a recursos naturais para sobreviver, pois seu bem-estar econômico e social estão diretamente impactados pela mudança climática. Estão, simultaneamente, expostos a riscos em seu ambiente local, tais como a poluição do ar e da água e falta de saneamento, e também às tendências climáticas globais, como elevação do nível do mar. Como já mencionado, associa os impactos ambientais concentrados em países pobres por possuírem uma governança mais fraca. Assim, desenvolvimento e saúde compartilham os mesmos objetivos e devem ser trabalhados juntos a fim de combater a desigualdade e melhorar o bem-estar dos indivíduos e das comunidades. É preciso, para tanto, apoiar intervenções de saúde em escolas, locais de trabalho, pontos de encontro de comunidades e instituições do setor público. A Organização Mundial de Saúde (OMS) e a União Internacional de Telecomunicações (UIT), por exemplo, estão testando uma solução de telefonia móvel para apoiar as pessoas na gestão de suas doenças não transmissíveis na África. O desafio, segundo o PNUD, é colocar a pesquisa em ação na escala necessária para haver um impacto real sobre a saúde da população³³.

³² Idem.

Em maio de 2013, o PNUD juntamente com a Assessoria Político-Estratégica para o Desenvolvimento (PAPEP), publicou o relatório intitulado “O Protesto social na América Latina”, no qual os países da América Latina com o maior número de protestos sociais são também os que apresentam maiores desigualdades socioeconômica e cujos governos são limitados para lidar com esse tipo de problema³⁴.

Segundo o subsecretário da ONU e diretor regional do PNUD na América Latina e Caribe, Heraldo Muñoz, “se são gerados através do diálogo e da negociação, e suas causas estão dirigidas, os protestos apresentam grandes oportunidades para as transformações profundas e para uma sociedade mais solidária e justa na América Latina” (PNUD, 2013).

Para combater esses conflitos, a América Latina ampliou o acesso à internet e telefonia móvel, contribuindo para protestos sociais, proporcionando novos espaços públicos que incentivam a participação cidadã, incluindo os grupos marginalizados, tais como os povos indígenas.

4.1.5. Resiliência e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

A resiliência vincula-se estritamente aos Objetivos do Milênio indicados pelo PNUD internacionalmente.

No relatório “Avaliação dos Progressos na África Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” publicado pelo PNUD, UNECA (Comissão Econômica das Nações Unidas para a África), BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) e AUC (Comissão da União Africana), afirma-se que os países africanos devem aumentar a força e a resiliência de suas populações pobres através de programas e ações de proteção social. O relatório assegura que as políticas por ele apresentadas irão ajudar no progresso de muitas das metas acordadas através dos ODM, tais como a redução da pobreza, da fome, da mortalidade materna e infantil, de doenças, desigualdade de gênero e degradação ambiental até 2015. Coloca também, que tais programas de proteção social devem ser percebidos como medidas para reforçar a capacidade

³³ Ibidem.

³⁴ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3722>> Acesso em 17 de julho de 2013.

produtiva³⁵.

O Quadro de Hyogo, anteriormente apresentado, capacita pessoas a se tornarem resilientes superando as adversidades do ambiente em que vivem e calcula a construção de cidades mais seguras até 2030. Considera 2015 como o ano para atingir a maioria das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que guiaram o desenvolvimento internacional desde 2000. A redução do risco de desastres precisa tornar-se fundamental para o planejamento do desenvolvimento e ser refletido nas discussões sobre a agenda de desenvolvimento global pós-2015.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio contam claramente com a participação de toda a sociedade. Todos devem se sentir incluídos como cidadãos para que comprometam suas condutas à construção da paz e da segurança, não importando como e onde vivam. No Brasil, esta ideia de inclusão e participação foi realizada através de diversas iniciativas, tanto de organizações sociais quanto do poder público, que atuaram dentro das particularidades de cada região na busca coletiva do cumprimento das metas assumidas com os ODM³⁶.

O Prêmio ODM, por exemplo, que está em sua 5ª edição, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com o apoio do PNUD e do Movimento Nós Podemos, destacou as ações de governos locais e organizações da sociedade civil a fim de premiá-las valorizando as práticas mais diferenciadas. O objetivo foi também criar um banco de ações com os melhores exemplos espalhados pelo país, visando incentivar a sociedade e gestores públicos a disseminar tais condutas.

É a primeira vez que os seminários de divulgação do Prêmio saem das capitais dos estados, uma iniciativa que busca reforçar a necessidade de municipalização dos Objetivos do Milênio. [...] Os critérios utilizados nesta escolha são: a contribuição para o alcance dos ODM; o impacto no público atendido; a participação da comunidade; a existência de parcerias; o potencial de replicabilidade; a complementaridade e/ou articulação e integração com outras políticas públicas. Todas as 60 selecionadas receberão um certificado que

³⁵ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2575>> Acesso em 17 de julho de 2013.

³⁶ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3727>> Acesso em 19/07/2013.

comprova sua contribuição para as metas dos ODM, enquanto as 30 finalistas receberão um troféu e entrarão para a galeria de práticas vencedoras do Prêmio ODM (PNUD, 2013).

Empresas também são continuamente incluídas na participação para a construção dos Objetivos do Milênio. Em 5 de Junho de 2013 o PNUD criou o Bussiness Call to Action (BCta) com o intuito de alcançar os ODM por meio de negócios inclusivos:

O BCta atua na identificação de propostas inovadoras das empresas que possam contribuir com as metas dos ODM e ajuda a impulsionar estes empreendimentos [...] As empresas que incorporam o BCta passam a fazer parte de uma rede global de conhecimentos e consultorias sobre as práticas de referência em negócios inclusivos e sustentáveis.³⁷

A instituição conta atualmente com 63 empresas ao redor do mundo, dentre elas, no Brasil, a Natura e Grupo Itaú/Unibanco, e tem o objetivo de chegar a 150 até 2015. Segundo Gustavo Pimentel, consultor do PNUD e representante do BCta no Brasil, o projeto busca criar negócios inclusivos, principalmente para as populações de baixa renda e vulneráveis. Pimentel afirma que quando a inclusão é transferida da atuação filantrópica das empresas e inserida dentro do negócio delas, essas iniciativas ganham um volume de investimentos muito maior. Até 2020, as organizações comprometidas pretendem incluir 57 milhões de pessoas ao acesso de serviços financeiros; melhorar as condições de saúde de 50 milhões de pessoas; prover acesso a energia de qualidade para 90 milhões e acesso a água para um milhão de pessoas, além de apoiar o empoderamento de um milhão de mulheres³⁸.

A partir de acordo entre o PNUD e a Petrobrás, esta fará um aporte de 8 milhões de reais ao Projeto ODM Brasil 2015, fruto de parceria entre a Secretaria Geral da

³⁷ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3714>> Acesso em 04 de maio de 2013.

³⁸ Idem.

Presidência da República, o PNUD e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, além dos parceiros ligados à iniciativa privada: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Furnas, Petrobras e Sebrae.³⁹

O Projeto ODM Brasil 2015 tem como foco a municipalização dos ODM nas cidades, através de três eixos de atuação: produção de conhecimento, ampliação das capacidades municipais e a incorporação dos ODM nas políticas federais. O Projeto conta ainda com o Prêmio ODM Brasil, que tem por finalidades incentivar, valorizar e dar maior visibilidade a práticas que contribuam para os ODM; desenvolver um banco de práticas bem-sucedidas, que seja referência de políticas públicas para sociedade e governos; e reconhecer publicamente os esforços em favor dos ODM.⁴⁰

Ainda mais recente foi o acordo firmado entre o PNUD e a Fundação Vale, numa parceria para o projeto de Cooperação Técnica Internacional Aliança para o Desenvolvimento Local, com foco na Estratégia Global de Trabalho com Indústrias Extrativistas do PNUD, a fim de que municípios tornem-se capazes de fortalecer o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que reduz a desigualdade. Tem como área inicial os territórios no sudoeste do Pará e Maranhão. Segundo Chediek, representante do PNUD no Brasil, “Uma das contribuições do PNUD é a de trazer nossas experiências acumuladas com os projetos implantados pelo mundo todo e pelo Brasil na área de desenvolvimento de capacidades para a promoção do desenvolvimento humano sustentável”.⁴¹

4.2. Cultura de paz e resiliência

Em 1997, o ano de 2000 foi proclamado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Cultura de Paz, marcando o início de mobilizações mundiais para a construção de uma cultura de paz, em detrimento a uma cultura de guerra. Em 1998, a

³⁹ Disponível em <<http://www.revistafilantropia.com.br/secoes/rede-social/item/6153-acordo-entre-petrobr%C3%A1s-e-pnud-refor%C3%A7a-iniciativas-pelo-alcance-dos-odm-at%C3%A9-2015>.> Acesso em 07 de setembro de 2013.

⁴⁰ Disponível em <<http://www.odmbrasil.gov.br/sobre>.> Acesso em 17 de junho de 2013.

⁴¹ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3781>.> Acesso em 09 de outubro de 2013.

ONU proclamou a década 2001-2010 como a Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo, apontando a UNESCO como agência líder para a Década, responsável por coordenar as atividades do sistema ONU e de outras organizações.⁴²

Em 2000, foi redigido, por um grupo de premiados com o Nobel da Paz⁴³ o “Manifesto 2000 - Por uma cultura de paz e não-violência”. O manifesto afirma ser de cada um a responsabilidade de traduzir valores e condutas que inspiram a Cultura de Paz no cotidiano. O Manifesto é público e qualquer pessoa do mundo pode assinar os compromissos presentes no Manifesto. São eles 1-respeitar a vida; 2-rejeitar a violência; 3-ser generoso; 4-ouvir para compreender; 5-preservar o planeta; 6-redescobrir a solidariedade⁴⁴.

De acordo com o documento “Cultura de paz: da ação à reflexão”, publicado pela UNESCO em 2010,

A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos individuais, que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir conflitos, resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares para a paz e para a segurança, como a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis [...] No mundo interativo, tudo é uma questão de conscientização, mobilização, educação, prevenção e informação de todos os níveis sociais em todos os países [...] Para a UNESCO, paz não é meramente ausência de guerra. Por assim entender, promove esforços em favor da paz e tem se caracterizado fundamentalmente por

⁴² UNESCO. “Cultura de paz: da reflexão à ação. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189919por.pdf>> Acesso em 05 de dezembro de 2012.

⁴³ São eles Norman Borlaug, Adolfo Perez Esquivel, Michail Gorbatchev, Mairead Maguire, Rigoberta Menchu Tum, Shimon Peres, José Ramos Horta, Joseph Rotblat, David Trimble, Desmond Tutu, Elie Wiesel, Carlos F. Ximenes Belo, Nelson Mandela e Dalai Lama.

⁴⁴ UNESCO. Manifesto da Cultura de Paz, Paris, 2000. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/bibpaz/textos/m2000.htm>> Acesso em 10 de outubro de 2012.

uma incessante luta pela democratização dos conhecimentos produzidos pela humanidade (UNESCO, 2010:11-12).

Em meio à cultura de paz, tem-se hoje uma formação de condutas a serem seguidas por todos e outras a serem recriminadas. A solidariedade, amor ao próximo, pacificação, tolerância, sustentabilidade e resiliência são valores disseminados a todos, tendendo sempre a se fortalecer e fazer com que questionamentos e resistências sejam neutralizados.

No relatório da UNESCO de 2010, “Cultura de paz: da reflexão à ação”, apresentam-se variados exemplos do conceito de resiliência em meio às condutas direcionadas à cultura de paz no que diz respeito aos fóruns do comitê de divulgação do Manifesto 2000 da UNESCO.

No fórum 67 realizado pelo médico e psicoterapeuta do Hospital das Clínicas da FM-USP, João Augusto Figueiró, “O impacto da primeira infância na compreensão do mundo”, a noção de resiliência aparece vinculada à práticas pedagógicas e políticas relativas a implantar na criança a promoção da cultura de paz através do fomento de saúde mental e social (salutogênese) e de formas de educação e cuidados que contribuam para que ela resolva seus conflitos de forma pacífica e não violenta. Figueiró diz: “De fato, os conceitos de salutogênese e resiliência podem ser relevantes para explicar por que alguns indivíduos conseguem triunfar em ambientes eminentemente hostis e adversos” (UNESCO, 2010:237).

No fórum 81 “Consequências neurobiológicas do abuso infantil juvenil”, a “resiliência” é definida como “a capacidade do organismo de readaptar-se e moldar-se a novos ambientes, tornando-se saudável” e atrelada à estratégias da neurociência com intuito de reverter estresses crônicos em crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de abuso sexual, a fim de que tornem-se adultos saudáveis e pacíficos no convívio social (UNESCO, 2010: 250).

A compreensão de “resiliência” é associada também a capacidade de resistir e suportar alterações climáticas:

A maioria dos mais desfavorecidos pouco contribui para a deterioração do ambiental a nível mundial, mas é quem frequentemente suporta o peso dos impactos dessa deterioração. Por exemplo, embora os países com um IDH baixo sejam os que menos

contribuem para as alterações climáticas globais, são os que provavelmente sofrem a maior perda de precipitação anual e os aumentos mais acentuados na sua variabilidade. A dimensão dessas perdas realça a urgência da adoção de medidas de adaptação, a fim de aumentar a resiliência das pessoas às alterações climáticas a nível global (PNUD, 2013:97).

Já no Relatório “Povos resilientes, planeta resiliente – Um futuro digno de escolha”⁴⁵, direcionado à implementação da sustentabilidade global, “resiliência”, juntamente com justiça e sustentabilidade, aparece como essencial para a transição rumo ao desenvolvimento sustentável ao qualificar pessoas a fazerem escolhas sustentáveis; a trabalhar rumo a uma economia sustentável, ao fortalecer a governança institucional para apoiar o desenvolvimento sustentável (ONU, 2012:45). Segundo o Relatório, deve-se garantir

O cumprimento dos princípios fundamentais do desenvolvimento: compromisso internacionais para erradicar a pobreza, promover os direitos humanos e a segurança humana e avançar a igualdade de gênero; promover a educação para o desenvolvimento sustentável, inclusive educação secundária e vocacional, a capacitação para ajudar a assegurar que toda a sociedade possa contribuir para soluções para os desafios atuais e aproveitem as oportunidades; criar oportunidades de emprego, especialmente para mulheres e jovens, para fomentar um crescimento verde e sustentável; capacitar os consumidores para fazerem escolhas sustentáveis e promover o comportamento responsável de maneira individual e coletiva; gerenciar os recursos e possibilitar uma revolução verde do século XXI: agricultura, oceanos e sistemas costeiros, energia e tecnologia, cooperação internacional; construir resiliência por meio de redes sólidas de segurança, redução de risco de desastres e planos de adaptação (Idem:10).

Nota-se a partir deste breve resumo sobre o que o Relatório da ONU chama de “áreas prioritárias” que estas não pretendem realizar-se sozinhas. O desenvolvimento

⁴⁵ ONU. Povos resilientes, planeta resiliente – Um futuro digno de escolha. Disponível em <http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/GSP%20Report%20Portuguese.pdf>. Acesso em 08 de junho de 2012.

sustentável e sua conscientização, a segurança humana, o comportamento responsável, o indivíduo agindo de maneira *eficaz* em meio ao coletivo, a redução de riscos, a capacitação dos considerados vulneráveis e a produção de riquezas funcionam interconectados, por meio da resiliência como base de modo a implementar-se em escalas local, nacional, regional e global (Ibidem:11) e “incluindo governos em todos os níveis, organizações internacionais, sociedade civil, comunidade científica e setor privado” (Ibidem:12).

4.3. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro de estatística, o PNUD desenvolveu o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 em julho, uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, possuindo mais de 180 indicadores relativos à população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade relativos a dados de 1991, 2000 e 2010.

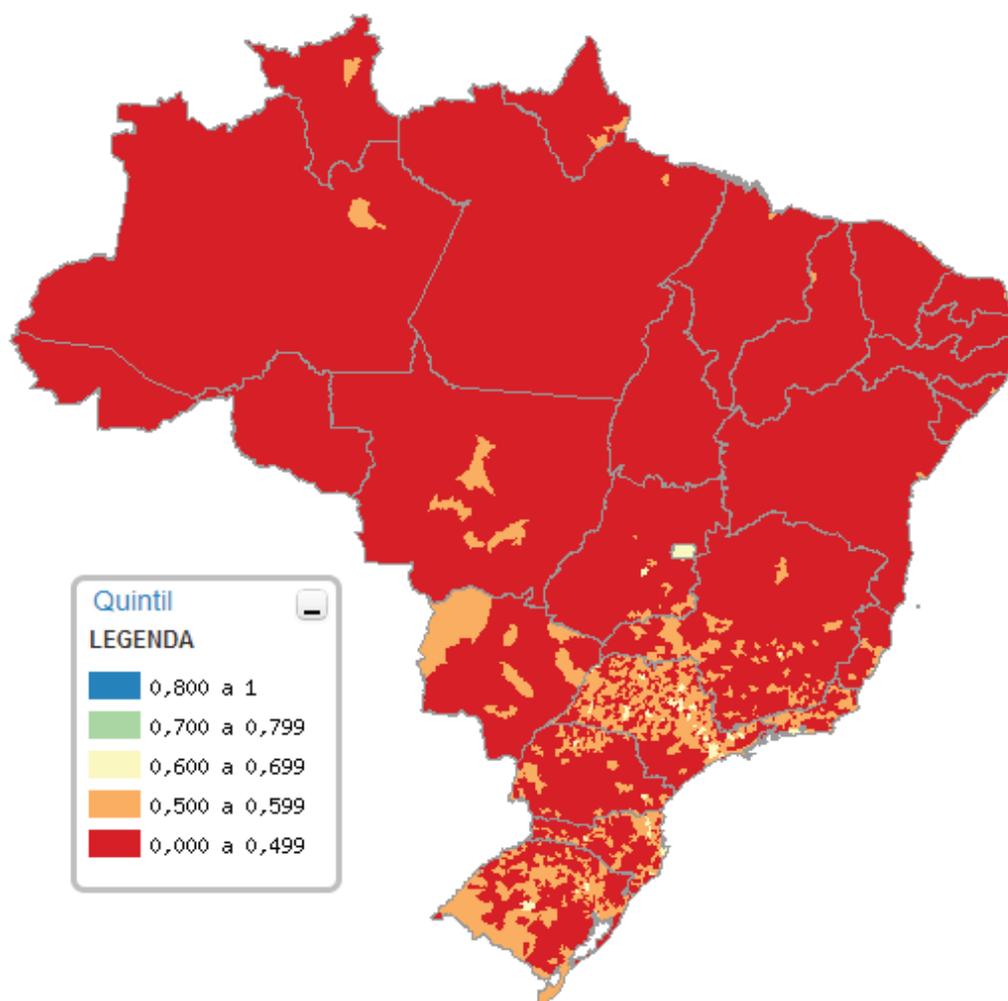
Segundo a plataforma online do Atlas, seu objetivo é instrumentalizar a sociedade:

A democratização de informações no âmbito municipal contribui para o fortalecimento das capacidades locais, o aprimoramento da gestão pública e o empoderamento dos cidadãos brasileiros por meio da ampliação do conhecimento sobre a sua realidade (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013).

4.3.1. Dados gerais apresentados pelo Atlas

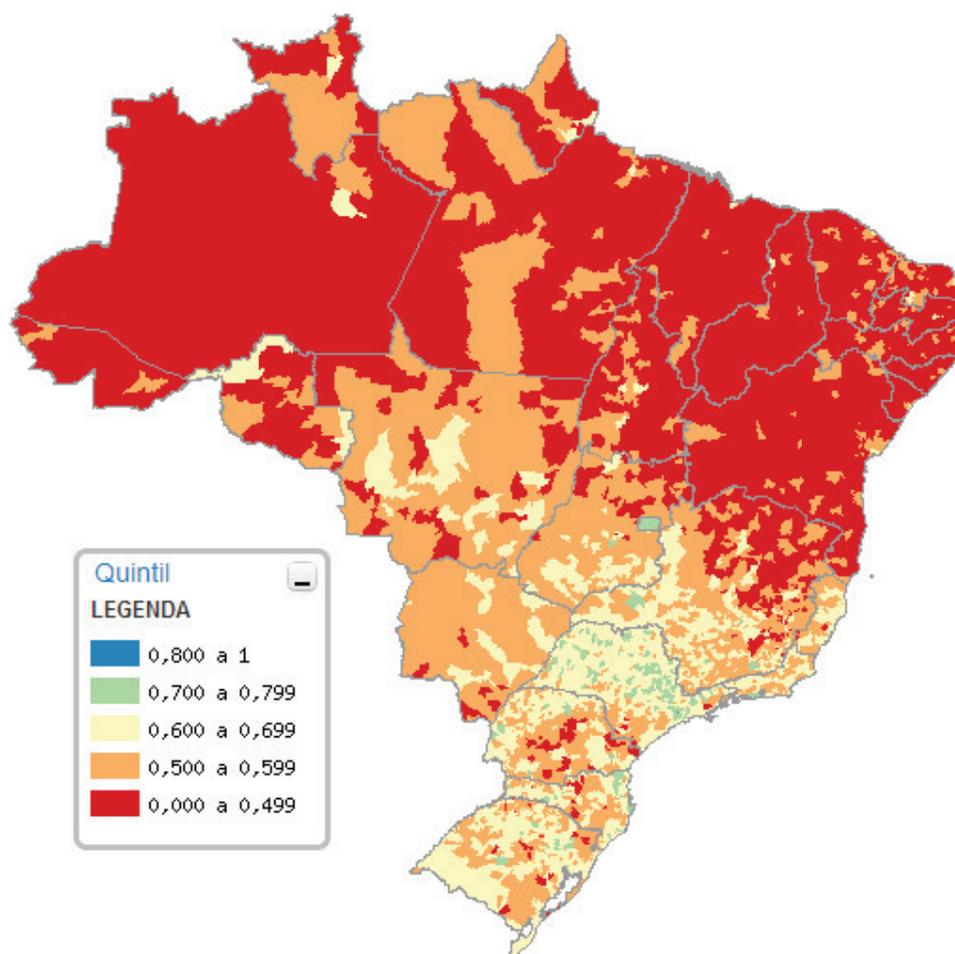
Em relação ao IDH de cada município brasileiro, apresenta-se de modo geral, um imenso progresso do país, através dos mapas que reúnem dados de todos os municípios:

1991 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



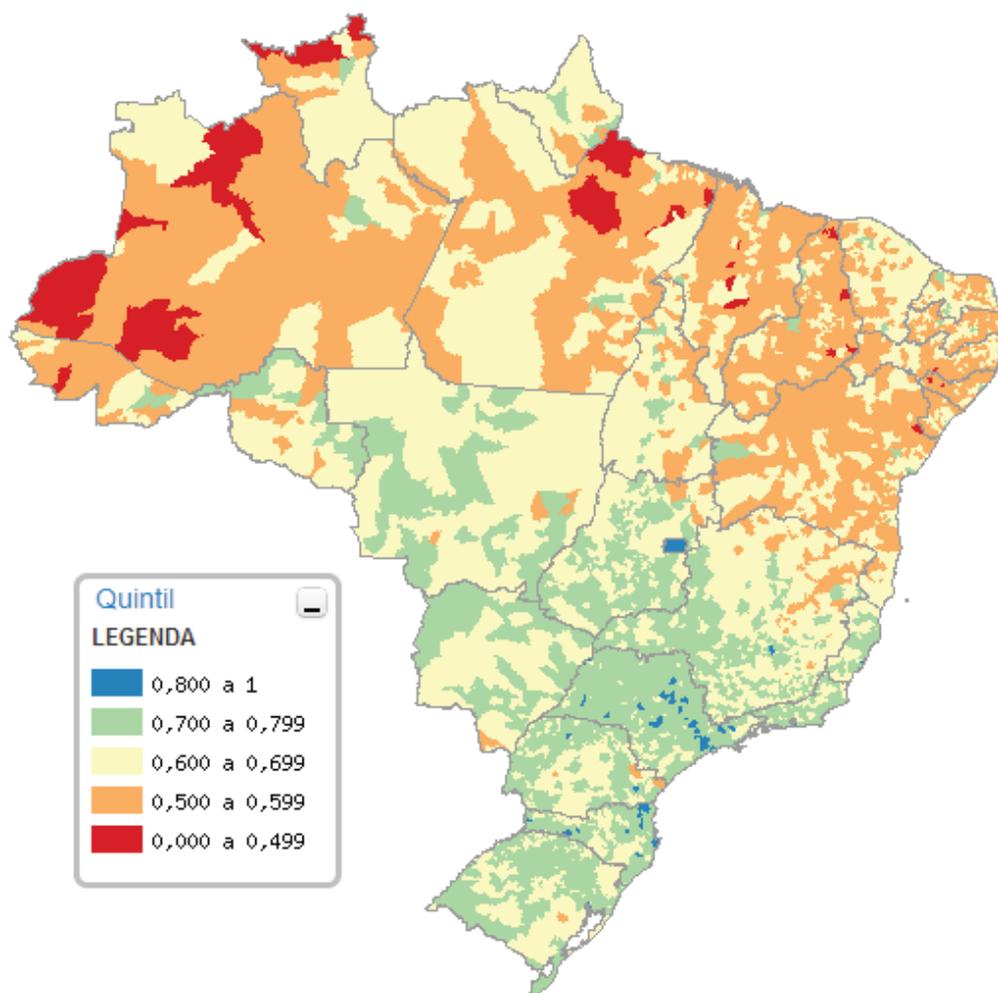
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Realização do Programa das Nações para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/home/>

2000 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Realização do Programa das Nações para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/home/>

2010 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Realização do Programa das Nações para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/home/>

Segundo Representante da ONU e do PNUD no Brasil, Jorge Chediek, medir o desenvolvimento humano nas cidades através de indicadores orientados pelo Atlas, indica possíveis implementações de políticas públicas e melhora a qualidade de gestão, proporcionando uma melhor e mais eficaz avaliação sobre qualidade de vida no país⁴⁶.

⁴⁶Disponível em

De acordo com o Atlas, o IDH brasileiro cresceu 47,5% nesses 20 anos, tendo como indicador mais alto a longevidade com 0.816, seguido por renda (0.739) e por educação (0.637), que apesar de ter sido o mais baixo foi o que mais cresceu, motivado pela maior frequência de jovens na escola⁴⁷.

O Atlas também enuncia que das 50 cidades com melhor Índice, 28 estão no Estado de São Paulo⁴⁸. São Caetano, considerada com o melhor IDHM do país e marcada pela indústria automobilística, possui renda como seu melhor indicador (0.891)⁴⁹. Segundo reportagem da revista Exame, “o fortalecimento da área de serviços sem descuido em relação à presença industrial é apresentado pelos administradores municipais como uma das razões para cerca de 45% da população de São Caetano se encontrar hoje na classe B”. Segundo a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), os critérios de classificação de classes econômica do Brasil são apenas bens de consumo, tais como televisão, geladeira, rádio, quantidades de empregadas domésticas e o grau do considerado chefe de família⁵⁰.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Caetano nunca teve favelas, e de acordo com a prefeitura, todas as casas têm água encanada e 100% do esgoto é coletado e tratado⁵¹. De acordo com o Atlas, portanto, no quesito habitação do indicador *vulnerabilidade*, não existem pessoas que morem em domicílios sem energia elétrica e/ou sem abastecimento de água e saneamento sanitário inadequados, e apenas 0.05% de pessoas vivem em domicílios com paredes

<http://www.jorgeviana.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3829:proveitosa-manha-de-debates-com-representantes-da-onu-e-do-pnud-sobre-qualidade-de-vida-no-acre-e-no-brasil-&catid=22:fique-por-dentro&Itemid=9> Acesso em 28 de julho de 2013.

⁴⁷Disponível em

<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/idh-municipal-do-brasil-cresce-475-em-20-anos-aponta-pnud.html>> Acesso em 30 de julho de 2013.

⁴⁸ Disponível em

<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/sao-caetano-sp-tem-o-melhor-idh-municipal-e-melgaco-pa-o-pior.html>> Acesso em 27 de julho de 2013.

⁴⁹ Disponível em

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1318738-sao-caetano-do-sul-sp-mantem-1-posicao-no-ranking-do-idh.shtml>> Acesso em 31 de julho de 2013.

⁵⁰ Disponível em

<<http://www.terra.com.br/economia/infograficos/teste-classe-economica/>> Acesso em 31 de julho de 2013.

⁵¹Disponível em

<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,no-topo-sao-caetano-ainda-quer-mais,1058695,0.htm>> Acesso em 30 de julho de 2013.

inadequadas.

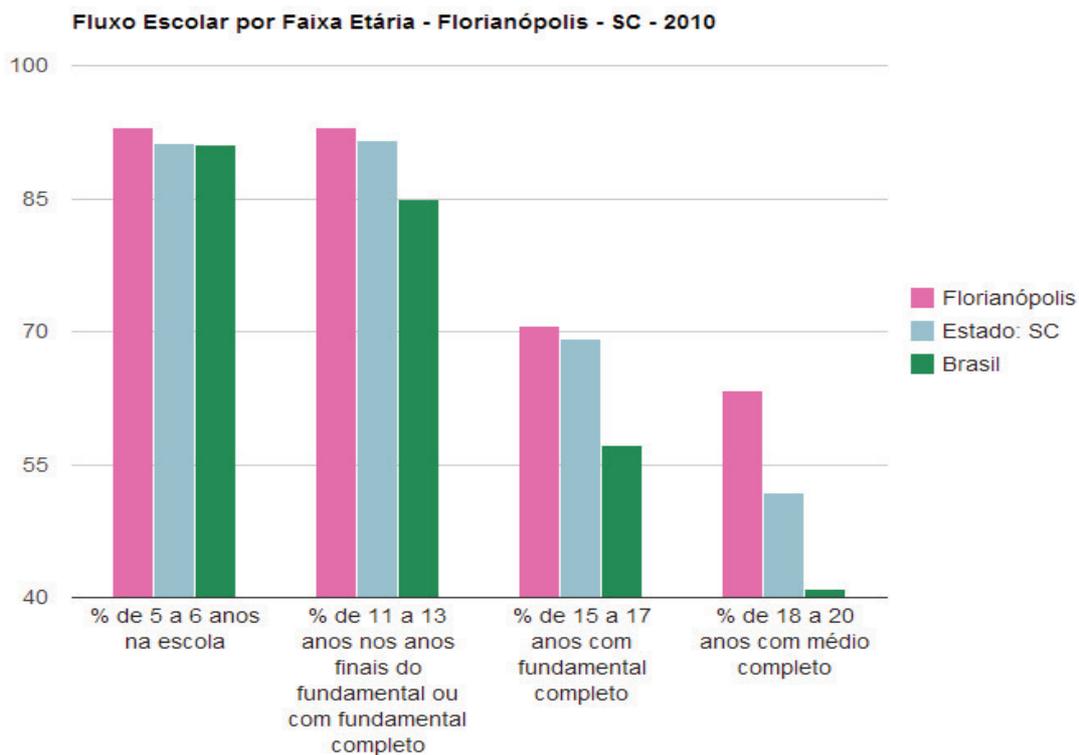
Alagoas, para além de possuir índices bastante baixos, apresenta as piores taxas de analfabetismo do país, com índices baixíssimos em faixas etárias de 11 a 24 anos. De acordo com o Atlas, a percentagem de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é a pior do país, com 39,56%.⁵²

A partir de tais resultados, Maceió buscou alternativas para sair dessa posição, iniciando, por exemplo, convênio com o Instituto C&A, em que desenvolveram o projeto Paralapraca. Atualmente, o projeto tem beneficiado 30 escolas da rede municipal de ensino. “Em sala de aula, as crianças são estimuladas a tomar decisões e a fazer as suas próprias escolhas, geralmente em cooperação com os seus colegas sobre o trabalho a ser realizado, possibilitando aumentar sua confiança”, afirma a secretária de Educação, Ana Dayse.⁵³

Florianópolis, a capital de mais elevado IDHM do país, tem a Educação como a dimensão que mais cresceu nos 20 últimos anos:

⁵² Disponível em <<http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/maceio/2013/07/29/258153/alagoas-tem-o-pior-indice-de-desenvolvimento-humano-do-pais>> Acesso em 02 de agosto de 2013

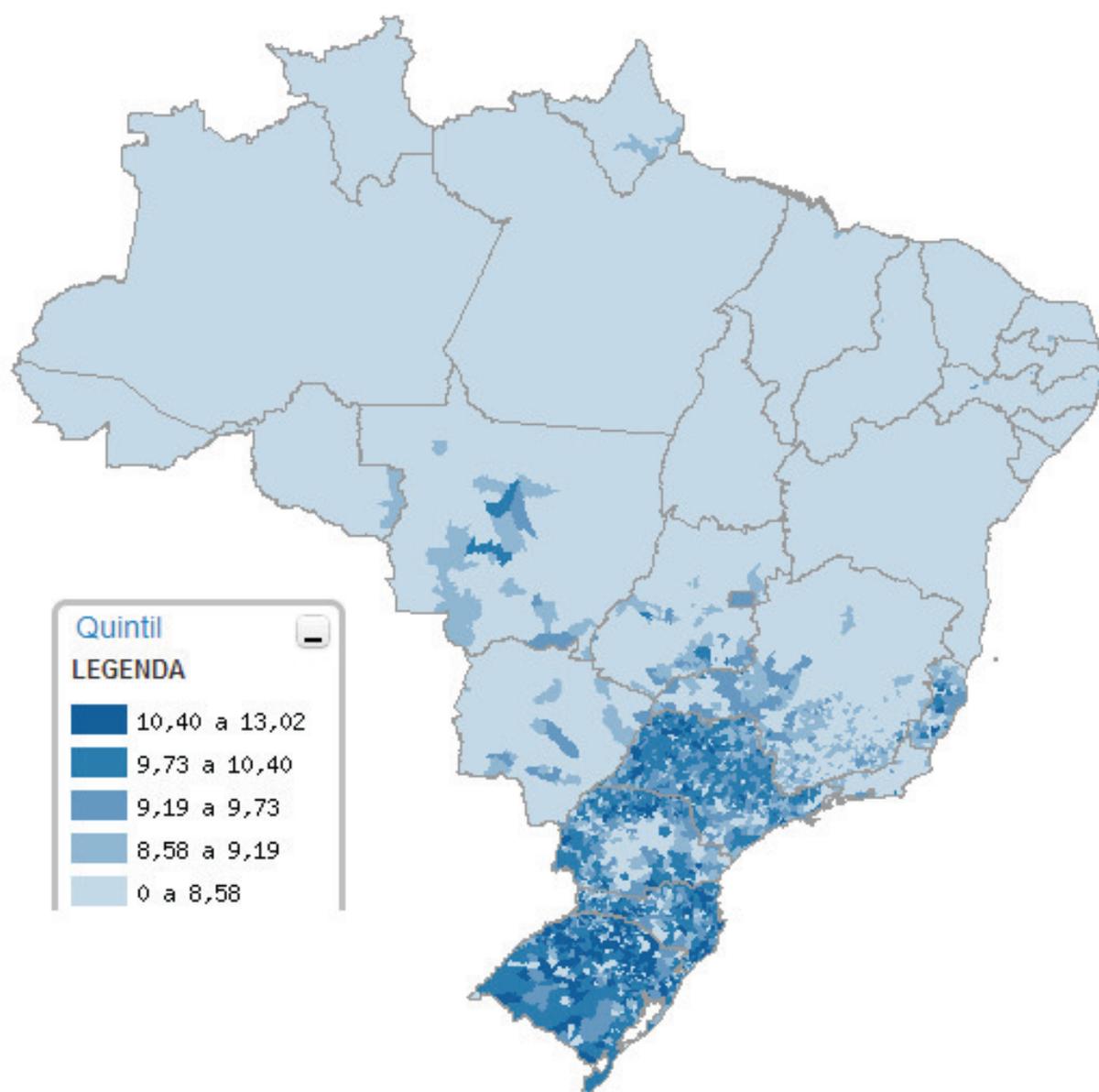
⁵³ Disponível em <<http://www.tribunahoje.com/noticia/72367/politica/2013/08/13/educaco-de-maceio-firma-parceria-com-instituto-ca.html>> Acesso em 03 de agosto de 2013.



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Realização do Programa das Nações para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/home/>

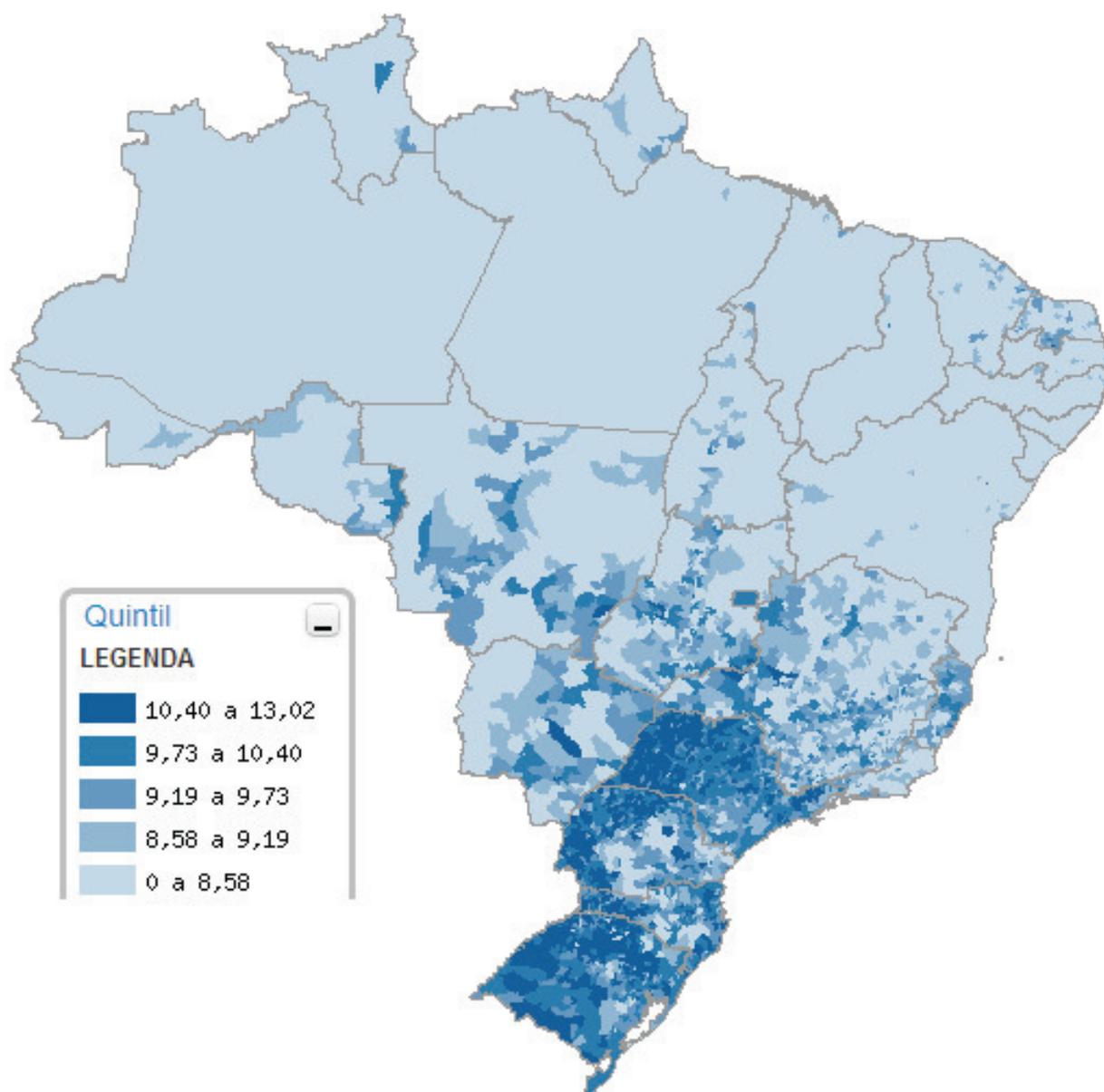
Porém, uma das principais conclusões do Atlas do Brasil 2013, é que o país ainda é fraco em educação, pois mais de 30% das cidades brasileiras têm uma nota inferior a 0.5 nesse quesito e embora seja o componente com pior marcação, foi o que obteve maior avanço nas duas últimas décadas, de acordo com o Atlas:

1991 - Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade



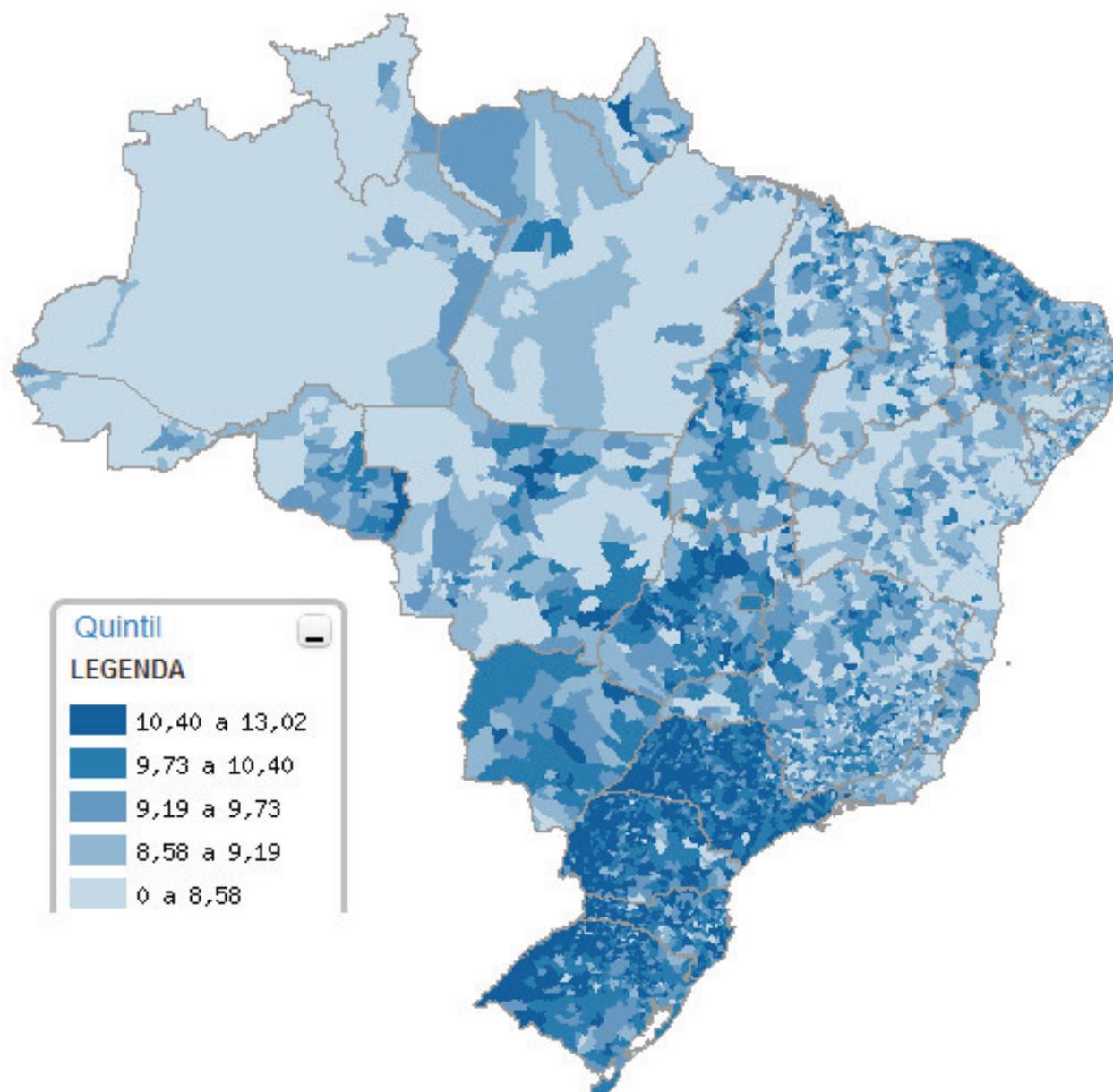
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Realização do Programa das Nações para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/home/>

2000 - Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Realização do Programa das Nações para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/home/>

2010 - Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Realização do Programa das Nações para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/home/>

Já Melgaço, no Pará, cidade com o pior IDHM (0.418) do país, possui alta vulnerabilidade, com a justificativa de que 35.94% da população vive em domicílios sem energia elétrica, 19.6% em domicílios com paredes inadequadas e 78.93% em domicílios com abastecimento de água e saneamento sanitário inadequados. Em relação à educação, 77.89% de pessoas vivem em domicílios em que ninguém tem o ensino fundamental completo, 31.45% de pessoas entre 15 e 24 anos não estudam e nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, além de 84.96% de pessoas de 18 anos ou mais não terem tido ensino fundamental completo e possuírem ocupação informal. 50% das pessoas são analfabetas e 48% são consideradas pobres.

O mal desempenho de Melgaço e de outras cidades em relação ao IDHM tem sido muitas vezes associado à corrupção ou má administração de seus governos. De acordo com reportagem, o Ministério Público Federal investigou em 2011 o repasse de R\$120 mil da Fundação Nacional de Saúde para o ex-prefeito José Rodrigues Viegas implantar um sistema de abastecimento de água, porém de acordo com os investigadores, apenas 25% da obra foi concluída⁵⁴. Segundo o diretor da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, “Quanto mais pobre o lugar, piores são as condições de controle e maior é a chance de você ter corrupção”⁵⁵.

Municípios novos, como Fernando Falcão (MA) e Amajari (PR) não evoluíram, a partir do que mostra o Atlas, por não possuírem boa estrutura e não terem capacidade de planejar boas políticas públicas, permanecendo portanto pobres tais como quando tornaram-se cidades.⁵⁶

Já a péssima colocação do Mato Grosso, tem sido justificada pela estagnação econômica, presença de índios e analfabetismo. A pior colocação do Estado foi a de Campinápolis, a 565 km da capital. Para o prefeito Jeovan Faria, uma das principais razões do baixo índice é clara: mais de 50% da população do município é indígena. Quase 8 mil habitantes, em sua maioria da etnia xavante, pouco se inserem e contribuem para a economia local, além se serem pouco alfabetizados e receberem assistência à saúde de maneira precária por parte do governo federal⁵⁷.

⁵⁴ Disponível em <<http://g1.globo.com/para/noticia/2013/08/populacao-denuncia-situacao-de-abandono-em-melgaco-no-pa.html>> Acesso em 06 de agosto de 2013.

⁵⁵ Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/cidades-com-os-10-piores-idhs-convivem-com-denuncias-de-corrupcao,79b215226db40410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>> Acesso em 05 de agosto de 2013.

⁵⁶ Disponível em <<http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=1&cid=177249>> Acesso em 02 de agosto de 2013.

A questão indígena aparece também no município de Uiramutã, em Roraima, tendo o quinto pior IDHM do país: 0,453. Mais de 88% de sua população é composta por indígenas de acordo com o IBGE, e segundo o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cléber Buzzato, o baixo IDH da região é reflexo de um processo histórico de espoliação, pois a posse efetiva dos índios é extremamente recente e há a falta de políticas públicas para a sustentabilidade desses povos⁵⁸.

Japorã (MS), de IDHM 0,526 e renda per capita R\$241,32 teve sua má colocação também justificada pela presença indígena, que compõe metade da população. Paranhos, também localizada no Mato Grosso do Sul, justifica seu péssimo IDHM (0,588) por não ter nenhuma indústria e também pela concentração de indígenas da etnia Guarani Kaiowá. De acordo com o prefeito da cidade, Júlio César de Souza, a livre circulação de bebidas e drogas, somada aos conflitos de terra são as principais causas de suicídios nas aldeias, o que contribui para o baixo IDH⁵⁹.

Fica claro, a partir do exemplo dos povos indígenas como o IDH funciona não apenas como medição de liberdades e capacidades, mas de participação. É preciso ter liberdade para ser responsável e participar em prol do comprometimento social, que não deve perpassar apenas o Estado, mas envolver instituições e organizações políticas e sociais, instrumentos não governamentais, assim como instituições que permitem o funcionamento de mercados e relações contratuais (Sen, 2012:362). O indivíduo deve ter liberdades, para que não seja passível de decisões, mas agente participativo, sabendo formular valores. Segundo Sen, “a liberdade para participar da avaliação crítica e do processo de formação de valores é, com efeito, uma das liberdades mais cruciais da existência social” (Idem:366), e é por meio da capacidade, primeiramente, e liberdade de escolha, depois, que esta se torna importante para o desenvolvimento. Liberdade diz respeito, então, de acordo com Sen, “aos processos de tomada de decisão e às oportunidades de obter resultados considerados valiosos (Ibidem:370).

Sen resgata, ainda, a teoria do capital humano para associá-la à capacidade humana, da qual considera uma expressão de liberdade. Ao afirmar ser o capital

⁵⁷ Disponível em <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/07/da-economia-presenca-indigena-prefeitos-de-mt-justificam-baixo-idh.html>> Acesso em 03 de agosto de 2013.

⁵⁸ Disponível em <<http://www.midiamax.com.br/noticias/865580-cidade+indigena+possui+5+pior+idh+brasil.html#.UhGhl5LVDzk>> Acesso em 10 de agosto de 2013.

⁵⁹ Disponível em <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/indios-e-falta-de-industria-abrem-abismo-entre-melhor-e-pior-idh-de-ms>> Acesso em 10 de agosto de 2013.

humano uma concentração de seres humanos para aumentar suas possibilidades de produção, diferencia-o de capacidade humana por ser esta além de concentração de produção, concentração também do potencial, como liberdade substantiva, das pessoas poderem melhorar suas vidas (Ibidem:372). Desse modo, conclui que a abordagem do capital humano se insere na perspectiva da capacidade humana, sendo esta mais abrangente por abarcar não apenas consequências diretas, como é o caso do capital humano, mas também indiretas como qualificações humanas. Assim, para o autor,

Embora a prosperidade econômica ajude as pessoas a ter opções mais amplas e a levar uma vida mais gratificante, o mesmo se pode dizer sobre educação, melhores cuidados com saúde, melhores serviços médicos e outros fatores que influenciam causalmente as liberdades efetivas que as pessoas realmente desfrutam [...] Pois os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também a finalidade de todo o processo (Ibidem:375).

A capacidade humana mostra-se, portanto, para além da teoria do capital humano, no sentido de ser muito mais eficaz para o funcionamento da racionalidade neoliberal atual que não pretende apenas extrair produtividade dos indivíduos como empresas, mas neutralizar e capturar possíveis revoltas ao capacitá-los a participar de decisões e se sentirem responsáveis pelas suas vidas e pela vida dos outros, entendendo possíveis melhorias como liberdade.

4.3.2. Cidades resilientes

Em 2012 foi divulgado o Relatório “Como Construir Cidades Mais Resilientes – Um Guia para Gestores Públicos”, Uma Contribuição à Campanha Global 2012 – 2015 pela Organização das Nações Unidas. No prefácio do Relatório, consta que as cidades são os motores do crescimento e da dinâmica nacional, a partir de seus sistemas de governança e capacidades e que, no decorrer da história, desastres têm interrompido a vida em áreas urbanas. Por isso, o Relatório apresenta a gestores públicos um quadro geral para a redução de riscos, boas práticas e ferramentas que já foram aplicadas em diferentes cidades. De acordo com o Relatório, “a mensagem é: resiliência e redução de

riscos de desastres devem fazer parte do desenho urbano e das estratégias para alcançar o desenvolvimento sustentável. São necessárias alianças fortes e ampla participação popular.” (ONU, 2012:5).

Para Joey Salceda, Governador da Província de Albay, Filipinas, campeão da Campanha,

A Redução de Riscos de Desastres é um investimento, não um custo. Ela aumenta os retornos dos negócios. Albay tem visto uma onda de investimentos, mesmo depois de tufões e erupções vulcânicas. A adaptação às mudanças climáticas e a redução de riscos permitiram o desenvolvimento mesmo em meio aos desastres, desde que o governo local encarregou-se dos mesmos, e eles já não mais interrompem a vida das pessoas (Idem:7).

Segundo o Relatório, deve-se compreender que o desastre não é natural. Os fatores de risco expõem pessoas e bens a ameaça de possíveis desastres, e populações e seus bens à vulnerabilidades. Afirma que esses fatores não são estáticos e podem ser aperfeiçoados, a depender das capacidades institucionais e individuais em enfrentar e/ou agir em função da redução do risco. Coloca que Ameaça multiplicada por Vulnerabilidade e por Exposição sob Resiliência ou Capacidades de Enfrentamento é igual ao Risco de Desastres.

Uma cidade resiliente a desastres, de acordo com o Relatório, é aquela em que os riscos são minimizados, uma vez que sua população vive em residências e comunidades que obedecem a padrões de segurança e códigos de construção; possui um governo local competente, inclusivo e transparente, preocupando-se com uma urbanização sustentável e que investe recursos ao desenvolvimento de capacidades durante e após um evento adverso ou ameaça natural; onde autoridades locais e a população compreendem e enfrentam os riscos desenvolvendo processos de informação local e compartilhada, inclusive sobre quem está exposto e é vulnerável; onde existe o empoderamento dos cidadãos para a participação, decisão e planejamento de sua cidade em conjunto com as autoridades locais; preocupa-se em antecipar e minimizar o impacto dos desastres através de tecnologias de monitoramento e proteção de infraestrutura, bens comunitários e individuais; é capaz de responder e implantar estratégias imediatas para retomar rapidamente os serviços básicos para as atividades sociais,

institucionais e econômicas após um evento adverso; compreende que grande parte dos itens anteriores são centrais para a construção da resiliência às mudanças ambientais (ONU, 2012).

A Campanha, portanto, se dá baseada no Quadro de Hyogo, já mencionado. Abrangendo e tratando dos papéis dos estados, organizações regionais e internacionais, chamam à participação e à reunião esforços da sociedade civil, da academia, das organizações voluntárias e da iniciativa privada. Inclui também as vantagens do investimento na redução de risco de desastres e em resiliência: um legado de liderança; vantagens sociais e humanas; crescimento econômico e geração de emprego; comunidades mais habitáveis; articulação das cidades com especialistas e recursos nacionais e internacionais.

Ainda segundo o Relatório, a participação deve ser estabelecida através da relação entre governos locais e nacionais e dos cidadãos com as autoridades. Os grupos de cidadãos de risco devem participar de avaliações e os resultados devem ser compartilhados com todos. Além disso, o monitoramento das cidades deve ser contínuo, incentivando para uma documentação e avaliações históricas de cada local. Trata-se, de acordo com o Relatório, de uma descentralização do poder e da alocação de recursos, para que todos, incluindo tomadores de decisão dos governos locais, funcionários municipais e estaduais, universidades, empresários e grupos de cidadãos, possam participar e serem responsáveis para com os objetivos de desenvolvimento e sustentabilidade dos municípios.

São dados também planos de ação para a garantia da resiliência. É preciso integrar as medidas de redução de risco ao orçamento do governo local para ampliar a resiliência econômica, dos ecossistemas e de infraestrutura do município. Incentivar os setores públicos e privados a participarem do desenvolvimento e de campanhas educativas que promovam ações de resiliência a todos também é muito importante, além de institucionalizar as ações de gestão de desastres, com capacidade para processos decisórios e acesso aos recursos. O Relatório também ressalta a importância, entre outras, de criar iniciativas para a construção de infraestruturas seguras e de garantia resiliência para fortalecer residências ou se recuperar de vulnerabilidades, além de apoiar padrões de segurança para áreas em situação de risco, incentivar os investidores locais como bancos e companhias de seguros para que reduzam o custo dos materiais. Assevera também a importância de punir aqueles que ampliam o risco e a degradação ambiental e de reconhecer publicamente, ou por meio de premiações, as boas práticas

que ampliam a segurança no município.

Aponta que a educação e sensibilização pública são essenciais para que os cidadãos façam parte da responsabilidade coletiva pela construção de cidades resilientes. Toda a comunidade precisa ser educada para saber sobre as ameaças e riscos a que está exposta. É essencial conduzir e promover campanhas para conscientizá-los dos riscos, incentivar grupos de cidadãos, escolas, meios de comunicação em massa e iniciativa privada a justar-se ou apoiar a Campanha Global, além de não deixar de trabalhar com as denominadas autoridades de educação para que envolvam crianças e jovens em atividades, utilizando a credibilidade e influência dessas autoridades para atuarem como militantes da segurança e da redução do risco de desastres (Idem).

No terceiro capítulo do Relatório, são apresentados os 10 passos que precisam ser implantados para a construção de cidades resilientes. São eles: preparação do cenário institucional e sensibilização juntamente com a conscientização de todos; convencimento de atores e formalização do processo participativo; planejamento e execução do processo; familiarização com os riscos do município; condução de avaliação de risco; análise do ambiente e atores locais; preparação de relatório de avaliação; definição de visão, objetivos e ações principais; definição de programas e projetos; institucionalização e manutenção do plano de redução de risco de desastres.

Após isso, deve ser implantada a mobilização de recursos; garantida a ampla participação e apropriação de todos os cidadãos; disseminada a promoção do plano - através de estratégias de comunicação que informem as autoridades locais, as comunidades e outros participantes sobre falhas, problemas e conquistas. Segundo a prefeita de Mumbai, Shraddha Jadhav, sobre ter adotado na cidade os 10 passos para a resiliência, “adotamos uma abordagem abrangente à visão de catástrofes e aumentamos a capacidade de resiliência de 6,5 milhões de moradores de favelas” (Idem: 69).

No Brasil, desenvolve-se a Campanha Construindo Cidades Resilientes, fruto de parceira da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) com o a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD), pretendendo a sensibilização de governos e cidadãos baseando-se também na implementação dos 10 passos para a construção de cidades resilientes. Conforme o site da Campanha, “O objetivo de ação é aumentar o grau de consciência e compromisso em torno das práticas de desenvolvimento sustentável, como forma de diminuir as

vulnerabilidades e propiciar o bem estar e segurança dos cidadãos”⁶⁰.

As cidades podem participar como cidade modelo quando já se atingiu grandes conquistas em relação a resiliência. Pode ser um modelo de cidade resiliente, se está implementando ou pretendendo estabelecer a resiliência e segurança, ou patrono de cidade modelo, podendo nomear um líder comunitário, prefeito, governador ou outra figura influente que esteja disposto a participar.

No site internacional da Campanha “Making Resilient Cities: My City is getting ready”, do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres, foram mapeadas as cidades que estão implementando medidas para a resiliência.

Águas de São Pedro, cujo IDHM foi o segundo melhor do Brasil (0.854), está a caminho da resiliência, pois segundo a base de dados da Campanha, criou o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil; reestruturou a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e investiu em infraestrutura para reduzir riscos. Segundo o prefeito da cidade, Paulo Cesar Borges, Águas de São Pedro é “considerada cidade-saúde, sendo a única Estância brasileira construída de acordo com um projeto anterior e com a finalidade específica de ser um local de cura e lazer, garantias de qualidade de vida de seus habitantes e turistas”⁶¹.

Campinas, outro exemplo de cidade resiliente, recebeu o primeiro certificado pela ONU como cidade modelo de boas práticas na construção de resiliência para a redução de riscos e desastres. De acordo com o diretor da Defesa Civil de Campinas, Sidney Furtado, responsável pelo treinamento de agentes da Defesa Civil e de 34 outros municípios da região (como Amparo e Arthur Nogueira), “a preparação na busca de respostas para situação de desastres é constante e demanda atenção 24 horas” (Prefeitura de Campinas, 2013).

Com IDHM considerado muito alto (0.805), Campinas possui em relação a vulnerabilidade social, apenas 0.32% de pessoas que moram em domicílios com abastecimento de água e esgoto inadequados e 11.39% vulneráveis a pobreza, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Americana também está se preparando para ser referência de cidade resiliente, através de ações e cursos voltados para escolas municipais e associações de moradores

⁶⁰ Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/cidadesresilientes/>> Acesso em 20 de julho de 2013.

⁶¹ Disponível em <<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/cities/view/3334>> Acesso em 03 de agosto de 2013.

de bairro, além de mapear os riscos geológicos, inundações e integrar órgãos visando a redução de riscos⁶².

Valinhos e Vinhedo, do Estado de São Paulo, também com IDHM altíssimos (12^a e 13^a posições, respectivamente), são consideradas cidades a caminho da resiliência. De acordo com a campanha “Resilient Cities”, Valinhos tem integrado todos os departamentos públicos, instituições civis e ONGs a fim de caminhar para o desenvolvimento de atividades que possam reduzir riscos em diversas áreas. Um exemplo é a Secretaria da Educação, que junto com a Coordenadoria da Defesa Civil realiza diversos treinamentos para crianças entre oito e nove anos de idade. Elas recebem treinamento de primeiros socorros, incêndios e enchentes com bombeiros, e fazem disciplinas e ações contra drogas com policiais militares e a guarda civil municipal. Após três meses consecutivos, essas crianças são habilitadas como “Agentes Mirins da Defesa Civil”, podendo multiplicar a conscientização do país e da comunidade em que vivem, de acordo com o site da Campanha.

O Atlas de Desenvolvimento Humano e campanhas que pensam em tornar cidades mais resilientes, respondem ao que atenta Passeti sobre o que vivemos hoje: “Trata-se de um investimento na *ocupação* de inteligências, em participações, conexões, múltiplas identificações, assentamento de direitos, segurança e securitização, conservação do planeta que requer, antes de tudo, *moderação*, e o meio encontrado para tal condição está na vida *resiliente*” (Passeti, 2013:92).

Importa o investimento em saúde, educação e em ambientes, dos quais todos devem participar. Todos são responsáveis pelas *melhorias* de suas vidas e da vida a seu redor. Nesse sentido, as liberdades de que trata Sen, pretendem-se como meios que promovam a capacidade geral de uma pessoa (Sen, 2012:25). Deve-se pensar a liberdade como algo que promova pessoas individualmente e seja, ao mesmo tempo, eficaz para o social. É preciso ter autoestima para participar da produção de novas políticas que, em uma via de mão dupla, irão aumentar as capacidades do povo (Idem:33), e em que papeis do Estado passem a ser de responsabilidade da sociedade. Passeti sintetiza estas regulações do seguinte modo: cria-se a necessidade de que se contribua para a restauração de ambientes degradados e a participação de decisões, desde o bairro em que se vive até o planeta como um todo, em um fluxo sempre inacabado composto por Agendas, metas e objetivos destinados a um *futuro melhor*

⁶² Disponível em <<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/cities/view/3333>> Acesso em 03 de agosto de 2013.

para as gerações (Passetti, 2013:94).

O IDH segue, portanto, como um índice que na realidade mede a participação conforme a capacitação das pessoas. Em 2013 foi lançado o Atlas aqui apresentado sobre cada município brasileiro. Já no início 2014, a medição se pretende mais precisa e mais localizada, com a criação do Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de São Paulo, que mapeará os indicadores sociais dos diferentes bairros da cidade e de 16 regiões metropolitanas numa parceria entre o PNUD, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). Nesse novo mapeamento, constará um novo conceito, o de Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH), que irá procurar dar um recorte mais homogêneo aos problemas enfrentados de cada bairro⁶³. De acordo com Maristela Baioni, representante do PNUD no Brasil e assistente do representante do Sistema ONU no Brasil, Jorge Chediek, haverá “um olhar mais profundo da situação do município e dos municípios metropolitano, e [iremos] propor intervenções, soluções e projetos focados nos indicadores de pobreza, saúde, renda” (Idem). Ainda segundo Baioni, “o mapeamento demonstra que as necessidades prioritárias percebidas na capital paulistana são a mobilidade urbana, a segurança pública e a redução da pobreza”⁶⁴.

4.4. Segurança com cidadania

4.4.1. Programa Conjunto da ONU – Segurança com cidadania

Em tempos de cultura de paz e repúdio à cultura de guerra e de violência, o Programa “Segurança com cidadania”, da ONU, tem como objetivo prevenir a violência, criando ambientes mais seguros e saudáveis para meninos e meninas, e jovens entre 10 e 24 anos. O Programa é coordenado por Carlos Spezia, que trabalha na área de gestão de projetos, e tem como agências integrantes o PNUD (agência líder), coordenado por Érica Máximo Machado; UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime); UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura); OIT (Organização Internacional do Trabalho); ONU-Habitat (Programa das

⁶³ Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/09/onu-vai-mapear-com-lupa-problemas-sociais-da-cidade-de-sao-paulo-3416.html>> Acesso em 01 de novembro de 2013

⁶⁴ Idem.

Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)⁶⁵.

Utiliza-se de uma estratégia multidisciplinar para a prevenção de violência e considera tal faixa etária a qual tem como foco, grupo de vulnerabilidade. No Brasil, agem principalmente em Vitória (RS), Município Lauro de Freitas (BA) e em Contagem (MG).

“Entende-se a Segurança Cidadã como um modelo que tem por finalidade expandir o processo de articulação de todas as forças da sociedade e formas de governo no combate à criminalidade. De tal modo, cada representante dessas diferentes forças seria corresponsável por planejar e controlar as operações em cada âmbito que se deseje intervir, observando as características locais, bem como desenvolver técnicas de prevenção, mediação, negociação e investigação de conflitos sociais e de crimes” (ONU, 2012).

Mais uma vez, a administração de conflitos e gestão de grupos e pessoas é claramente suscitada.

O cidadão, segundo o Programa, é centro do conceito “segurança humana”, relacionada a uma ordem democrática, atuando na prevenção às ameaças de violência na população e permitindo a convivência segura e pacífica (ONU, 2012).

Segundo site oficial do programa, a violência não é considerada apenas uma questão de polícia, pois cobre desde a violência incidental até o crime organizado, e as ações necessárias para reduzi-la também deverão ser abrangentes, indo da prevenção ao controle⁶⁶. Desse modo, a conduta policial que se espera de cada um torna-se legítima e abrangente.

Segundo Passetti, sobre a sociedade de controle,

Convocado a participar, cada cidadão é intimado a denunciar, vigiar, defender bens e valores. Uma moral de civilidade cosmopolita se forma e se fortalece, exigindo ética de responsabilidades acrescidas de

⁶⁵ Segurança com cidadania. Institucional. Disponível em < <http://segurancacomcidadania.org/institucional/o-programa-conjunto/>> Acesso em 19 de janeiro de 2013.

⁶⁶ Idem.

cuidados com os outros e zelo pela conservação de seus bens e saúde. É preciso policiar: com guardas armados, comunitários, programas de segurança nas periferias e nos computadores; policiar a si próprio para poder ascender, cuidar do outro para ele vir a ser incluído, proteger-se das balas e dos vícios, rejuvenescer. Recomenda-se policiar o próprio corpo porque na sociedade de controle exige-se jovialidade, sorriso, bem-vestir, polimento, o elogio ao outro como forma de prestígio obtido e reconhecido, nivelamentos trazendo cada outro para próximo de si, humanitariamente (Passetti, 2004: 157).

Segundo o educador e agente de comunicação para o desenvolvimento, Genilson Costa, estimular os jovens a perceber que direitos à educação, saneamento básico, cultura, comunicação, entre outros, têm – e muito – a ver com políticas de enfrentamento à violência⁶⁷.

O foco está nos jovens. Baseia-se na conscientização, desde o jovem até o adulto jovem, de que é a partir do direito que se previne e combate a violência. Há também um deslocamento presente em que a segurança aparece não apenas como ausência de insegurança, mas a promoção de direitos e de bem-estar. “Segurança com cidadania é ter direito à informação, educação, segurança pública e desenvolvimento da nossa cidade para todas as pessoas com a juventude contribuindo com o seu conhecimento e aprendizagem”, dizem os jovens incluídos no Programa⁶⁸.

O projeto pretende fazer com que os jovens promovam a paz.

Discriminação, dificuldade de acesso a um ensino de qualidade, emprego e lazer são alguns dos fatores que contribuem para a exposição à situação de risco e vulnerabilidade social de crianças, adolescentes e jovens que vivem em Itinga, bairro de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador e correspondem a mais de 40% do total da população do bairro. No entanto, ao invés de entrarem para as estatísticas com agentes ou vítimas de atos violentos, meninos e meninas dão exemplos de cidadania e atuam como verdadeiros “agentes da paz” nos locais onde moram’.⁶⁹

⁶⁷ Disponível em <http://segurancacomcidadania.org/agentes-de-comunicacao-para-o-desenvolvimento-debatem-sobre-seguranca-e-juventude/>> Acesso em 20 de janeiro de 2013.

⁶⁸ Idem.

É importante destacar também, a relação bastante próxima entre o Programa de Segurança com cidadania e as Unidades de Polícia Pacificadoras, no Rio de Janeiro. Em Setembro de 2012, por exemplo, ocorreu uma visita de representantes de municípios que participam do Programa Conjunto da ONU – Segurança com Cidadania a algumas comunidades pacificadas a fim de uma troca de experiências e qualificação de suas ações.

Sobre a relação entre a polícia e a comunidade de Itinga, a oficial de programas do PNUD, Erica Máximo Machado, destaca o que é surpreendente. “Acreditamos que essa esta relação é a base necessária para que possamos ter uma segurança realmente cidadã”, disse a representante da ONU. Suas palavras encontraram eco no depoimento da coordenadora pedagógica da Escola Municipal, Solange Coelho, que também participou do curso e fez um apelo aos policiais: “Por favor, não saiam de perto de nós. É muito importante que vocês dialoguem com nossos adolescentes”⁷⁰.

Pode-se perceber um deslocamento da imagem do policial repressivo com a função de combater o crime através da violência para um humanitarismo em que o mesmo deve disseminar a paz por intermédio de suas ações protetoras. O policial, dessa forma, aparece como agente necessário para difundir a paz em locais considerados focos de violência, pois não só age, como faz com que as pessoas ajam da mesma forma ao considerá-lo exemplo de conduta.

Foram realizados variados eventos nos locais onde o Programa atua, tais como feiras, mobilizações e oficinas. De abril a junho de 2013, será realizada a Feira de Convivência e Segurança Cidadã, ação do Projeto Travessia Cidadã que integra as ações do PNUD com o Programa conjunto da ONU, “Segurança com Cidadania”. Ocorreram orientações jurídicas, aplicação de vacinas, aferição de pressão, testes de HIV, distribuição de preservativos, entre outros. A Polícia Militar também esteve presente conduzindo palestras educativas⁷¹.

⁶⁹Disponível em <<http://segurancacomcidadania.org/projetos-estimulam-jovens-a-atuar-como-agentes-da-paz/>> Acesso em 17 de janeiro de 2013.

⁷⁰Disponível em <http://segurancacomcidadania.org/nos-tornamos-homens-fardados-mais-humanos-diz-policia-militar-durante-entrega-de-certificados-de-curso-promovido-pelo-programa-conjunto-da-onu-em-lauro-de-freitas/>Acesso em 11 de janeiro de 2013.

⁷¹Disponível em <http://segurancacomcidadania.org/participacao-da-juventude-atendimentos-diversos-e-muita-arte-marcaram-a-1a-feira-de-convivencia-e-seguranca-cidada/> >Acesso em 09 de janeiro de 2013.

4.4.2. Segurança Cidadã com Rosto Humano: diagnóstico e propostas para a América Latina

Segundo o Relatório regional do PNUD “Segurança Cidadã com Rosto Humano: diagnóstico e propostas para a América Latina”, o conceito de desenvolvimento humano se faz como um marco na maneira em como os países e a comunidade internacional entendem e medem o desenvolvimento. Esse conceito aumenta a necessidade de reconhecer que a verdadeira riqueza das nações são as pessoas, e por isso suas vidas devem ter uma vida longa e saudável (PNUD, 2013:3). O desenvolvimento deve estar presente, portanto, nas diferentes áreas do processo social, como a governança democrática, a sustentabilidade ambiental, a construção de sociedades mais justas e inclusivas, e a previsão e resolução de conflitos (Idem:4).

Através do IDH, o Relatório demonstra que todos os países da região tem uma melhoria em suas taxas de desenvolvimento humano desde 1990. O IDH ajustado à desigualdade também mostra progressos da desigualdade e oportunidades, em especial na educação. Embora tenha havido toda essa melhora, afirma que a desigualdade na América Latina segue profunda. Em relação a igualdade de gênero, por exemplo, há ainda pouca participação das mulheres na vida política e no trabalho e a baixa porcentagem de mulheres sem ensino médio completo, menor do que 50%. Além disso, segundo o Relatório, a insegurança cidadã e suas expressões constituem um obstáculo fundamental para o desenvolvimento de todos os países da América Latina (Ibidem:4).

O Relatório afirma, ainda, que o crime e a violência podem produzir sentimentos de medo e desconfiança, tanto em pessoas que vivem diretamente esses atos, sendo vítimas diretas (dimensão objetiva), quanto em pessoas que conhecem esses atos de maneira indireta, podendo, portanto, aumentar a percepção de insegurança de uma pessoa e fazê-la se sentir mais vulnerável frente a possibilidade de uma ameaça (dimensão subjetiva) (Ibidem:7). Assim, uma pessoa que foi vítima de um ato de violência irá limitar sua liberdade e poderá ter problemas de saúde, tais como depressão. Outra repercussão das percepções e temores dos cidadãos se dá em relação à coesão social, no grau de confiança nas instituições do Estado e na geração de dinâmicas de segregação urbana que minam o espaço público, segundo o RDH.

Considera como principais ameaças os pequenos furtos e roubos; a violência e a criminalidade de rua exercida contra os jovens; violência de gênero; corrupção; violência ilegal por agentes estatais; crime organizado.

O PNUD apresenta três noções centrais sobre a segurança cidadã. Primeiramente sustenta que é uma condição necessária para o desenvolvimento humano, e vice-versa. Sem segurança, os cidadãos não podem desenvolver todo o seu potencial e contribuir para as suas famílias, suas comunidades e instituições, repercutindo consequência de seu impacto sobre a confiança interpessoal no tecido social e a percepção das pessoas sobre a capacidade das instituições democráticas para oferecer segurança pública (Ibidem:8). Segundo Sen, a exclusão social acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica (Sen, 2012:37), levando a perda de liberdades individuais como a participação política no debate sobre valores na escolha das prioridades e de participar da seleção desses valores (Idem:48).

O Relatório aponta que o impacto da insegurança varia de acordo com gênero, etnia, identidade, sexo, idade, raça, classe social, local de residência. “Para construir segurança pública através de mecanismos e instituições democráticos, inclusivos e sustentáveis, é necessário, então, um ambiente no qual as pessoas podem aspirar a expandir suas capacidades e liberdades” (PNUD, 2013:9).

A segunda noção central é a de que a segurança cidadã é um bem público e como tal, sua provisão é de principal responsabilidade do Estado. Nesse sentido, ainda que muitos atores intervenham na provisão da segurança cidadã, o Estado é o único que deve assegurar que esta não sirva a interesses privados e nem faça algum tipo de seleção, mas se projete a todos os cidadãos de acordo com o “interesse comum” (Idem:9). Desse modo, conclui que “a segurança cidadã deve ser entendida como o planejamento, a organização e a implementação de políticas abrangentes e participativas de diferentes naturezas, projetada não para reduzir apenas o crime, mas para contribuir para a criação e o fortalecimento de instituições e para o desenvolvimento humano sustentável” (Ibidem:10).

Já a terceira noção, afirma que a segurança cidadã requer uma cidadania ativa que garanta o caráter democrático, inclusivo e público para o provimento de segurança e que deve se construir a partir de instituições e formas de convivência democrática, para

que todos os cidadãos participem de decisões políticas e ampliem suas capacidades para isso (Ibidem:10). Segundo Sen,

A participação e a dissensão política são partes *constitutivas* do desenvolvimento, para tanto, as pessoas devem ter liberdades providas pelas liberdades instrumentais, sendo elas as liberdades políticas, como determinação de quem deve governar e com base em que princípios e como possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, além da escolha entre diferentes partidos; facilidades econômicas, desde em grandes empresas até os microcréditos; oportunidades sociais, como disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor e ter maior participação em atividades econômicas e políticas; garantias de transparência, como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas; e segurança protetora, para impedir vulnerabilidades e privações (Sen, 2012:59-60).

Segundo Sen, as liberdades participativas, nessa perspectiva, são centrais para a elaboração de políticas públicas em uma estrutura democrática.

Os direitos dos cidadãos, segundo o Relatório, estão conectados aos deveres e à cidadania; é o acordo entre o Estado e o povo. Sobre a América Latina, “o pleno respeito continua sendo uma tarefa pendente na região, o que reflete um grau de legitimidade e confiança insuficientes nas instituições e leis do Estado” (PNUD, 2013:10), causando insegurança e gerando mais violência. Desse modo;

A segurança pública exige a participação e empenho de empresários, acadêmicos, políticos, os líderes da sociedade civil, movimentos sociais e organizações [...] A participação da cidadania em geral e organizações da sociedade civil, em particular, são fundamentais para acompanhar as ações do Estado, traçar políticas com base nas necessidades e demandas de comunidades e garantir que a provisão

pública de segurança considera-se preferível a qualquer outra opção (Idem:10-11).

A América Latina possui média anual de 4,2% nos últimos 10 anos. Além disso, os níveis de pobreza diminuíram e o desemprego tem caído constantemente desde 2002. Entretanto, é enfatizando o crescimento de crimes e assassinatos (Ibidem:15). As evidências analisadas qualificam a hipótese de causalidade e complexidade da relação entre variáveis econômicas (pobreza, desigualdade e emprego) e atividade criminosa. O Relatório considera como revelador sobre essa relação, o fato de a maioria dos presos ter trabalhado ao mesmo tempo em que cometeram crimes, sendo possível que tenham praticado roubo ou furto como complemento a empregos precários (Ibidem:22).

De acordo com o RDH, embora estatísticas indiquem que pelo menos 40% de domicílios na América Latina foram capazes de se estabelecer como uma classe mais alta entre 1995 e 2010, a maioria das pessoas em situação de pobreza não foram integrados como classe média, mas considerados um “grupo vulnerável” e explica-se, a partir disso, que emprego não representa superação da pobreza ou da condição de vulnerabilidade (Ibidem:22).

Aponta-se para três fraquezas comuns na região em relação a criminalidade: a corrupção, a impunidade e a falta de proporcionalidade na punição. No que concerne a impunidade, assevera que quando uma elevada percentagem de crimes e atos de violência não são investigados, julgados e, se necessário, punidos, um sentimento de vulnerabilidade é instaurado e, ainda que em nenhum país todos os infratores sejam punidos, há um limite mínimo para que a cidadania não crie uma desconfiança geral, medo ou mesmo a rejeição da lei (Ibidem:36). Em relação a desproporcionalidade de punições, afirma “toda punição deve ser proporcional à gravidade da infração. Naturalmente, os códigos penais preveem esta regra. Mas, na prática, a proporcionalidade na punição deixa muito a desejar. As prisões estão superlotadas na região, devido a um problema de desproporcionalidade da penas envolvendo delitos” (Ibidem:36).

O capítulo “A resposta do Estado”, apresenta os problemas em relação à polícia e às prisões. Em relação à primeira, afirma que os processos de reforma policial se vinculam aos processos de democratização no mundo. Assim sendo,

Um importante passo para aumentar a profissionalização da polícia inclui o estabelecimento de programas destinados a melhorar e a aumentar a colaboração entre a polícia e as comunidades através do modelo de polícia comunitária. A polícia comunitária implica uma ampla mudança na estrutura organizacional, no processo de tomada de decisões e na cultura institucional da polícia em relação com as comunidades [...] O trabalho da polícia comunitária, pode, além disso, fortalecer a articulação entre atores estatais e não estatais em torno de estratégias integrais de intervenções que impulsionem o desenvolvimento humano das comunidades (Ibidem:114).

A reforma da polícia na região tem se baseado na reestruturação da contratação, gestão e promoção de pessoas, e a especialização e profissionalização de pessoas e atores sociais. Tal processo de aprendizagem tem particular relevância em relação aos direitos humanos, além da inclusão de questões de segurança pública, policiamento comunitário e outros elementos de estratégias de policiamento modernos, incluindo sua aproximação com a universidade: “em diferentes países, as instituições estabeleceram acordos com centros de pesquisa e universidades, o que tende a melhorar a qualidade de formação, tanto da polícia como do próprio corpo docente responsável por sua formação” (Ibidem:114).

Os direitos humanos hoje estão em uma forte relação com a segurança e a punição dos considerados infratores. Segundo Augusto, a expansão de um movimento em defesa dos direitos humanos e a emergência de uma certa cidadania global se voltaram para a situação das prisões, exigindo esclarecimentos e pressionando libertações de militantes, denunciando torturas e condições insalubres das prisões (Augusto, 2013:16). Já hoje,

Os direitos humanos converteram-se em garantia de continuidade das prisões e em instrumento necessário para diversificar o regime das penas, tornando a prisão mais tolerável às sensibilidades humanistas que a forjaram [...] São, hoje em dia, uma generalidade que sustenta e justifica as reformas; que flexibiliza, diversifica, elastifica e perpetua a continuidade do sistema penal (Idem:18).

Foi nos anos 1990, ano também de criação do Índice de Desenvolvimento Humano, que emergiu a questão da segurança pública em torno de um mito que leva o nome de violência urbana associada à pobreza (Nu-Sol, 2013). “Definitivamente, combater a pobreza, oferecer um maior número de assistências estatais e/ou em parceria com a sociedade civil, passou a ser entendido, também, como uma política de segurança” (Idem). O mantra planetário passou a ser manter a ordem, mas com respeito aos direitos humanos, à democracia e à constituição federal ou demais declarações de direitos, e “os programas assistências e de defesa de direitos humanos adotaram uma conduta policial, com suas denúncias, inquéritos e relatórios, enquanto a instituição polícia permaneceu mais ou menos a mesma da ditadura civil-militar, ampliando sua área de influência e ação” (Ibidem).

O Relatório confirma no que concerne às prisões, ao afirmar que o sistema penitenciário está em crise em quase todos os países da região, pelos seguintes fatores: por ser o último elo da cadeia de justiça penal, sendo afetadas por deficiências das instituições da polícia e dos tribunais; superpopulação e abuso da prisão preventiva; mulheres em situação de risco e vulnerabilidade devido a ameaças à sua integridade física, material e emocional; a função da reabilitação não tem sido uma prioridade; a percepção dos cidadãos da prisão como solução para os problemas da segurança impediu o progresso das reformas de redução da população carcerária, da adoção de medidas alternativas e da promoção da reintegração social (PNUD, 2013:122). A nomenclatura muda, mas o fracasso da prisão moderna é anteriormente revista pelos reformadores penais. Em outras palavras, o fracasso inclusivo de punir é o sucesso de prisões com crescimentos e variedades de penalizações a céu aberto.

Ao tentar “mapear” a insegurança na América Latina, o Relatório expõe os dados de quem um em cada três presos saiu de casa antes dos 15 anos (no Chile, um em

cada dois); entre 13% (Argentina) e 27% (El Salvador) nunca conheceram o pai ou a mãe; 40% dos presos no Chile não terminaram o ensino médio; em todos os países, mais de 80% dos presos pesquisados não completaram 12 anos de escolaridade. Aponta também para uma correlação direta entre o crescimento urbano e a criminalidade ao concluir que “o problema não é o tamanho da cidade, mas a capacidade institucional para incluir grupos que estão em condições marginais” (Idem:30).

O Relatório destaca também os custos da insegurança: “sem o excesso de homicídios o Produto Interno Bruto (PIB) da região teria sido 0.5% maior”. Ao analisar os custos do crime e os níveis de vitimização em cinco países, revelou que o Honduras foi o país que mais gastou para enfrentar o crime e a violência (10,54% do PIB), seguido do Paraguai (8,7%), Chile (3,32%), Uruguai (3%) e Costa Rica (2,52%)⁷².

As recomendações são, portanto, as capacidades do Estado, como centralidade responsável pela proteção da integridade física e material das pessoas, assim como o respeito aos direitos humanos. Exige-se que todos contribuam para a continuidade das políticas de segurança, a fim de restaurar e reforçar a confiança nas instituições; modernizar a polícia, trazendo-a para o público; forjar modelos comunitários devem ser desenvolvidos como parte da função preventiva, com incentivos e sistemas de monitoramento e avaliação que permitam superar a resistência à mudança por parte de alguns atores sociais; fortalecer o sistema de justiça, reduzindo a impunidade, tendo como passo importante a instalação de escritórios do sistema judicial em comunidades afetadas pela insegurança e na periferia de centros urbanos, facilitando o acesso à justiça; transformar o sistema prisional, pensando a prisão como último recurso para a segurança pública; adotar mais medidas alternativas à prisão e melhorar a condição das mulheres nas prisões; e fazer da prevenção uma prioridade, com programas adaptados às realidades locais (Ibidem:134-135).

Ao final do Relatório são elencadas 10 recomendações para uma América Latina segura. São elas: alinhar os esforços nacionais para reduzir o crime e a violência, incluindo um Acordo Nacional para a Segurança Pública como uma política de Estado; gerar políticas públicas para proteger os mais afetados pela violência e o crime; prevenir o crime e a violência ao promover o crescimento inclusivo, equitativo e de qualidade; diminuir a impunidade ao fortalecer instituições de justiça com a adesão aos direitos

⁷²Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3779>.> Acesso em 02 de outubro de 2013.

humanos; promover a participação ativa da sociedade, especialmente das comunidades locais na construção da segurança cidadã; aumentar as oportunidades de desenvolvimento para os jovens; atender e prevenir de maneira integral a violência de gênero nos âmbitos doméstico-privado e público; salvaguardar os direitos das vítimas; regular e reduzir fatores que “desencadeiem o crime”, tais como álcool, drogas e armas, através de uma perspectiva integral de saúde pública; e fortalecer os mecanismos de coordenação e avaliação da cooperação internacional (Ibidem:199).

Conforme afirma Sen, “as evidências empíricas indicam veementemente que o crescimento econômico está mais ligado a um clima econômico mais propício do que a um sistema político mais rígido” (Sen, 2012:30). Pessoas sem liberdades políticas ou direitos civis, portanto, são impedidas de participar de decisões cruciais concernentes a assuntos políticos. Assim sendo, é preciso que se elevem taxas de saúde e educação inclusivas para que, autoconfiantes, todos acreditem ter importante participação e contribuam para o que se chama de desenvolvimento, e conseqüentemente redução de encarcerados.

A liberdade atrelada à segurança, medida por infindáveis índices, não é mais liberdade, mas uma de condução de condutas geridas pela racionalidade neoliberal. Abre-se mão da liberdade individual pela liberdade de todos, liberdade de circulação, condicionada pela participação, produção e consumo. Segundo Hamman, “o neoliberalismo se esforça em assegurar que os indivíduos são obrigados a assumir valores baseados no mercado em *todos* os seus julgamentos e práticas para reunir quantidade suficiente de ‘capital humano’ e assim tornarem se ‘empreendedores de si’” (Hamman, 2012:101). O autor aponta para a estratégia neoliberal de incluir valores de mercado em cada aspecto da vida social, transferindo a responsabilidade para o indivíduo (Idem:106). Desse modo, provido de liberdade, de segurança e de direitos, os indivíduos são responsáveis pelo investimento em si mesmo e por suas escolhas. “Aqueles que fracassarem em prosperar sob tais condições sociais não podem culpar ninguém nem coisa alguma além de si mesmo” (Ibidem:101).

A racionalidade liberal, conforme situou Foucault, não é feita segundo a sabedoria filosófica, mas segundo o cálculo, cálculo das forças, cálculo das relações, cálculo das riquezas, cálculo dos fatores de poder, não governando mais pela verdade, mas pela regulação de sua racionalidade (Foucault, 2004:422).

4.5. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 – A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2013, os países do Sul estão ascendendo em relação ao desenvolvimento humano e progresso econômico. São citados países como o Brasil, China, Índia, Indonésia, África do Sul e Turquia por terem adotado políticas pragmáticas e empenho no desenvolvimento humano, podendo abrir caminhos às oportunidades latentes nas suas economias, facilitadas pela globalização (PNUD, 2013).

Políticas pragmáticas, de acordo com o relatório, são definidas a partir de novas regulamentações, abertura ao exterior do domínio do comércio, investimento e tecnologias, sendo mais importantes os investimentos nas capacidades de desenvolvimento humano, pois “fortaleceram as instituições nacionais e conseguiram criar novas áreas de vantagem comparativa” (PNUD, 2013: 17).

Conforme o relatório, o Sul assume um terço do produto e do consumo mundiais e possui maior resiliência em relação à crise econômica atual, uma vez que como já explicitado anteriormente, resiliência não pode jamais ser associada a resistência, como suscitado pelo Programa.

O investimento que o PNUD faz em relação ao desenvolvimento humano a fim de gerar riquezas baseada na utilidade de cada um, não se importa com a condição que um indivíduo possa se encontrar. Aponta que quase todos os países em desenvolvimento que registraram avanço em seus IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), conseguiram maior integração na economia mundial ao longo das últimas duas décadas, o que contribui para o equilíbrio e segurança dos países que estão interligados por causa de seu desenvolvimento. Apresenta como exemplo a África Subsaariana, que passou a ser forte no comércio Sul-Sul, pois as empresas indianas investem em suas indústrias e empresas brasileiras figuram entre os maiores empregadores em Angola, uma vez que o comércio Sul-Sul oferece aos países em desenvolvimento acesso a bens de capital e preços mais acessíveis do que os países mais ricos.

Pretende-se promover a gestão de pessoas e de suas capacidades e oportunidades a fim de alcançar o maior desenvolvimento humano e conseqüentemente, econômico: “Pessoas mais saudáveis, confiantes e qualificadas estarão em muito melhor posição para fazer face a um ambiente em rápida mudança e dar resposta às exigências

tecnológicas e competitivas do mercado internacional” (Idem: 41). Ficam nítidas nesse sentido a adaptação e resiliência sob as quais as pessoas são continuamente convocadas para que sejam úteis numa dinâmica inteligente e controladora. Desse modo, países como Argélia, Argentina, Brasil, Bangladeche, China, Chile, Gana e Guiana, mesmo diferentes entre si, demonstram um rápido desenvolvimento por se centrarem nas pessoas (PNUD, 2013).

Mais uma vez referente ao investimento em pessoas, o relatório afirma que áreas como o comércio, o investimento e a produção internacional também dependem do aumento dos níveis de desenvolvimento humano. Além de afirmar que são as capacidades das pessoas e instituições que afetam o Investimento Estrangeiro Direto (Idem).

Para que haja investimentos contínuos e a formação de cada um como empreendedor, é preciso integrá-los e incluí-los através de políticas de integração e incentivo a coletividade:

O estudo das instituições sociais e das competências sociais deve constituir uma parte essencial da abordagem do desenvolvimento humano, incluindo a formação de grupos; as interações entre grupos e indivíduos; os incentivos e restrições à ação coletiva; a relação entre os grupos e a política e os resultados políticos; a influencia das normas nos comportamentos; e a formação e alteração das normas (Idem: 36).

Utiliza-se da meta de erradicação da pobreza e da fome, que vêm sendo tratados através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para nele incluir, o discurso referente à necessária integração dos povos e indivíduos. Para legitimar tais discursos, são empregados índices, tais como o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) – percentagem de pessoas multidimensionalmente pobres pela intensidade da pobreza – e o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAH), que estuda o nível médio do desenvolvimento humano e a sua distribuição pelas dimensões da esperança de vida, nível de escolaridade e controle sobre os recursos. Quanto maior é a diferença entre o IDH e o IDHAH de um país, maior é sua desigualdade (Idem: 30).

O relatório não deixa de evidenciar que “a crescente desigualdade,

especialmente entre grupos, pode conduzir à instabilidade social, minando o progresso do desenvolvimento humano a longo prazo”(Idem: 32). As condutas e os valores referentes à justiça remetem às considerações de Sen. A justiça vincula-se às obrigações e estas se referem, cada vez mais, ao dever de as pessoas buscarem investimentos, pensando nas gerações futuras e progresso de seu Estado. “Investir nas pessoas, no presente, requer um equilíbrio prudente entre as dívidas contraídas hoje e as obrigações que estas acarretam para as gerações futuras” (Idem: 34)

Acredita-se cada vez mais em incluir para que as capacidades humanas sejam alargadas. “Integrar diferentes grupos pode revelar-se tão crucial para o bem-estar e a estabilidade social como o êxito econômico. A desigualdade e a exclusão são injustiças sociais que, fundamentalmente, corroem as liberdades humanas” (Idem: 37). Assim, como propôs Sen, não bastam direitos humanos e justiça, mas políticas ativas e coercitivas que levem todos a uma conduta estabelecida como verdadeira, sendo esta o dever de incluir através de políticas sociais, considerando como má conduta o contrário. Não havendo a tolerância para com a integração com outras pessoas e grupos, apenas restará desigualdade e injustiças.

A política social deve promover a inclusão — assegurar a não discriminação e a igualdade de tratamento é fundamental para a estabilidade política e social — e prestar serviços sociais de base passíveis de apoiar um crescimento econômico a longo prazo, favorecendo a criação de uma força de trabalho saudável e instruída (PNUD, 2013: 5).

Em um mundo de justiça social, integração e desenvolvimento, o equilíbrio e a segurança são estabelecidos. A segurança é tratada pelo PNUD como necessária à libertação humana de temor e miséria. Sendo assim, centra nas pessoas o conceito de equilíbrio e progressos baseados em estatísticas sobre más condutas, tendo como exemplo a criminalidade.

A partir de tais constatações, a segurança aparece intrinsecamente ligada ao Estado e ao desenvolvimento econômico. Este depende do investimento sob todos, desde os grandes empreendedores até aos consumidores de baixo rendimento e os miseráveis. A macroeconomia interligando todos os países e as empresas gere os riscos através de políticas inteligentes de ligações internas e externas multiplicando o mercado.

Para que os países sejam bem sucedidos em relação ao desenvolvimento humano

e econômico, o relatório apresenta como exigência um Estado proativo orientado para o desenvolvimento, e contribuindo para a qualidade de vida. Um Estado proativo orientado para o desenvolvimento deve integrar-se aos mercados mundiais e inovar na sustentação no domínio da política social. O Estado deve tornar-se, então, um “catalisador necessário que adapta de forma pragmática as suas políticas a ações, em sintonia com novas realidades e com os desafios dos mercados globais [...] deve mobilizar a sociedade através de políticas e instituições capazes de fazer progredir o desenvolvimento econômico e social” (Idem: 68).

Numa política de globalização através da integração dos Estados, deve-se incluir tanto países como indivíduos. O modelo de Estado democrático voltado para o desenvolvimento pretendido, deve acompanhar de perto as transformações relacionadas ao desenvolvimento humano. O relatório situa os Estados Unidos da América como modelo desse tipo de Estado e como modelo de persistência: “Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos atingiram a supremacia industrial, e apesar da ascensão do fundamentalismo do mercado, o Estado orientado para o desenvolvimento sobreviveu” (Idem: 67). As prioridades políticas do Estado proativo, em complementaridade com o mercado, devem estar centradas nas pessoas, promovendo oportunidades e protegendo-as de riscos adversos.

Na análise sobre o Estado brasileiro, o relatório aponta que durante longos períodos os mercados internos não eram incentivados a exportar e a competir em escala mundial e afirma que algumas indústrias nacionais cresceram sob tutela do Estado, através da investigação e o desenvolvimento reforçado a partir das capacidades de inovação interna.

O advento dos países do Sul, portanto, deve-se ao reforço das capacidades das pessoas, instituições, infraestruturas e empresas em relação à abertura aos mercados mundiais.

A abertura de oportunidades e de crescimento das pessoas é extremamente vinculada ao crescimento do Estado e do mercado, como se assegura:

Os países que registram um elevado nível de crescimento sustentado a longo prazo dedicaram, em regra, esforços consideráveis à escolarização dos seus cidadãos e ao reforço do seu capital humano. Importa investir na educação para melhorar as competências cognitivas, medidas em função do desempenho dos estudantes nos

testes de matemática e de ciências (PNUD, 2013: 79).

A partir da noção de capital humano, pode-se resgatar o que Michel Foucault analisou a partir do neoliberalismo estadunidense. Como vimos, a teoria do capital humano representa a incursão da análise econômica e reinterpretação de termos econômicos num campo que era considerado não econômico (Foucault, 2004). Segundo Foucault, a economia clássica neutralizava a concepção de trabalho, atribuindo-lhe apenas aspectos quantitativos de tempo. Já os neoliberais, realizam a tarefa de análise de um comportamento humano e de sua racionalidade interna, deslocando a economia, portanto, de análise lógica histórica de processo para análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos.

Passa-se a realçar quem trabalha como quem calcula e utiliza os recursos que dispõem, além de se pensar na concepção qualitativa do trabalho como efeito econômico. O trabalhador passa a ser visto então como sujeito econômico ativo e tido como empresa possuidora de capital apta a ser investida. “Uma economia feita de unidades-empresas, uma sociedade feita de unidades-empresas: é isso que é, ao mesmo tempo, o princípio de decifração ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia”(Foucault: 2004,: 310).

Há um deslocamento do *homo oeconomicus* da concepção clássica, como parceiro de troca ao *homo economicus* como empresário. Empresário de si mesmo, uma vez que o capital humano não pode ser dissociado da renda que produz, pois é a partir do investimento nos seres humanos que o PNUD atenta para que no modelo de desenvolvimento, os cidadãos devem se ver incluídos nos objetivos da sociedade para que possam desenvolver suas competências direcionando-as para o mercado.

Para corrigir essas injustiças estruturais, é forçoso que as agendas políticas sejam mais inclusivas, reforçando a capacidade dos excluídos de participarem, em condições mais equitativas, na economia de mercado e na política democrática. Essas agendas devem reposicionar os excluídos no âmbito dos processos de produção, distribuição e governação. É exclusivamente como assalariados e arrendatários, e proporcionando-lhes a capacidade de se tornarem proprietários de bens produtivos(PNUD, 2013: 37).

São também convocados a fim de que se atenuem possíveis resistências em busca de estabilidade política e social. Para haver segurança, o relatório apresentado pelo PNUD afirma aos Estados, que estes devem produzir uma força de trabalho saudável e qualificada, o que também será favorável à estabilidade nacional, reduzindo a probabilidade de agitações políticas e reforçando a legitimidade dos governos.

O último capítulo do Relatório produzido pelo PNUD nesse ano (2013) enfatiza as parcerias e novas estratégias de governança numa nova era. Referem-se a países como o Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul, ou seja o BRICS, emergente após a crise de 2008, exercendo cada vez mais influência na regulação mundial do comércio, da moeda e das finanças, influenciando também a cultura, a ciência, o ambiente, a paz e a segurança. Pretende-se incluir todos os países numa rede integrada de mesmos valores, que acelerem o desenvolvimento de forma inclusiva e eficaz. Nessa nova era um processo decisório nacional importante não pode estar desligado de políticas regionais e globais, uma vez que práticas e decisões de um país interferem nos demais. Pensa-se em um reforço mútuo entre os países para que a segurança e o bem-estar global sejam garantidos através de uma soberania global. Apresenta como exemplo a iniciativa “Responsabilidade de Proteger”:

A iniciativa ‘Responsabilidade de Proteger’, é uma tentativa de desenvolver uma nova segurança internacional, bem como normas em matéria de direitos humanos passíveis de superar o fracasso da comunidade internacional em prevenir e impedir os genocídios, os crimes de guerra, a limpeza étnica e os crimes contra a humanidade. Deste ponto de vista, a soberania é vista não apenas como um direito, mas também como uma responsabilidade (PNUD, 2013: 121).

Responsabilidade de proteger, nesse sentido, remete a uma soberania responsável e exige que os Estados respeitem os preceitos mencionados acima e obrigações para com as pessoas que devem ter garantidas sua proteção e segurança. Tem a soberania, portanto, não apenas como direito, mas também como responsabilidade (PNUD, 2013: 121).

A ascensão Sul, mostra a interconexão que se coloca em escala mundial e a interdependência entre os Estados. De acordo com o relatório, o Norte precisa dos países mais vigorosos do Sul para manter a procura de bens e serviços exportados, em

especial porque a maioria dos países tem demonstrado austeridade e enfraquecimento de suas economias e sociedades. Já o Sul precisa do Norte devido sua fonte de inovação e tecnologias complexas.

O pluralismo e a passividade de indivíduos e Estados, denominados pelo relatório de “pluralismo coerente”, consistem em assegurar que as instituições trabalhem de maneira coordenada para o fornecimento de bens públicos globais. Caminhamos também para um novo tribunal global em nome da segurança e da paz em prol daquilo que não é questionado: a democracia e o capitalismo. Para concluir a análise do RDH 2013, apresento a noção de desenvolvimento de Jo Leinen, Deputado do Parlamento Europeu, que afirma a busca de equidade e sustentabilidade e a urgência de dar respostas a desafios decisivos como exigências para o envolvimento da cidadania global, que funcionaria através de um parlamento mundial constituído por delegados dos parlamentos nacionais, representantes de múltiplos partidos políticos de cada país, assumindo uma democracia global. “As deliberações seriam dotadas de um elevado nível de autoridade moral e política, embora a decisão final continuasse a ser da competência dos governos nacionais” (Idem: 116).

4.6. Outros investimentos

Em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o PNUD implementará um projeto visando o fortalecimento do acesso à Justiça no Brasil através da criação de uma escola nacional de mediação: “Conflitos resolvidos de maneira alternativa ajudam a tornar o Judiciário mais ágil, trazem eficácia aos acordos firmados e incentivam os cidadãos a atuarem de forma transigente e autocompositiva, em que as partes resolvem diretamente o conflito”, destaca Moema Freire, Oficial de Programa do PNUD⁷³.

Será lançado também o “Diálogos sobre a Justiça”, canal de comunicação entre os representantes do Sistema de Justiça, a fim de fortalecer o acesso a justiça. “O acesso à Justiça é elemento-chave para a consolidação da democracia. Confiamos que este projeto será uma nova instância para proporcionar a melhoria de todo o Sistema Judiciário brasileiro”, destacou Jorge Chediek, Representante Residente do PNUD no

⁷³ Disponível em <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3640>> Acesso em 03 de dezembro de 2012.

Brasil⁷⁴.

Hoje o acesso a justiça, a paz e a não violência são atreladas a outros conceitos. A segurança é atrelada a paz e estas são vinculadas à sustentabilidade, abrangendo a não-violência, uma vez que a pobreza e o não desenvolvimento são considerados uma violência.

No dia internacional da pobreza, 17 de Outubro de 2012, a diretora-geral da UNESCO, apontou que

Apesar do desenvolvimento econômico generalizado em todo o mundo, as desigualdades cresceram dramaticamente nos últimos dez anos, tanto dentro dos países quanto entre eles. Mais de um bilhão de pessoas vive em extrema pobreza hoje em dia. Essa situação é uma violação aos direitos humanos básicos e um obstáculo ao desenvolvimento. A luta pela erradicação da pobreza deve estar à frente de todos os esforços de preservação da dignidade humana e promoção do desenvolvimento sustentável⁷⁵.

Acrescenta que “a erradicação da pobreza implica na construção da capacidade de cada pessoa de criar riqueza e acessar seu potencial. O desenvolvimento humano sustentável implica no uso desse potencial e na expansão das escolhas disponíveis aos indivíduos”⁷⁶.

Erradicar a pobreza mostra-se conectado à noção de convocação baseada na utilidade de cada um, investindo na capacidade de criação de riqueza dos indivíduos. É necessário incluir todos, até os mais miseráveis. O microcrédito é uma ferramenta bastante usada pelo PNUD para a erradicação da pobreza. Colabora com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e suas metas para 2015⁷⁷.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/message_on_the_international_day_for_the_eradication_of_poverty/#.UqdCDfRDuSo> Acesso em 13 de novembro de 2013.

⁷⁶ Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/message_on_the_international_day_for_the_eradication_of_poverty/> Acesso em 05 de janeiro de 2013.

⁷⁷ PNUD. Objetivos do Milênio. Disponível em < <http://www.pnud.org.br/ODM1.aspx>> Acesso em 13 de março de 2012.

Para estimular o acesso ao microcrédito, a ONU apresentou uma série de objetivos que precisam ser alcançados em 2005. São eles: contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; aumentar a consciência do público e seu entendimento a respeito do microcrédito e das microfinanças; promover sistemas financeiros em que o microcrédito seja uma parte integral de seu funcionamento; apoiar o acesso sustentável ao sistema financeiro; e encorajar a inovação e a formação de parcerias entre governos, órgãos da ONU, o setor privado e empresas de microcrédito (PNUD, 2004).

Segundo a ONU, o microcrédito não tem impacto apenas na esfera local:

Ao gerar renda, contribui para a criação de novos empregos [...] Além disso, a economia do país como um todo fica mais forte, pois a ajuda financeira é usada para aumentar a capacidade de produção local das comunidades [...] No final, espera-se que esteja consolidada a ideia de que as microfinanças são uma parte essencial de um setor financeiro (Idem).

O programa de microcréditos não só financia como investe no beneficiário promovendo diversos cursos técnicos, além de ensinar jovens e adultos a serem empreendedores. Desde 2005, o jornal Folha de S. Paulo, promove o prêmio empreendedor social em parceria com a Fundação Schwab⁷⁸. O objetivo do prêmio é dar visibilidade e capacitação a líderes de cooperativas, negócios sociais e organizações de impacto social e/ou ambiental que desenvolveram iniciativas inovadoras e sustentáveis para benefício direto da coletividade.

Insiste-se na participação, no monitoramento e no julgamento de todos a partir da conduta pela paz e da utilidade dos indivíduos. Ocorrem como Programas de

⁷⁸ A entidade identifica e promove a troca de know-how entre empreendedores sociais inovadores, viabilizando o contato deles com grandes patrocinadores internacionais, ao incluí-los na rede de líderes globais do Fórum Econômico Mundial, e com representantes das áreas empresarial, política e de mídia, entre outras. A organização não tem escritório no Brasil, país em que é representada pela Folha de S. Paulo para temas referentes ao Prêmio Empreendedor Social. (http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/fundacao_schwab.shtml) Acesso em 17 de janeiro de 2013.

Voluntariado, sob variadas formas de conscientização, para que ajam todos juntos por pressão de todos.

Hoje, em meio à cultura de paz e seus interesses, nota-se um deslocamento da gestão e racionalidade liberal para os empreendedorismos sociais. Segundo Augusto (2012), a mesma eficiência do campo empresarial foi empregada agora para contribuir com a solução dos problemas sociais. É uma intervenção social característica do liberalismo “que gera lucros, mas promove distribuição de renda e sustentabilidade econômica, em especial ao atingir populações mais pobres ou identificadas como vulneráveis” (Idem: 94).

É nesse campo que existem os sistemas de microcrédito, formação técnicas para a população carente e outras estratégias administrativas.

No balanço sobre os 60 anos da ONU, em “Lançando as bases para os negócios”, aparece a seguinte afirmação:

A ONU é boa para os negócios. Tem fornecido a infra-estrutura “soft” para a economia global, negociando padrões técnicos universalmente aceitos em áreas tão diversas como estatísticas, legislação comercial, procedimentos alfandegários, propriedade intelectual, aviação, navegação e telecomunicações, facilitando a atividade econômica e reduzindo os custos de transação. Forneceu a base para o investimento nas economias em desenvolvimento, promovendo estabilidade política e boa governança, lutando contra a corrupção e induzindo a observação das políticas econômicas e legislação adequada (PNUD, 2013).

O PNUD e a ONU possuem a cooperação de diversas empresas como a Coca-cola; Nokia (Finlândia), Itaú Unibanco e Sorridents (Brasil), Itochu e Unicharm (Japão), Hybrid Social Solutions (Filipinas), Novozymes (Dinamarca), Honey Care Africa (Quênia), Zoono (Zâmbia) e Waste Capital Partners (EUA). “Os compromissos destas companhias demonstram que o setor privado é um forte parceiro na luta pela redução da pobreza e por um crescimento inclusivo”, afirmou Sigrid Kaag, Administradora Assistente do PNUD e Subsecretária-Geral Assistente da ONU⁷⁹.

⁷⁹Disponível em < <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3654>> Acesso em 20 de janeiro de 2013.

Em 2008, o PNUD, com patrocínio da Sadia, Natura, Banco Real, Fundação Dom Cabral e Grupo Votorantim, publicou o Relatório “Criando valores para todos: estratégias para fazer negócios com os pobres”, por meio da iniciativa “Desenvolvendo mercados inclusivos”, da qual “representa a forte convicção do PNUD de que o setor privado é uma enorme fonte inexplorada de investimento e inovação para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (PNUD, 2008:i). O Relatório demonstra o papel do Estado para o neoliberalismo:

Um Estado forte, com suficientes recursos humanos, financeiros e institucionais, pode assegurar que uma economia de mercado ofereça aos agentes privados os incentivos para expandir a sua capacidade de produção e para fazer bom uso dela. O Estado também deve ser capaz de assegurar uma competição justa, bem como a redistribuição de renda – os desfechos mercadológicos nem sempre são política ou socialmente aceitáveis. Existe ainda a necessidade crucial de fornecer proteção social, apoiando os mais vulneráveis e fortalecendo a sua capacidade de sustentar meios de vida produtivos (Idem: introdução ii).

O Estado deve assegurar, portanto, uma rede de proteção e de investimentos em capital humano para que sujeitos se governem dentro do mercado. Segundo Sen, “O Estado e a sociedade tem papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas” (Sen, 2012:77). Segundo Hamman, “ao mesmo tempo em que a governamentalidade neoliberal busca minimizar o poder do Estado o máximo possível, ela também reconhece que o mercado só pode manter-se viável por meio do ativo suporte governamental e legal” (Hamman, 2012:107).

O Relatório associa ainda o investimento em pessoas pobres com o desenvolvimento humano, através de Sen, afirmando promover o alargamento de escolhas disponíveis para cada indivíduo. Apresenta ainda, exemplos de negócios inclusivos para cada Objetivo do Milênio. Um modelo para o Objetivo de “Erradicar a pobreza”, por exemplo, se deu na Colômbia, em que a companhia Juan Valdez tem oferecido salários mais altos e mais estáveis para mais de 500.000 pequenos agricultores de café. Em relação ao Objetivo 8 “Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento”, tem-se a Filipinas como exemplo, em que a empresa Smart está reduzindo a “exclusão digital” através do fornecimento de cartões pré-pagos de baixo

custo para telefones móveis e da viabilização de transações financeiras através de mensagens SMS, cobrindo 99% da população (PNUD, 2008:21).

No capítulo 5 “Estratégias que funcionam” tem-se como estratégia a “inserção dos pobres como indivíduos” devendo incluí-los na cadeia de valor das empresas, beneficiando-o com conhecimento local e relações de confiança (Idem:69), conferindo-o poder e responsabilidade.

Os investimentos em jovens também se fazem de maneira contínua. O Projeto Empreendente, promove cursos da SEBRAE e da CONAE, tendo como alvo os jovens empresários para estimular o espírito empreendedor daqueles que pretendem ou possuem seu próprio negócio⁸⁰.

Em Recife, a Prefeitura ajudou moradores pobres a montarem seus próprios negócios ou cooperativas, e tinha como previsão atender 48.000 pessoas, até 2010, baseado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Recife, feito pelo PNUD e parceiros.

Em projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Paraíba e pelo Ministério do Desenvolvimento Social, pretendem ensinar 150 jovens a se tornarem empreendedores e a usarem o sistema de microcrédito, como iniciativa em prol dos Objetivos do Milênio⁸¹.

5. PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)

A biopolítica como regulamentação da vida, irá redimensionar o direito de fazer viver e deixar morrer da sociedade de soberania em racismo de Estado (Foucault, 2010:214). A regulamentação biológica da população permitirá que o Estado a trate como uma mistura de raças e estabelecerá qual é a raça superior e quais são os inimigos biológicos da raça, ou quais serão os degenerados e anormais em relação à espécie, representando perigo ao patrimônio biológico. A raça e o racismo, dirá Foucault, “é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (Idem:215).

⁸⁰ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=218>> Acesso em 05 de janeiro de 2013.

⁸¹ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1283>> Acesso em 05 de janeiro de 2013.

É por isso que na era da biopolítica a guerra funcionará não apenas com base na destruição do adversário político, mas do adversário biológico, e é desse modo que o nazismo se situa como o ápice da sociedade disciplinar, onde as regulamentações biológicas foram mais intensas, conseguindo ao mesmo tempo, cultivar a vida e por em prática o direito soberano de matar (Ibidem:219).

É com a emergência da sociedade de controle após a *solução final* nazista, segundo Passetti, e com a disseminação de direitos do pós Segunda Guerra, que ocorre um importante deslocamento: “O alvo não era mais população no território, mas a população estratificada vista gradualmente em seu *ambiente* (Foucault, 2008b:355-356; 368), o indivíduo não mais como unidade, mas nas suas multiplicidades, como *divíduos*. (Passetti, 2013:88)”.

Segundo Malette, a ecologia se faz como uma via que reorganiza os cenários da governamentalidade redimensionado no que chama de ecogovernamentalidade (Malette, 2011:5). Ele a vê, junto com as tecnologias ambientes como extensões das redes disciplinares (Idem:10) e compreende a “ecopolítica” como uma das principais racionalizações de governo para o século XX:

Ao expandir a leitura de Foucault sobre a governamentalidade para incluir a “ecogovernamentalidade”, podemos aprofundar nosso entendimento do “problema de governo”. Este último acrescenta a essas “relações intermediárias” que conectaram os diferentes cenários de governamentalidade via um “ambiente” primordial, progressivamente colonizado por várias relações de poder/saber, em uma tentativa crescente de governamentalizar a “natureza” (13).

Para Passetti, porém, a noção de *ecopolítica* não envolve apenas a regulamentação do meio ambiente, mas de prática do governo do planeta nos tempos de transformações através de desdobramentos transterritoriais e variadas estratificações conectadas (Passetti, 2013:89).

A ecopolítica, para Passetti possibilitou uma nova etapa do capitalismo como *desenvolvimento sustentável* (Idem:90). Os indivíduos como empreendedores de si são convocados a cooperarem em prol da melhora do ambiente em que vive e para deixarem um mundo *melhor* às futuras gerações, reduzindo vulnerabilidades, ampliando qualidade de vida e produzindo riqueza sustentável para o planeta (Ibidem:92).

O desenvolvimento sustentável, portanto, encontra-se hoje relacionado não apenas ao meio ambiente, mas ao tipo de conduta que todos devem ter, desde indivíduos até empresas, ONGs e Estados. A economia deve ser sustentável, os direitos devem ser sustentáveis, as políticas públicas, as prisões, a cidadania, a energia, os negócios, os empregos, cada um e o planeta.

No Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2011 do PNUD, “Sustentabilidade e Equidade – Um futuro melhor para todos”, apresenta a ligação entre desenvolvimento humano e a sustentabilidade, afirmando não poderem se concretizar separadamente. O Relatório informa que o IDH mostra-se insuficiente sem a variável da sustentabilidade⁸².

As principais questões são as repercussões adversas da ausência de sustentabilidade ambiental para o desenvolvimento humano, especialmente para as pessoas que estão atualmente desfavorecidas, e, numa nota mais positiva, as intersecções entre maior sustentabilidade e equidade, bem como o potencial para reformas progressivas que promovam ambos os objetivos. Defenderemos que a promoção do desenvolvimento humano exige abordar a sustentabilidade local, nacional e global e que esta linha de ação pode, e deve, ser equitativa e fator de capacitação (PNUD, 2011:21).

O Relatório sustenta que a degradação ambiental impede e prejudica as capacidades, especialmente dos mais pobres, em relação à educação, meios de subsistência e outros aspectos do bem-estar, incluindo as escolhas de como usar o tempo e onde viver e a ausência de conflitos⁸³.

Deixa claro, portanto, um crescente vínculo da sustentabilidade com todos os âmbitos da vida no planeta, para além do meio ambiente, enunciando-o como a mais eficiente forma de se adquirir bem-estar hoje.

Em observância ao Dia Internacional para a Prevenção da Exploração do Ambiente em Tempo de Guerra e Conflito Armado, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, advertiu sobre os vínculos tênues entre conflito, paz e meio ambiente,

⁸² PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf> Acesso em 10 de julho de 2011.

⁸³ Idem.

exortando a comunidade internacional a reconhecer a paz e a segurança como “uma quarta dimensão crítica” do desenvolvimento sustentável. Ki-moon afirmou: “A guerra e os conflitos armados destroem a teia do desenvolvimento sustentável. Não pode haver paz se o recurso básico do qual as pessoas dependem para alimento e rendimento estiver danificado ou destruído – ou se a sua exploração ilegal servir para financiar ou causar conflitos”⁸⁴.

O Dia Mundial do Meio Ambiente (WED) é um evento anual promovido pelo PNUMA que cresceu ao passar dos anos a ponto de se tornar o principal evento em que a ONU estimula a sensibilização mundial pelo meio ambiente e incentiva atenção e ações políticas. No ano de 2012 pessoas em todo planeta foram desafiadas a se comprometerem com uma atividade ambiental para concorrerem a um carro da marca KIA, incentivadas pelos “Embaixadores da Boa Vontade”: Gisele Bündchen, Don Cheadle, Ian Somerhalder e Li Bingbing. Foram nomeados cinco projetos premiados por aumentarem a conscientização ambiental no mundo todo⁸⁵.

Gisele Bundchen é embaixadora da Boa Vontade do PNUMA desde 2009. Ao entregar o prêmio “Campeões da Terra”, Bundchen pediu aos cidadãos dos EUA mais responsabilidade, por desperdiçarem alta porcentagem de alimentos. Em 2008, criou o projeto Água Limpa em sua cidade natal, Horizontina (RS), com a intenção de proteger a vegetação local e preservar suas águas. Além disso, lançou um blog de conscientização sobre o tema⁸⁶.

A top modelo atua também como ícone em diversas campanhas e publicidades para o PNUMA. Na Campanha “Eu sou nós”, foi questionado: “A Gisele Bündchen é nós. E você?”. A modelo, uma das maiores proprietárias de ações em defesa do meio ambiente, atuou na propaganda do Dia Mundial do Meio Ambiente, da qual concorriam ações ambientais em troca de prêmios como carros e dinheiro. “Trata-se de um confronto global, então participe, divirta-se, espalhe novidades, mobilize milhões de pessoas, junte-se a mim nesse desafio”⁸⁷.

⁸⁴ Disponível em < <http://www.onu.org.br/em-dia-internacional-secretario-geral-da-onu-ressalta-vinculos-entre-paz-e-preservacao-do-meio-ambiente/>>. Acesso em 07 de novembro de 2013.

⁸⁵ Disponível em http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=222
Acesso em 28 de janeiro de 2013.

⁸⁶ Disponível em <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/09/gisele-bundchen-vira-modelo-de-compromisso-com-o-meio-ambiente.html>> Acesso em 02 de outubro de 2013.

⁸⁷ Disponível em < <http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/gisele-bundchen-convoca-brasileiros-para-participar-do-dia-mundial-do-meio-ambiente>> Acesso em 16 de janeiro de 2013.

Em 2012 também, o PNUD promoveu em parceria com a Fundação Global para a Paz e o Desenvolvimento, a Bayer e a Nikon, o Concurso Internacional de Pintura Infantil sobre o Meio Ambiente. Crianças de todos os cantos do planeta foram convidadas a submeter suas artes sob o tema Comunidades Verdes. Desde 1991, o concurso já recebeu mais de 3 milhões de desenhos de crianças de mais de 190 países⁸⁸

Nesse ano, 2013, ocorrerá a Conferência Internacional TUNZA da Juventude sobre Meio Ambiente, parceira do PNUMA, convocando jovens de 15 a 24 anos indicados por organizações que trabalham em questões ambientais e de desenvolvimento sustentável⁸⁹.

Em 6 de Novembro de 2012, abriram as inscrições para o Concurso Internacional de Pintura Infantil Sobre o Meio Ambiente, de tema “Água: Fonte da vida”, para crianças de 6 a 14 anos. Os vencedores receberão prêmios que incluem uma quantia em dinheiro e uma viagem com acompanhante para a Conferência Internacional da Juventude TUNZA, promovida pelo PNUMA⁹⁰.

O laboratório Bayer criou o Programa Bayer Jovens Embaixadores Ambientais, desenvolvido para jovens de 18 a 24 anos. É um dos mais importantes projetos de responsabilidade socioambiental da Bayer em benefício da juventude e do meio ambiente e faz parte de uma parceria global com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente⁹¹.

É importante ressaltar a importância dos jovens nesses Projetos e Prêmios, em que são conscientizados e se tornam aptos e contribuintes para o *futuro melhor*. Crianças são o maior alvo, entrando em contato com o aprendizado da *conduta correta* desde muito cedo. A vencedora global da 22ª edição do Concurso Internacional de Pintura Infantil sobre Meio Ambiente sob o tema “Água: a Fonte da Vida”, informou que a vencedora foi uma menina tailandesa de 13 anos. Segundo o diretor executivo do PNUMA, Achim Steiner, o tema foi escolhido

⁸⁸Disponível em < http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=219> Acesso em 27 de janeiro de 2013.

⁸⁹ Disponível em <http://www.onu.org.br/conferencia-internacional-tunza-da-juventude-sobre-meio-ambiente-encerra-inscricoes-dia-15/> Acesso em 28 de janeiro de 2013.

⁹⁰Disponível em http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=233 Acesso em 15 de janeiro de 2013.

⁹¹ Disponível em < http://www.bayer.com.br/scripts/pages/pt/o_que_e.php> Acesso em 15 de janeiro de 2013.

Para reforçar que a água não vem do filtro ou de garrafas de plástico compradas no supermercado. É um recurso natural fornecido por áreas verdes para rios e lagos. Os jovens artistas mostraram não só que compreendem o papel dos sistemas naturais de prover recursos, mas também o impacto quando florestas e outros ambientes são degradados⁹².

Também em 2012, o PNUMA se uniu à campanha “7 Bilhões de Ações” com o objetivo de incentivar indivíduos, governos, empresas e organizações a tomarem atitudes positivas rumo a um mundo mais sustentável para 7 bilhões de habitantes. Coordenada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a campanha visa capitalizar esse marco populacional por meio da promoção de cooperações globais nas áreas de saúde, sustentabilidade ambiental, pobreza e desigualdade, urbanização e outras questões críticas⁹³.

Para a sociedade brasileira participar da Conferência Rio+20, a ONU criou a campanha “Eu sou nós”, da qual todos os brasileiros puderam enviar textos, fotos e vídeos para o site “O Futuro que queremos”, que foram exibidos na internet e em exposição durante a Cúpula dos Povos. Houve incentivos de famosos como Gisele Bündchen, Ronaldo, Paulo Coelho, Vik Muniz, MV Bill e Oscar Niemeyer. Segundo o Presidente do Grupo no Brasil, Sérgio Amado, “A ideia central é fazer com que as pessoas abram mão da própria identidade, comecem a pensar coletivamente e participem da conversa mais importante da história”⁹⁴.

Apesar de não ser vinculado apenas ao meio ambiente, o desenvolvimento sustentável almeja sempre a produção de riquezas e de novos negócios.

No debate da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente em outubro de 2013, o painel “Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Economia Verde: Oportunidades de Negócio” reuniu representantes de bancos públicos e privados, empresas, sociedade civil e entidades multilaterais para analisar por diversos enfoques como a gestão de

⁹²Disponível em < <http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/galeria-pinturas-vencedoras-do-concurso-global-de-jovens-do-pnuma/?cHash=ba2ad541eb9fcee033f0b5cc861a9b0>> Acesso em 20 de abril de 2013.

⁹³Disponível em < http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=167> Acesso em 15 de janeiro de 2013.

⁹⁴Disponível em < <http://www.onu.org.br/rio20/onu-lanca-campanha-eu-sou-nos-para-sociedade-brasileira-participar-da-rio20/>> Acesso em 16 julho de 2012.

resíduos também representa uma oportunidade de geração de emprego e de renda⁹⁵.

Segundo a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, “Um congresso desse porte tem o objetivo de acelerar o desenvolvimento de soluções. Estamos vendo o início de um novo ciclo ambiental, com novos temas, e um deles é a Economia Verde. Está na agenda da ONU, nas discussões para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as metas para depois de 2015. E a sociedade civil tem um papel determinante nesse processo” (Idem).

5.1. Água

Em Conferência sobre a Água na Espanha, nos dias 3 e 5 de Outubro, demonstrou-se como a utilização correta da água pode ser a maior contribuição para o desenvolvimento de uma economia verde⁹⁶, tendo como foco a análise de projetos sobre manejos adequados da água⁹⁷.

A água vem sendo objeto de discussão bastante presente em Conferências e Organizações que visam o desenvolvimento sustentável e uma melhor gestão econômica, tendo como algumas procedências a Conferência das Nações Unidas para a Água em 1977; Década Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento (1981-1990), Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente em 1992 e a Cúpula da Terra em 1992.

Em 2003, a Assembleia Geral da ONU declarou o Ano Internacional Da Água Potável. No mesmo ano, o Diretor do Conselho Executivo da ONU criou a “ONU Água”, mecanismo para coordenar as ações do Sistema das Nações Unidas para alcançar as metas relacionadas à água da Declaração do Milênio da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002.

De 2005 a 2015, foi declarada a década da água, pela ONU, a fim de atender as

⁹⁵Disponível em < http://www.pnuma.org.br/noticias_detalhar.php?id_noticias=1528> Acesso em 26 de outubro de 2013.

⁹⁶ O PNUMA define economia verde como uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica (PNUMA, 2011: 2).O termo será situado no capítulo “Economia verde” do presente relatório.

⁹⁷ Disponível em <http://www.onu.org.br/onu-manejo-correto-da-agua-e-vital-para-economia-verde/> Acesso em 17 de janeiro de 2013.

metas dos ODM, definida como “Água para a Vida”. Além disso, a ONU, em parcerias com governos, ONGs e organizações internacionais, promovem a cada três anos o Relatório de Desenvolvimento Mundial da Água⁹⁸.

As Nações Unidas escolheram o ano de 2013 para ser o Ano Internacional da Cooperação da Água, tendo como um dos focos principais o controle da água entre fronteiras, evitando conflitos nessas áreas. Segundo a relatora Catarine de Albuquerque e outros organizadores da campanha, a cooperação é o objetivo principal para se conquistar um melhor manejo da água e lançará em Setembro um Relatório sobre o direito à água.

A UNESCO foi a agência escolhida para organizar eventos e campanhas desse Ano com foco na água. As atividades que ocorreram ao longo do ano promoveram ações relacionadas ao tema água, em áreas como educação, cultura, gênero, ciência e prevenção de conflitos como concursos, campanhas, publicidade e discussões a respeito, como por exemplo, do papel da mulher em relação a água⁹⁹.

No Dia Mundial da Água, 22 de Março, em 2012, a ONU escolheu como tema de discussão a água e a segurança alimentar. Segundo as Nações Unidas, a escassez da água aumenta a concorrência entre as comunidades e os países de escassos recursos hídricos, agravando antigos problemas de segurança, criando novos e dificultando a realização dos direitos humanos fundamentais de comida, água e saneamento. Desse modo, para garantir uma alimentação sustentável e a segurança da água para todos, será exigida a participação de todos os setores da economia.

No Relatório do PNUMA de 2011, “Povos Resilientes, planeta Resiliente – Um futuro digno de escolha” contempla dentre doze recomendações, duas em que a água se coloca como centro no avanço a um planeta sustentável, uma sociedade justa e uma economia em crescimento:

A) É essencial que nós adotemos um novo nexos entre alimentos, água e energia em vez de tratá-los isoladamente. Todos os três precisam ser totalmente integrados, não tratados separadamente se nós formos lidar com a crise global de segurança alimentar. É hora de adotar uma

⁹⁸Disponível em <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-agua/>> Acesso em 11 de janeiro de 2013.

⁹⁹ UNESCO. Ano internacional da água. Disponível em < <http://www.unwater.org/water-cooperation-2013/en/>> Acesso em 19 de janeiro de 2013.

segunda revolução ecológica - uma “revolução sempre verde” - que duplique a produtividade, mas cresça a partir dos princípios de sustentabilidade; B) É hora de esforços globais audaciosos, inclusive o lançamento de uma grande iniciativa científica global, para fortalecer a interface entre ciência e política. Devemos definir, por meio da ciência, o que os cientistas chamam de “limites planetários”, “limites ambientais” e “pontos de inflexão”. Deve ser dada prioridade aos desafios atualmente enfrentados pelo ambiente marinho e a “economia azul” (PNUMA, 2011: 1-2).

Constata-se o vínculo entre água e segurança, nesse caso com a segurança alimentar de caráter global.

5.2. Economia azul

O conceito de economia azul foi cunhado pelo empresário belga Gunter Pauli, em seu livro “The Blue Economy – 10 years, 100 innovations, 10^o Million Jobs”. A economia azul pretende o uso inteligente e aproveitamento total dos recursos naturais, gastando o menos possível. Baseia-se nos ciclos da natureza e na reutilização de seus recursos¹⁰⁰.

Em relação a economia azul, Gunter Pauli responde em entrevista:

O azul é a cor do mar e é a cor do planeta visto do alto. O azul é o todo. Traduzido em termos industriais, quer dizer voltar-se à eficiência da natureza, eliminar completamente os dejetos. O ciclo linear de produção, com as mineradoras de um lado e os aterros de outro, produz desperdícios quase insustentáveis. Usamos as leis da física, da química, da biologia para inventar novos processos que eliminem a poluição e se transformem também em um bom negócio (Portal EcoDebate, 2010)¹⁰¹.

¹⁰⁰Disponível em <http://www.ressoar.org.br/dicas_sustentabilidade_economia_azul.asp> Acesso em 15 de junho de 2012.

¹⁰¹ Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br/>> Acesso em 10 de junho de 2012.

Algumas práticas da economia azul já foram postas na Colômbia, Namíbia e Fiji, através do modelo do engenheiro sanitarista George Chan.

No Brasil, o biólogo Jorge Alberto Vieira Costa foi um dos pioneiros na aplicação do conceito no país, que pesquisa as algas Spirulina para absorver o CO₂ da queima do carvão, produzir proteínas que podem ser utilizadas para alimentação e, além disso, serem transformadas em biocombustíveis¹⁰².

5.3. Economia verde

Segundo site oficial do Programa da ONU para o Meio Ambiente, “Uma Economia Verde é descrita como uma economia que resulta em melhor qualidade de vida humana e equidade social, além da redução de riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, podemos pensar em uma economia verde como uma ferramenta de baixa emissão de carbono, eficiência de recursos e inclusão social”.

A crise financeira global que teve início em 2007, e perdura nos dias de hoje, é considerada, por muitos economistas, como a pior crise financeira desde a Grande Depressão de 1929. Uma das principais lições que podemos tirar dessa experiência é que a forma habitual de gestão da economia já não é mais conveniente. A nova Economia Verde é, portanto, uma alternativa apropriada e uma maneira mais sustentável de fazer negócios¹⁰³.

O Escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA, no Brasil, afirmou que a economia verde é uma grande oportunidade para o crescimento dos países.

Segundo a nova gestora do PNUMA, Denise Hamú, a economia verde precisa do apoio do setor privado para ganhar mais força entre outras áreas do espaço de

¹⁰² Disponível em <http://www.cenedcursos.com.br/a-economia-azul.html>> Acesso em 17 de junho de 2012.

¹⁰³ PNUMA. O que é a Economia Verde? Disponível em <<http://new.unep.org/portuguese/wed/greeneconomy/>> Acesso em 06 de outubro de 2012.

produção. "A economia verde é uma grande oportunidade. A economia verde vai ter que ter inúmeras caras e sair do círculo dos convertidos à causa ambiental para que ela se amplie mais neste discurso e inclua outros atores fundamentais como aqueles das áreas econômicas de todos os governos do mundo"¹⁰⁴.

De acordo com relatório anual do PNUMA sobre as tendências de investimento em energia renovável, houve aumento de 32% dos investimentos em energia verde em todo o mundo. Em 2010 foram investidos 211 bilhões de dólares, sendo a China, a líder de investimentos com 28,9 bilhões de dólares¹⁰⁵.

Em relatório do PNUMA de 2011, "Rumo a uma Economia Verde – Síntese para tomadores de opinião" salienta para o setor privado, que a passagem para uma economia verde envolveria entender e aproveitar a verdadeira oportunidade representada pela relação a um número de setores chave, e responder às reformas políticas e aos sinais dos preços através de níveis cada vez mais altos de financiamento e investimento.

O relatório coloca, ainda na introdução, o problema do uso inadequado do capital. É citada a crise de 2008 e o aumento da demanda de energia, além da dependência do petróleo e combustíveis fósseis, que faz com a economia mundial *sofra* para crescer.

A preocupação com alimentos e água para toda a população que em 2050 é estimada em 9 bilhões, representa medo e grande interesse na promoção de prosperidade em todo o mundo. Destaca-se a importância de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, na redução da pobreza-extrema, que estão agravando problemas sociais persistentes, tais como desemprego, insegurança socioeconômica e pobreza, e ameaçando a estabilidade social¹⁰⁶.

De acordo com o relatório, o conceito de economia verde se baseia quase que inteiramente na obtenção do modelo certo de economia.

No tópico que trata da transição da chamada economia marrom para a economia verde, tem-se a mudança vai variar consideravelmente entre nações, pois depende das

¹⁰⁴Disponível em <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/10/pnuma-no-brasil-defende-economia-verde-como-oportunidade/>> Acesso em 06 de outubro de 2012.

¹⁰⁵Disponível em http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=147 > Acesso em 21 de janeiro de 2013.

¹⁰⁶ Relatório Economia Verde – Síntese para os tomadores de opinião. PNUMA, 2011, p.1. Disponível em < http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf> Acesso em 08 de junho de 2012.

especificidades de capital humano e natural de cada país e de seu nível relativo de desenvolvimento¹⁰⁷.

Em relação à equidade e geração de novos empregos, o relatório afirma que as políticas voltadas para pequenas e médias empresas são significativas por contarem com grande parte dos empregos e abertura de postos de trabalhos na maioria dos países. A alocação de um mínimo de 1% do PIB mundial para o aumento da eficiência de energia e a expansão do uso de energia renovável criará empregos adicionais, ao mesmo tempo em que oferecerá energia competitiva¹⁰⁸.

Em relação às futuras intervenções, o relatório fala sobre o treinamento das novas condutas sustentáveis na transição para a economia verde.

No setor pesqueiro, por exemplo, os pescadores podem ter que ser treinados para meios alternativos de subsistência, que poderiam incluir a participação na reconstrução das reservas de peixes. O investimento na requalificação dos trabalhadores também pode ser necessário. Na Alemanha, por exemplo, as indústrias de energia renovável têm vivido a falta de trabalhadores qualificados. Na verdade, em quase todos os subsectores energéticos há falta de mão-de-obra qualificada, com a falta mais acentuada nos setores hídrico, de biogás e de biomassa (PNUMA, 2011: 33).

Fala-se também de uma estrutura regulatória a ser posta a fim de criar novas normas e rígidas jurisdições como facilitador às novas práticas.

Uma boa estrutura regulatória pode definir os direitos e criar incentivos que conduzam à atividade econômica verde, bem como removam as barreiras para os investimentos verdes. Uma estrutura regulatória pode regulamentar as formas mais prejudiciais de comportamentos insustentáveis criando padrões mínimos ou proibindo inteiramente determinadas atividades. Além disso, uma estrutura regulamentar adequada reduz os riscos regulamentares e empresariais, e aumenta a confiança dos investidores e mercados [...] Medidas de comando e controle podem oferecer soluções de menor custo em

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

alguns casos. Enquanto os instrumentos que se baseiam no mercado têm uma merecida reputação de eficiência, em algumas situações as medidas de comando e controle podem oferecer uma solução de menor custo [...] Dependendo da situação, as medidas de comando e controle podem ser administrativamente mais fáceis de se implantar e podem representar menos desafios políticos [...] As normas podem ser instrumentos eficazes para se atingir os objetivos ambientais e capacitar os mercados em bens e serviços sustentáveis (Idem: 28).

Contudo, no relatório produzido pelo PNUMA em parceria com a Sustain Ability e a GlobeScan, “O argumento comercial para a economia verde: retorno sustentável do investimento”, é publicado diretamente para empresas e investidores, usa dados econômicos e científicos convincentes, além de estudos de casos da vida real para demonstrar as vantagens da economia verde. O relatório afirma que empresas em transição para a economia verde já estão colhendo frutos no valor de centenas de milhões de dólares em economia e alto retorno sobre o investimento e ao mesmo tempo beneficiando os consumidores, comunidades e o meio ambiente (PNUMA, 2011).

De acordo com o relatório, as empresas que investem em inovação sustentável para aumentar a eficiência dos recursos e operações responsáveis, antecipando-se aos marcos regulatório, conseguindo uma vantagem competitiva, posicionando-se de modo a capturar os principais mercados da próxima década.

Segundo o subsecretário da ONU e diretor executivo do PNUMA, Achim Steiner:

Muitas empresas já estão aproveitando as oportunidades oferecidas pela transição para uma economia verde inclusiva. Nessa economia, a eficiência dos recursos e a baixa emissão de carbono são a regra, e não a exceção. De fato, as empresas pioneiras já estão colhendo os resultados e se encaminhando para o sucesso sustentável que beneficia seus clientes e comunidades¹⁰⁹.

Juntamente à economia verde, tem-se o termo “empregos verdes”. Segundo reportagem da revista *IstoÉ*, a Organização Internacional do Trabalho e o PNUMA, afirmam que de 15 a 60 milhões de novos empregos verdes devem ser gerados nas

¹⁰⁹ Disponível em < http://www.unep.org/pdf/Business_Case-16June-Newsdesk-Draft_PR_PT-BR.pdf> Acesso em 15 de janeiro de 2013.

próximas décadas. Apenas no Brasil, já são três milhões de trabalhadores que de alguma forma contribuem para um mundo mais limpo e ecologicamente estável, o que representa 7% dos empregos formais no País. Sustentam também que o setor tem crescido tanto que no ano passado foi criada no Brasil a Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade (Abraps). De acordo com o idealizador e dirigente da entidade, Marcus Nakagawa, esses profissionais podem ser encontrados tanto nas grandes empresas como nas pequenas iniciativas.

Segundo o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, o progresso na luta contra a pobreza falhará se as pessoas não forem postas no centro das políticas de desenvolvimento e nas estratégias econômicas de recuperação da crise financeira global: “É preciso investir nas pessoas e na economia verde para erradicar a pobreza”¹¹⁰.

Em 2012, o PNUMA criou relatório sobre como medir progressos na economia verde. O estudo “Medir o Progresso para uma Economia Verde Inclusiva”, publicado na Conferência Rio+20, detalha indicadores que podem ser usados por políticos para formular e controlar o impacto de seus projetos de economia verde, incluindo as áreas de mudança climática, eficiência de recursos, investimento verde, emprego e saúde. O estudo também aponta índices para as nações interessadas na promoção do desenvolvimento sustentável, como o Sistema das Nações Unidas de Contabilidade Ambiental e Econômica (SEEA)¹¹¹.

Em artigo da ONU de março de 2013, apresenta-se o lançamento de um novo programa de monitoramento que irá ajudar a combater a extração ilegal das madeiras, através de alta tecnologia de mapas que mostra o desmatamento quase em tempo real. “Até o momento, as imagens de satélite de desmatamento não ajudam na captura dos criminosos”, lamenta o artigo¹¹².

A construção de novos controles e monitoramentos baseados numa produção incessante de verdades e que captura a todos; inclui todos. Até quem pretende promover as novas práticas de paz, sustentabilidade e prosperidade estão sujeitos às normas, regulamentações e julgamentos que se pretendem globais e cada vez mais rígidos.

¹¹⁰Disponível em < <http://www.onu.org.br/ban-ki-moon-e-preciso-investir-nas-pessoas-e-na-economia-verde-para-erradicar-a-pobreza/>> Acesso em 06 de dezembro de 2012.

¹¹¹Disponível em < <http://www.onu.org.br/pnuma-lanca-publicacao-sobre-como-medir-progresso-na-economia-verde/>> Acesso em 06 de dezembro de 2012.

¹¹²Disponível em < <http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/onu-quer-revolucao-tecnologica-para-combater-extração-ilegal-da-madeira/?cHash=4c20deae626681aa601a8d64ee9a5d42>> Acesso em 02 de dezembro de 2012.

Diante da Conferência Rio+20, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, o diretor executivo do PNUMA afirma “É hora de um acordo global”¹¹³.

Separam-se, globalmente, condutas corretas, do cidadão que merece a execução de direitos, e a conduta recriminável, que ultrapassa o âmbito econômico e político e se internaliza cada vez mais intensamente em diferentes práticas humanas.

Pretende-se a completa substituição do “marrom” pelo “verde”, pois o verde gera paz, desenvolvimento, harmonia e tolerância. Segundo o Relatório “Economia Verde – Síntese para os tomadores de opinião”, a economia verde se desenvolve mais rapidamente que a marrom, enquanto mantém e restabelece o capital natural”¹¹⁴.

6. Novos acordos

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, a maior autoridade de aquecimento global do mundo, lançou, em setembro de 2013, um novo relatório-síntese sobre o estado do planeta. Constata que a concentração de dióxido de carbono na atmosfera (gás oriundo da queima de combustíveis fósseis e o mais nocivo ao ambiente) cresceu 40% desde 1750 e continua a se acumular ¹¹⁵.

Ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2007, o IPCC tornou-se referência mundial e é considerado extremamente influente. A mais importante das conclusões do Relatório, porém, é a de que, com 95% de certeza, os cientistas indicam a ação do homem como a maior causa do aquecimento global¹¹⁶.

Realizará, portanto, negociações diplomáticas entre a Conferência do Clima de Varsóvia em novembro, e a de Paris, em 2015, quando líderes políticos tentarão fechar um novo acordo. “Eu espero que as descobertas do IPCC sejam um novo toque de

¹¹³Disponível em <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/entrevista-diretor-pnuma-achim-steiner-acordo-global-677167.shtml>> Acesso em 20 de fevereiro de 2013

¹¹⁴ Relatório Economia Verde – Síntese para os tomadores de opinião. PNUMA, 2011. Disponível em <http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

¹¹⁵ Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,para-ipcc-planeta-nunca-esteve-pior--,1079259,0.htm>> Acesso em 27 de setembro de 2013.

¹¹⁶ Idem.

clarim para ação”¹¹⁷, reiterou a secretária executiva da Convenção do Clima da ONU, Christiana Figueres.

Outro grande acontecimento no ano de 2013 que pretenderá produzir novas conclusões e respostas é a pesquisa global do PNUD, Campanha do Milênio da ONU e Fundação World Wide Web intitulada “My world”, que “tem como objetivo capturar as opiniões dos indivíduos, prioridades e pontos de vista, para que os líderes globais possam ser informados de suas opiniões no processo de construção da nova agenda de desenvolvimento global”¹¹⁸, segundo o site do evento.

A pesquisa pretende, até 2015, envolver o maior número de pessoas para que respondam entre as dezesseis questões possíveis, quais acham que podem fazer uma maior diferença em suas vidas. “A partir de agora até o ano de 2015, queremos envolver o maior número de pessoas e países possíveis com o MEU Mundo: cidadãos de todas as idades, gêneros, origens, e particularmente, pessoas de baixa renda e comunidades marginalizadas do mundo”¹¹⁹, para que os resultados sejam compartilhados entre o Secretário-Geral e líderes globais a fim de que se preparem para a próxima agenda de desenvolvimento para o ano de 2015. As 16 opções são: melhores oportunidades de trabalho; apoio às pessoas que não podem trabalhar; educação de qualidade; melhoria dos serviços de saúde; acesso a alimentos de qualidade; acesso ao telefone e à internet; melhoria nos transportes e estradas; acesso à água potável e ao saneamento; acesso à energia em sua casa; combater as mudanças climáticas; proteção a florestas, rios e oceanos; igualdade entre homens e mulheres; proteção contra o crime e a violência; liberdades políticas; governo honesto e atuante; eliminação do preconceito e da discriminação¹²⁰.

Segundo a pesquisa, as principais mensagens do relatório demonstram o desejo dos participantes – metade com idade inferior a 30 anos – de desempenhar um papel na mudança do mundo.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Disponível em <<http://www.myworld2015.org/?lang=pr&page=about-my-world>> Acesso em 05 de maio de 2013.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Ibidem.

Segundo Helen Clark, “as pessoas que participaram da consulta global transmitiram a sensação de que o mundo como está não é justo para muitos e querem a agenda pós-2015 para enfrentar e mudar isso”¹²¹.

As novas Agendas e verdades produzidas conformam o que Passetti situou como não se tratando mais “de um círculo vicioso, mas de um círculo *entreaberto*, inacabado em possíveis variadas conexões, compondo correntes, fluxos, nuvens de controle” (Passetti, 2013:91).

A busca por melhorias, nesse sentido, se faz eficiente, não apenas em relação à produtividade, mas a uma produção contínua de subjetividades que conformam o indivíduo resiliente, inserido em meio à democracia neoliberal que captura velozmente possíveis resistências. O PNUD e também o PNUMA, atuam através de intervenções para a construção de ambientes seguros.

Ao combinarem resiliência com desenvolvimento sustentável, pretende-se reduzir *vulnerabilidades*, exigindo-se o respeito à propriedade através de estratégias que incitem uma nova educação para o futuro, tendo como alvo principal crianças e jovens, que devem desde cedo aprender a ser tolerantes, participativas, confiar em autoridades, respeitar a natureza, a água, sabendo apaziguar conflitos e a pensar de maneira sustentável em função de uma *cultura de paz*. Pretende-se, enfim, uma sociedade mais justa *no futuro* através de liberdades negociadas.

A resiliência como modo de vida que se almeja local, nacional, regional e global é chave para a conscientização de uma conduta específica ao viver e ao se relacionar, de modo responsável e *eficaz*.

O neoliberalismo apesar de se justificar com base nos riscos não suporta perigos. Espera obediência de todos aos padrões de segurança e às instituições locais competentes, inclusivas e transparentes. Volta-se para *restaurar* o degradado, ultrapassar vulnerabilidades, minimizar impactos e empoderar cidadãos para que, participando, policiem a si e aos demais. Muito mais do que empreender capital humano, como explicitou Sen, investe-se em todas as capacidades do ser humano, as quais são relacionadas com liberdades, para que sejam educados, incluídos,

¹²¹ Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3764>> Acesso em 12 de setembro de 2013.

participativos e inteligentes para que se sintam confiantes e responsáveis pelas suas vidas e também pelas dos outros.

Assim, quem tolera, participa, se inclui, se capacita, se gerencia, calcula, se pune ou pune os outros em prol do desenvolvimento e da economia seja esta verde ou azul; deve relacionar a liberdade com a capacidade e a obtenção de segurança, ainda que não se dê conta como são atrofiadas suas potências em redes de segurança reduzindo sua vida a novas subjetividades cuja única utopia é a capitalista sustentável.

Referências bibliográficas

AUGUSTO, Acácio. “Penalizações a céu aberto, uma política planetária” in *Revista Ecológica*, n. 4, São Paulo, Nu-Sol, 2012. Disponível em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13062/9565>>

_____. *Política e polícia: cuidados controles e penalizações de jovens*, Lamparina, 2013.

BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault: Filosofia e política, São Paulo, Autêntica, 2011.

CARNEIRO, Beatriz. “A construção do dispositivo meio ambiente” in *Revista Ecológica*, n 4, São Paulo, Nu-Sol, 2012. Disponível em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13057/9560>>

HAMANN, Trent. “Neoliberalismo, governamentalidade e ética” in *Revista Ecológica*, n 3, São Paulo, Nu-Sol, 2012. Disponível em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/12910/9387>>

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo, Martins Fontes, 2010

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2012.

_____. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

MALETTE, Sébastien. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade, in *Revista Ecológica 1*, São Paulo, Nu-Sol, 2011. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7654/5602>>

NU-SOL. Hypomnemata 161, São Paulo, outubro de 2013.

OLIVEIRA, Salete. “Anarquia e dissonância abolicionistas”, in *Revista Ponto e Vírgula*, Revista do programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da puc-sp, v. 1, São Paulo, 2007.

_____. “Tolerar, julgar, abolir” in *Tolerância e o Intempestivo*, organizado por Edson Passetti, São Paulo, Atelie, 2005.

_____. “Política e resiliência – apaziguamentos distendidos”, in *Revista Ecológica 4*, São Paulo, Nu-Sol, 2012. Disponível em

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13067/9568>>

OPTIZ, Sven. “Governo não ilimitado – o dispositivo de segurança da governamentalidade não-liberal”, in *Revista Ecológica 2*, São Paulo, Nu-Sol, 2012. Disponível em

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9075/6683>>

PASSETTI, Dorothea. “Intolerável tolerância intolerante” in *Tolerância e o Intempestivo*, organizado por Edson Passetti, São Paulo, Atelie, 2005.

PASSETTI, Edson. Anarquismos e sociedade de controle, São Paulo, Cortez, 2003.

_____. “Loucuras e transtornos: políticas normalizadoras”, in *Revista Ecológica 2*, São Paulo, Nu-Sol, 2012. Disponível em

<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9088/6692>

_____. “Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado” in *Verve*, n. 12, São Paulo, Nu-Sol, 2007.

_____. “Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle” in *São Paulo Perspectiva v. 18*, São Paulo, 2004.

_____. “Transformações da biopolítica e emergência da ecológica” in *Revista Ecológica 5*, São Paulo, Nu-Sol, 2013. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/15120>>

PROUDHON, Pierre-Joseph. "A Guerra e a Paz" in *Verve*, n. 19, São Paulo, Nu-Sol,

2011.

RODRIGUES, Thiago. “Segurança planetária: entre o climático e o humano”, in *Revista Ecológica 3*, São Paulo, Nu-Sol, 2012. Disponível em

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/11385/8298>>

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*, Tradução de Denisse Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes, São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*, Tradução de Laura Teixeira Mott, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

VON, Cristina. *O que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer para a paz no mundo*. São Paulo, Petrópolis, 2006.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>

Campaign Resilient Cities.

Disponível em <<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/>>

Guia Como Construir Cidades Mais Resilientes: Um Guia para Gestores Públicos Locais. ONU, 2012. Disponível em <http://www.onu.org.br/img/2013/05/unisdr_guiagestorespublicosweb.pdf>

My World – Pesquisa Global das Nações Unidas para um Mundo Melhor. Disponível em <<http://www.myworld2015.org/?lang=pr&page=about-my-world>>

Relatório Criando Valores para Todos: Estratégias para fazer negócios com os pobres. PNUD, 2008. Disponível em <http://growinginclusivemarkets.org/media/report/full_report_portuguese.pdf>

Relatório de Desenvolvimento Humano. PNUD, 2011. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf>

Relatório de Desenvolvimento Humano. PNUD, 2013. Disponível em <<http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>>

Relatório “Economia Verde – Síntese para os tomadores de opinião”. PNUMA, 2011.

Disponível em < http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf>

Relatório Seguridad Ciudadana com Rostro Humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. PNUD, 2013. Disponível em <<http://www.latinamerica.undp.org/content/dam/rblac/img/IDH/IDH-AL%20Informe%20completo.pdf>>

Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (2012). Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha. Nova York: Nações Unidas. “Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha”. Disponível em <<http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/GSP%20Report%20Portuguese.pdf>>

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>

UNESCO e Associação Palas Athena. Cultura de paz: da reflexão à ação, 2010. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189919por.pdf>>

UNESCO. Declaração de Princípios sobre a Tolerância, 1995. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>>

PNUMA. Rumo a Economia Verde – Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para os tomadores de opinião, 2011. Disponível em <http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf>

Sites

PNUMA (<http://www.unep.org>).

Bayer (<http://www.bayer.com.br>).

ONU (<http://www.onu.org.br>).

PNUD (<http://www.pnud.org.br/>).

UNESCO (<http://www.unesco.org>).

Segurança com cidadania. (<http://segurancacomcidadania.org>).

Prefeitura de Campinas (<http://www.campinas.sp.gov.br/>)

Notícias

ABRIL – Planeta sustentável. Achim Steiner: ‘é hora de um acordo global’. 15/02/2012. ECODEBATE. Os segredos da economia azul. Entrevista com Gunter Pauli. 08/06/2010.

ISTOÉ. Estudo da ONU mostra que mudança para uma economia sustentável pode gerar até 60 milhões de novos postos de trabalho no mundo; no Brasil, já há três milhões de profissionais que protegem o planeta. 07/06/2012.

G1. Gisele Bundchen vira modelo de compromisso como meio ambiente. 19/09/2013.

G1. ONU quer “revolução tecnológica” para combater extração ilegal da madeira. 22/03/2013.

Instituto Filantropia. Acordo entre Petrobrás e PNUD reforça iniciativas pelo alcance dos ODM até 2015. 28/10/2013.

Ibahia.

Mídia News. Novos municípios mantêm baixa qualidade de vida. 28/10/2013.

PNUD. 5º prêmio ODM: práticas exemplares para alcance das metas até 2015 serão premiadas. 03/06/2013.

PNUD. Ambiente de desenvolvimento é favorável para empresas focadas em negócios inclusivos. 05/06/2013.

PNUD. A desigualdade incita o protesto social na América Latina, diz relatório da ONU. 02/05/2013.

PNUD. A insegurança freia o desenvolvimento na América Latina, diz relatório do PNUD. 12/11/2013.

PNUD. Brasil inclui no documento da Rio+20 diretriz que associa renda mínima a iniciativas sustentáveis. 27/06/2012.

PNUD. Brasil terá escola nacional de mediação e resolução de conflitos. 21/08/2012.

PNUD. Empresas se comprometem a melhorar a vida de mais de 34 milhões de pessoas. 27/09/2012.

PNUD. Eliminar fome é a condição para o desenvolvimento sustentável na África. 16/05/2012.

PNUD. Fundação VALE e PNUD formam parceria pelo desenvolvimento sustentável no PA. 19/11/2013.

PNUD. Helen Clark: Putting Resilience at the Heart of Development Agenda. 16/04/2012.

PNUD. Helen Clark: Conflict and Development: Inclusive Governance, Resilient Societies. 11/02/2013.

PNUD. Helen Clark: 'Building Resilience: the importance of prioritising disaster risk reduction'. 15/08/2012.

PNUD. Helen Clark: "Empowered Lives; Resilient Nations – Why Health Matters to Human Development". 31/01/2013.

PNUD. Microcrédito ajuda Objetivos do Milênio. 30/09/2004.

PNUD. ONU: 60 maneiras para melhorar o mundo. 14/10/2005.

PNUD. ONU consulta 1 milhão de pessoas de todo o mundo para agenda de desenvolvimento pós-2015. 11/09/2013.

PNUD. Programa apoiará jovens empreendedores. 23/05/2005.

PNUD. Progresso da África deve contar com programas de proteção social, diz relatório. 10/10/2011.

PNUD. Projeto ensina jovem a usar microcrédito. 18/10/2006.

PNUD. Recife estimula pobre a ser empreendedor. 11/01/2007.

PNUD. Violência tem custo crescente na vida das pessoas e ameaça economia do Caribe. 09/02/2012.

PNUD. Microcréditos ajuda Objetivos do Milênio. 30/09/2004.

PNUMA. Iniciativas da Colômbia, da Índia e do Quênia estão entre as vencedoras do Desafio do WED de 2012. 02/08/2012.

PNUMA. PNUMA anuncia os jovens vencedores do Concurso Global de Arte e Meio Ambiente. 18/07/2012.

PNUMA. PNUMA preside debate sobre Economia Verde na Conferência Nacional do Meio Ambiente. 25/10/2013.

PNUMA. Investimentos Globais em Energia Verde aumentaram 32%. 08/07/2011. PNUMA. PNUMA se une à Campanha “7 Bilhões de Ações” para mostrar as oportunidades e desafios desse marco populacional. 07/10/2011.

PNUMA. Estão abertas as inscrições para o 22º Concurso Internacional de Pintura Infantil sobre o Meio Ambiente. 06/11/2012.

Por dentro da África. Cursos profissionalizantes do PNUD ajudam a reduzir pobreza na Somália. 14/08/2013.

RBA. ONU aprimora parcerias em São Paulo para mapear problemas sociais. 09/09/2013.

TNH1. Alagos tem o pior índice de desenvolvimento humano do país, diz PNUD. 29/07/2013.

Tribuna hoje. Educação de Maceió firma parceria com Instituto C&A. 13/08/2013.

ONU. Ban Ki-moon: É preciso investir nas pessoas e na economia verde para erradicar a pobreza. 17/10/2011.

ONU. Com apoio do PNUD, mulheres comandam pequenos negócios no Haiti três anos após o terremoto. 20/08/2013.

ONU. Conferência Internacional TUNZA da Juventude sobre Meio Ambiente encerra inscrições dia 15. 04/12/2012.

ONU. Dia Mundial da Água – 22 de março de 2012. 22/03/2012.

ONU. Em Dia Internacional, Secretário-Geral da ONU ressalta vínculos entre paz e preservação do meio ambiente. 06/11/2012.

ONU. ONU lança campanha ‘Eu sou Nós’ para sociedade brasileira participar da Rio+20. 14/05/2012.

ONU. ONU: Manejo correto da água é vital para economia verde. 07/10/2011.

ONU. PNUMA lança publicação sobre como medir progresso na economia verde. 03/12/2012.

ONU. PNUMA no Brasil defende economia verde como oportunidade. 10/10/2011.

ONU. Coca-cola faz parceria com o PNUD em campanha por acesso à água. 25/03/2013.

O Estado de S. Paulo. Para IPCC, planeta nunca esteve pior. 27/09/2013.

SEGURANÇA COM CIDADANIA. Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento debatem sobre segurança e juventude. 07/10/2012.

SEGURANÇA COM CIDADANIA. Projetos estimulam jovens a atuar como “agentes da paz”. 20/09/2012.

SEGURANÇA COM CIDADANIA. Conflitos religiosos: como mediá-los?. 29/11/2012.

SEGURANÇA COM CIDADANIA. “Nos tornamos homens fardados mais humanos”, diz policial militar durante certificação do Programa Conjunto em Lauro de Freitas. 18/12/2012.

SEGURANÇA COM CIDADANIA. “1ª Feira de Convivência e Segurança Cidadã: arte, cidadania e participação marcaram o evento”. 23/04/2013.

TERRA. Cidades com os 10 piores IDHs convivem com denúncias de corrupção. 04/08/2013.

UNESCO. Mensagem sobre o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza. 15/10/2012.

REVISTA VEJA. Gisele Bündchen convoca brasileiros para participar do Dia Mundial do Meio Ambiente. 27/04/2012.